



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDRÉ SOARES ALVES

PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS
MICRORREGIÕES DE RIO DO SUL, SÃO BENTO DO SUL E CONCÓRDIA

FLORIANÓPOLIS, 2008.

ANDRÉ SOARES ALVES

**PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS
MICRORREGIÕES DE RIO DO SUL, SÃO BENTO DO SUL E CONCÓRDIA**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Louis Roberto Westphal, Dr.

FLORIANÓPOLIS, 2008.

ANDRÉ SOARES ALVES

PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS
MICRORREGIÕES DE RIO DO SUL, SÃO BENTO DO SUL E CONCÓRDIA

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Economia do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota _____ ao aluno André Soares Alves na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis,.....de.....de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Louis Roberto Westphal

Presidente

Prof. Dr. João Rogério Sanson

Membro

Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann

Membro

À Joaquina. Nunca cansada, nunca infeliz, e sempre, sempre grata, por tudo.

Nunca te esquecerei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu pai pela realização deste trabalho. Como sempre, ele esteve a meu lado, dando força e suporte. Não teria conseguido sem sua ajuda.

Agradeço também à minha namorada Miqueli, sempre me dando colo nas horas difíceis, não me deixando perder o foco do objetivo.

Aos meus amigos, que sempre me levaram pra fazer festa e não me deixaram desanimar. Assim como à colega Carla e ao grande amigo Daniel, colaboradores chave para a apresentação deste trabalho.

Quero agradecer especialmente ao Professor Louis Westphal e a seu assistente Eduardo, que me orientaram neste trabalho de Conclusão. O foco e o método que eles me passaram foram essenciais na realização desta pesquisa.

Por último, aos demais professores do curso de Ciências Econômicas, que contribuíram para minha formação acadêmica.

RESUMO

Desenvolvimento é um tema que vem sendo discutido por todos os setores da sociedade; ONGs, governo, academia, setor privado, etc. É um assunto amplo que traz a tona uma série de questões sócio-econômicas. Até a década de 80, acreditava-se que era necessário apenas o crescimento econômico para se gerar desenvolvimento. A partir da década de 90 passou-se a relacionar desenvolvimento não só com crescimento, mas com uma série de outras variáveis que indicam a qualidade deste crescimento. Variáveis no sentido de mensurar uma maior esperança de vida, uma educação mais equitativa, melhor sustentabilidade do meio ambiente, melhor saúde e condições de moradia e menores níveis de pobreza. O crescimento ainda contribui e muito para o desenvolvimento de uma região, pode trazer aumento de produtividade e avanços tecnológicos, o que pode gerar estabilidade para a economia. Com estabilidade, pode-se pensar em um desenvolvimento sustentável, com mais justiça social e equidade, maior conservação da natureza. Este estudo foi baseado em duas teorias; *A Qualidade do Crescimento e Desenvolvimento e Redução da Pobreza*. Além destas, indicadores sócio-econômicos serviram de base para o presente trabalho. Indicadores estes que foram extraídos principalmente de fontes como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Estes dados permitiram analisar a evolução do desenvolvimento das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e de São Bento do Sul, assim como o comportamento do crescimento populacional, da PEA (População Economicamente Ativa), do PIB *per capita*, o papel de cada setor econômico na Microrregião, a situação do desemprego, a concentração de renda medida pelo índice de Gini, e os indicadores do desenvolvimento: saúde, educação, condições de moradia, pobreza, e por conseqüência, o resultado do desenvolvimento humano medido pelo IDH. A população de todas as Microrregiões analisadas aumentou durante o período analisado, especialmente a população urbana, indicando um possível processo de êxodo rural nas Microrregiões. A PEA nas Microrregiões se comportou de maneira semelhante. Todas aumentaram ao longo do período analisado, com ênfase para a PEA urbana, área que apresentou as maiores taxas de desemprego nas Microrregiões analisadas. No ano 2000, a Microrregião que apresentou a maior taxa de desemprego foi São Bento do Sul, seguida por Rio do Sul e depois Concórdia. Através do PIB *per capita* pode-se observar que as três Microrregiões vêm crescendo entre 1999-2004. O setor mais representativo para a economia destas três Microrregiões é a indústria. Através da queda dos índices analisados de pobreza e da melhora nos indicadores relacionados a saúde, foi possível observar a evolução nos níveis de educação destas Microrregiões, que também se refletiu no IDH. Apesar desta melhora, observou-se o aumento do número de pessoas trabalhando nos setores de comércio e serviços, caracterizando uma possível situação de subemprego para parcela cada vez maior da população, o que dificulta uma evolução mais acentuada no nível de vida das pessoas.

Palavras Chaves: Desenvolvimento social, qualidade do crescimento, educação, saúde, bem estar.

ABSTRACT

Development is a subject that has been discussed by the whole society; Non-governmental organizations, government, academy, private sector, etc. It's a big subject, that brings a series of social and economic questions. Until the 80's, It was believed that only economic growth was necessary to generate development. Since the 90's, development began to be compared not only with growth, but also with several other variables related to the quality of this growth. Variables that try to measure more longevity, a more equal education, better environmental sustainability, better health and living conditions, and lower levels of poverty. Growth still contributes a lot with development of a determined region, it can bring a higher level of productivity and technological advances, what might generate economic stability. With stability, one might think in a sustainable development, with more social justice and equity, better nature conservancy. This study is based on two theories; The Quality of Growth, and Development and Poverty Reduction. Beside those, social-economic variables served as base for the present work. These variables were taken mostly from sources such as the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), IPEA (Applied Economic Research Institute) and the UNDP (United Nations Development Programme). This data allowed the analysis of the development evolution of the Microrregions of Concórdia, Rio do Sul and São Bento do Sul, and how was the behavior of the population growth, from the PEA (Economically Active Population), the GNP per capita (Growth National Product), the role of each economic sector in the Microrregion, the unemployment situation, the income concentration measured by the Gini Index, and the development indicators; health, education, living conditions, poverty, and by consequence, the result of the human development measured by the IDH (Human Development Index). The population of all the analysed Microrregions grew during the analysed period, especially the urban population, indicating a possible Rural exodus process. The PEA in the Microrregions behaved in a similar manner. All of them grew in the period, with emphasis for the urban PEA, area that showed the biggest unemployment rate for the analysed Microrregions. In the year 2000, the Microrregion that presented the biggest unemployment rate was São Bento do Sul, followed by Rio do Sul, and then Concórdia. Through the GNP per capita it can be observed that the three analysed Microrregions grew during the 1999-2004 period. The most representative economic sector for the three Microrregions is the industry. Through the fall of the poverty index and the improvement of the index related to health, it was possible to note the evolution of the education index on these Microrregions, what reflected on the IDH. Despite this improvement, it was noted the increase on the number of people working on the commerce and service sector, possibly characterizing and subemployment situation for an increasing part of the society, which hampers a more pronounced development in the level of life of the people.

Keywords: Social Development, growth quality, education, health, well-being.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Indicadores de Desenvolvimento Social.....	20
Figura 2: Esquema da Teoria “Qualidade e Crescimento”.....	32
Figura 3: Curva de Lorenz.....	36
Figura 4: Microrregião de São Bento do Sul.....	46
Figura 5: Microrregião de Rio do Sul.....	47
Figura 6: Microrregião de Concórdia.....	48
Figura 7: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a Área Rural e Urbana da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).	57
Figura 8: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).	57
Figura 9: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a área Rural e Urbana da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).	58
Figura 10: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).	59
Figura 11: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a área Rural e Urbana da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	61
Figura 12: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	62
Figura 13: Evolução do PIB <i>per capita</i> de Santa Catarina e da Microrregião de Concórdia durante o período 1999 à 2004.	64
Figura 14: Evolução anual do PIB <i>per capita</i> de Santa Catarina e da Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004.	65
Figura 15: Evolução anual do PIB <i>per capita</i> de Santa Catarina e da Microrregião de São Bento do Sul 1999 à 2004.	66
Figura 16: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Concórdia 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	79
Figura 17: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Rio do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	80
Figura 18: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de São Bento do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	82
Figura 19: Evolução do Número de Estabelecimentos ou Unidades Locais por Setor na Microrregião de Concórdia 1970 à 1995 (números absolutos).	99
Figura 20: Evolução do Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).	100
Figura 21: Evolução do Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).	101
Figura 22: Evolução do PIB <i>per capita</i> e da População Total da Microrregião de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 2000 à 2004 (%).	115

Figura 23: Comparação da Composição Média do PIB entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul, e São Bento do Sul 1999 à 2004 (%). 116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicadores do Desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, Santa Catarina, e das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000.	118
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente por situação do domicílio no Estado de Santa Catarina 1960 à 2005.	41
Tabela 2: Estimativa da População no Estado de Santa Catarina.....	42
Tabela 3: Comparação dos valores e variação anua (%)l do PIB entre Brasil e Santa Catarina 1994 à 2005.	44
Tabela 4: Santa Catarina: variação da estrutura setorial do PIB e sua participação no Produto estadual 1990 à 1997 (%).	44
Tabela 5: População Residente Rural, Urbana e Total da Microrregião de Concórdia 1970 e 1980 (números absolutos).....	49
Tabela 6: População total, urbana e rural nos Municípios da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (números absolutos).....	49
Tabela 7: Estimativa da População da Microrregião de Concórdia 2001 à 2004 (números absolutos).....	50
Tabela 8: População Residente Rural, Urbana e Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 e 1980 (números absolutos).....	51
Tabela 9: População Total, Urbana e Rural nos Municípios da Microrregião Rio do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).....	52
Tabela 10: Estimativa da População na Microrregião de Rio do Sul 2001 à 2004 (números absolutos).....	53
Tabela 11: População Residente Rural, Urbana e Total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 e 1980 (números absolutos).....	54
Tabela 12: População Total, Urbana e Rural nos Municípios da Microrregião São Bento do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).....	55
Tabela 13: Estimativa da População da Microrregião de São Bento do Sul 2000 à 2004 (números absolutos).....	55
Tabela 14: População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000.	56
Tabela 15 População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000.	58
Tabela 16: População Economicamente Ativa Total da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000.....	60
Tabela 17: Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de Santa Catarina e Microrregião de Concórdia 1999 à 2004 (R\$).	63
Tabela 18: Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de Santa Catarina e da Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004 (R\$).	64
Tabela 19: Produto Interno Bruto de Santa Catarina e da Microrregião de São Bento do Sul 1999 à 2004 (R\$).	66
Tabela 20: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de Concórdia 1999 à 2004 (R\$).	67

Tabela 21: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004 (R\$).	68
Tabela 22: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1999- à 2004 (R\$).	69
Tabela 23: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000.	70
Tabela 24: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000.	71
Tabela 25: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000.	73
Tabela 26: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em Relação à População Residente Total na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).	72
Tabela 27: População Ocupada urbana e rural em relação à População Ocupada Total na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).	73
Tabela 28: Pessoas Desocupadas Total e Taxa de Desemprego na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000.	73
Tabela 29: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em relação à População total na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).	74
Tabela 30: População Ocupada urbana e rural em relação à Ocupada Total na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).	75
Tabela 31: Total de Pessoas Desocupadas e Taxa de desemprego na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000.	75
Tabela 32: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em relação a População total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	76
Tabela 33: População Ocupada urbana e rural em relação à População Ocupada Total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	77
Tabela 34: Total de Pessoas Desocupadas e Taxa de desemprego na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000.	77
Tabela 35: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Concórdia 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	78
Tabela 36: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Rio do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	80
Tabela 37: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de São Bento do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).	81
Tabela 38: Indicadores de Educação da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (%).	83
Tabela 39: Indicadores de Educação da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (%).	84
Tabela 40: Indicadores de Educação da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	85
Tabela 41: Indicadores de Saúde na Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (números absolutos).	86
Tabela 42: Indicadores de Saúde na Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).	86
Tabela 43: Indicadores de Saúde na Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).	87

Tabela 44: Indicadores de Pobreza dos Municípios da Microrregião Concórdia 1991 e 2000 (%).	89
Tabela 45: Indicadores de Pobreza dos Municípios da Microrregião Rio do Sul 1991 e 2000 (%).	90
Tabela 46: Indicadores de Pobreza. Municípios da Microrregião São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	91
Tabela 47: Indicadores de Moradia da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (%).	92
Tabela 48: Indicadores de Moradia da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (%).	93
Tabela 49: Indicadores de Moradia da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	94
Tabela 50: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (número índice).	95
Tabela 51: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (número índice).	96
Tabela 52: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).	97
Tabela 53: Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de Concórdia 1970 à 1995 (números absolutos).	98
Tabela 54: Número de Estabelecimentos/ Unidades Locais por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).	99
Tabela 55: Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).	101
Tabela 56: Comparação do indicador trabalho entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	103
Tabela 57: Evolução do pessoal desocupado das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).	104
Tabela 58: Comparação dos Indicadores da Educação entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	106
Tabela 59: Variação dos Indicadores da Educação nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).	107
Tabela 60: Comparação dos indicadores da Saúde entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000.	108
Tabela 61: Variação dos Indicadores da Saúde nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul, São Bento do Sul 1991 e 2000.	108
Tabela 62: Evolução da Composição do IDH as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).	109
Tabela 63: Comparação dos Indicadores de Pobreza entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	111
Tabela 64: Variação dos Indicadores de Pobreza nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).	111
Tabela 65: Comparação dos Indicadores da Moradia entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	112

Tabela 66: Variação dos Indicadores da Moradia nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).....	113
Tabela 67: Comparação do Indicador da Distribuição de Renda entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).	114
Tabela 68: Evolução do Indicador da Distribuição de Renda das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).	114
Tabela 69: Comparação Média do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1999 à 2004 (R\$).....	115

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.1 Formulação dos objetivos.....	18
1.2.1 Geral	18
1.2.2 Específicos	18
1.3 Metodologia	19
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS CONCEITUAIS: DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO.....	21
2.1 Primeiros Ensaio.....	21
2.2 Conceito de Desenvolvimento Econômico	23
2.2.1 Pobreza e Educação	24
2.2.1 Saúde	27
2.3 Desenvolvimento Sustentável.....	28
2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	28
2.4.1 Longevidade.....	29
2.4.2 Educação	29
2.4.3 Renda.....	30
2.5 Crescimento com qualidade.....	30
2.5.1 Indicadores e sua influência para a análise do desenvolvimento.....	33
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE MICRORREGIONAL	40
3.1 Apresentação de Santa Catarina e das Microrregiões.....	40
3.2 Santa Catarina: demografia e urbanização	41
3.3 Produto Interno Bruto Catarinense.....	43
3.4 As Microrregiões em estudo.....	45
3.4.1 Características Gerais.....	46
3.5 Aspectos populacionais.....	48
3.5.1 Evolução da População Rural, Urbana e Total.....	48
3.5.2 População Economicamente Ativa (PEA).....	55
3.5.3 Aspectos do Desenvolvimento Econômico	62
3.5.3.1 Nível de Atividade Econômica.....	62

3.5.3.2 Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	63
3.5.3.3 PIB por setor	67
3.5.3.4 Distribuição de Renda	69
3.5.3.5 Aspectos do Desenvolvimento Social.....	72
3.5.3.5.1 <i>Trabalho</i>	72
3.5.3.5.2 <i>Pessoal Ocupado por Setor (Agropecuária, Indústria, Comércio/Serviços)</i>	78
3.5.3.5.3 <i>Educação</i>	83
3.5.3.5.4 <i>Saúde</i>	85
3.5.3.5.5 <i>Pobreza</i>	88
3.5.3.5.6 <i>Aspectos do Desenvolvimento Sustentável</i>	91
3.5.3.5.6.1 Condições de Moradia.....	91
3.5.3.5.6.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	94
3.5.3.5.6.3 Estrutura Produtiva.....	97
3.5.3.5.6.3.1 Número de Estabelecimentos ou Unidades Produtivas Locais.....	97

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES DE CONCÓRDIA, RIO DO SUL E SÃO BENTO DO SUL103

4.1 Trabalho.....	103
4.2 Educação	105
4.3 Saúde	107
4.4 IDH	109
4.5 Pobreza.....	110
4.6 Moradia.....	112
4.7 Distribuição de Renda	113
4.8 Produto Interno Bruto.....	114
4.9 Um Desenvolvimento em nível Nacional e Estadual	117

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....123

CAPÍTULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA

Desenvolvimento econômico é um processo complexo, discutido pelas diversas partes que compõem a sociedade civil. Governo, Organizações não Governamentais, órgãos de classe, conselhos comunitários, entidades internacionais, bancos, etc. A grande questão é como crescer com qualidade, pois aí é que se atinge o desenvolvimento. Mas como isto é feito? Como se diminui a pobreza numa região, como se aumenta a qualidade de vida das pessoas? Com que políticas?

Até 1960 a idéia de desenvolvimento econômico era a de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Não se pensava em bem-estar, qualidade de vida e sustentabilidade. A sustentabilidade é um fator de extrema relevância atualmente, devido à crescente escassez de recursos naturais. Não basta aumentar a riqueza, pois sua distribuição pela sociedade, somada a outros fatores contribuintes para o desenvolvimento são igualmente importantes.

Hoje em dia, para se analisar e efetivar o desenvolvimento faz-se necessário obter uma gama simultânea de melhorias em áreas como crescimento da renda, diminuição da pobreza e educação melhor e mais eqüitativa, além de se considerar níveis mais altos de saúde e melhores condições de moradia.

A pobreza atualmente não é vista somente como impossibilidade de acesso por parte de certos indivíduos a bens ou serviços, decorrente da falta de renda. Segundo o Banco Mundial (banco que ajuda países em desenvolvimento a reduzir a pobreza através de empréstimos e ajuda técnica), a pobreza é conceituada como a incapacidade de se alcançar padrões: em saúde, educação, nutrição, moradia, etc.¹

A pobreza e a desigualdade social são fatores de muito peso quando se mede a dificuldade de países subdesenvolvidos para se desenvolver. Os serviços básicos, neste sentido, são essenciais na construção de um panorama de crescimento com qualidade para estas parcelas menos favorecidas da população de um país ou região. A garantia de acesso à educação e aos cuidados de saúde, por outro lado, aumentam a produtividade das pessoas de baixa renda, melhorando sua qualidade de vida e o próprio dinamismo da sociedade².

¹ Banco Mundial (2004).

² *Ibid.*

Utilizando esta linha de análise para a realidade brasileira e para o contexto econômico e social catarinense, serão analisadas as Microrregiões de Concórdia, São Bento do Sul e Rio do Sul. A partir do recorte Microrregional baseado nos critérios geográficos e sócio-econômicos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) optou-se por estas três Microrregiões porque estão localizadas em áreas diferentes entre si e por possuírem estruturas produtivas distintas, possibilitando demonstrar diferentes processos de desenvolvimento do Estado catarinense. Estas, abarcam municípios que passaram por diferentes processos de desenvolvimento, inclusive durante o período presentemente estudado, e têm diferentes níveis de situação sócio-econômica, o que torna este trabalho heterogêneo quanto aos conteúdos dos aspectos a serem estudados. Seus municípios historicamente se destacam em aspectos tanto econômicos como sociais, como São Bento do Sul que tem predominância na atividade moveleira e Concórdia com predominância na atividade agroindustrial.

A Microrregião de São Bento do Sul, com vocação industrial e num segundo plano agropecuária, compreende três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. Sua população é estimada hoje em torno de 114.778 mil habitantes e seu PIB *per capita* de R\$ 11.506 reais (IBGE, 2000). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentava uma média de 0,8 em 2000, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil³, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Bento do Sul de 0,838, de Campo Alegre de 0,595 e de Rio Negrinho de 0,646.

A Microrregião de Concórdia, de forte tendência agroindustrial, é composta por quinze municípios: Arabutã, Alto Bela Vista, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Ita, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina. Com população de 137.892 mil habitantes no ano 2000 seu PIB *per capita* totalizava R\$ 16.037 reais (IBGE, 2000) e seu IDH registrava 0,8, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁴.

Por fim, a Microrregião de Rio do Sul, com atividades predominantemente industriais, totaliza vinte municípios sendo estes: Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Oeste, Rio do Campo, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central,

³ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em < <http://www.pnud.org.br/home/> >.

⁴ *Ibid.*

Vitor Meireles e Witmarsum. Com uma população de 182.547 mil pessoas em 2000, o PIB *per capita* desta Microrregião, em 2000, totalizava R\$ 9.482 reais e seu IDH era de 0,8 (IBGE, 2000)

Diante do que foi explicitado, este trabalho procurou mapear as deficiências, pontos fortes e desafios ao desenvolvimento econômico de cada Microrregião a partir de indicadores socioeconômicos como PIB *per capita*, índice de desenvolvimento humano, desigualdade de renda e informações acerca da educação e da saúde. Depois de analisados os indicadores e sua evolução, ao longo do período 1970-2004, tentou-se indicar possíveis alternativas cabíveis a cada Microrregião.

1.1 Formulação dos objetivos

1.2.1 Geral

Estabelecer um paralelo de desenvolvimento sócio-econômico entre as Microrregiões de São Bento do Sul, Concórdia e Rio do Sul.

1.2.2 Específicos

- Realizar uma discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento sócio-econômico, à luz da abordagem da “Qualidade do Crescimento” de Thomas *et al.* (2002), e do texto “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” do Banco Mundial (2004).
- Contextualizar historicamente a evolução do conceito de desenvolvimento e pobreza, estabelecendo um paralelo com concepções atuais dos dois temas.
- Delinear e explicitar os fatores/indicadores relevantes para a análise deste trabalho sob o foco da abordagem utilizada.
- Avaliar os aspectos econômicos, sociais, populacionais e sustentáveis das Microrregiões de São Bento do Sul, Concórdia e Rio do Sul.
- Analisar comparativamente o desenvolvimento das Microrregiões de São Bento do Sul, Concórdia e Rio do Sul em nível estadual e nacional.

1.3 Metodologia

Para análise deste trabalho foram utilizadas pesquisas documentais, principalmente na Internet, nos sítios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Secretaria de Planejamento de Santa Catarina, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da base de dados macroeconômicos Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Por outro lado, o trabalho teve por base os já mencionados textos “Qualidade do Crescimento” (THOMAS *et al.*, 2002) e “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” (BANCO MUNDIAL, 2004), além de outros livros e publicações revistas, e mesmo contextualizados, conforme a necessidade de reestruturação, discussão e sistematização dos temas e variáveis relevantes ao alcance dos objetivos do mesmo.

Os indicadores utilizados foram, dentre outros, os níveis de: a) atividade econômica (Produto Interno Bruto *per capita* e Produto Interno Bruto por setor, compreendendo agropecuária, indústria e serviços), b) distribuição de renda (Índice de Gini), c) qualidade de vida (pobreza e Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM, que abarca os indicadores educação – alfabetização e frequência à escola e longevidade – esperança de vida ao nascer), d) educação (índice de desenvolvimento humano), e) saúde (esperança de vida, mortalidade infantil) e f) emprego (população ocupada/ativa/desocupada total e população ocupada/ativa/desocupada por setor).

Para análise das variáveis utilizou-se:

- Taxa de crescimento, $(x_t - x_{t-1})/x_{t-1}$.
- Para o cálculo das taxas de desemprego empregou-se os quantitativos de população ocupada/ativa/desocupada total e por setor. O cálculo realizado foi a partir da comparação da população economicamente ativa (PEA) com a população total ocupada. Para tal, foi utilizada a fórmula $(PEA - \text{Pop. Ocupada})/PEA$. A referida análise de dados compreende emprego total na área urbana e rural.

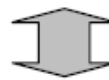
Não foi utilizada pesquisa de campo, neste trabalho, devido ao processo de análise estática e pontual do mesmo, que considera informações relativas ao período entre 1970-2004. Os dados obtidos são de fontes escritas e satisfazem as necessidades pretendidas.

Figura 1: Indicadores de Desenvolvimento Social.

Indicadores do Desenvolvimento Social	
CATEGORIA	
Educação	Analfabetismo Evasão Escolar Defasagem Escolar
Saúde	Esperança de Vida Mortalidade Infantil Médicos Residentes
Emprego	População Desocupada Total, Urbana e Rural Taxa de Desemprego População Ocupada por Setor
Pobreza	% População Pobre e População Indigente



Índice do Desenvolvimento Humano	
CATEGORIA	
Qualidade de Vida	- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - <i>Educação</i> (Alfabetização e Frequência à escola) - <i>Longevidade</i> (Esperança de Vida ao nascer) - <i>Renda</i> (PIB <i>per capita</i>)



Indicadores do Desenvolvimento Econômico	
CATEGORIA	
Nível de atividade Econômica	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIB <i>per capita</i>) Produto Interno Bruto por Setor (Agropecuária, Indústria, Serviços)
Distribuição da Renda	Índice de Gini

Indicadores do Desenvolvimento Sustentável	
CATEGORIA	% da População que vive em:
Moradia	Domicílios com instalação adequada de esgoto Domicílios com água encanada Domicílios com serviços de coleta de lixo

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS CONCEITUAIS: DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO

2.1 Primeiros ensaios

Desenvolvimento econômico é um tema relevante há muito tempo, só que a necessidade de segurança contra ataques de inimigos externos e internos durante o regime feudal, por exemplo, sobrepunha-se ao estabelecimento de objetivos econômicos mais específicos. As viagens por terra e mar eram muito perigosas e raramente havia preocupação com a melhoria das condições de sobrevivência da população.

Isso mudou com o surgimento do Estado Moderno, com o Renascimento e com as grandes descobertas marítimas. Neste sentido, as riquezas coloniais tiveram papel vital na expansão nacional européia. A metrópole tinha o monopólio das exportações e importações com as colônias, determinando os preços e o volume do comércio, ditando o destino das sociedades envolvidas.

Com a importância demasiada dada ao afluxo de metais preciosos como fator de riqueza nacional, a fim de maximizar o saldo da balança comercial, ignorava-se completamente o papel que as importações poderiam ter no desenvolvimento manufatureiro interno. Já no século XVIII, como reação ao mercantilismo, as escolas fisiocráticas na França e Inglaterra, passaram a se preocupar com os problemas do crescimento e da distribuição. Alguns de seus expoentes foram Adam Smith e François Quesnay.

Com seu livro “A Riqueza das Nações” (1776), o clássico Adam Smith procura trabalhar a questão do desenvolvimento, que para ele ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. No longo prazo ocorre uma redistribuição de renda entre os capitalistas, trabalhadores e arrendatários.

Já em 1911, o economista Joseph Schumpeter define desenvolvimento quando este ocorre na presença de inovações tecnológicas por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. Neste momento o lucro cresce muito e passa a ser extraordinário. No caso do simples crescimento econômico, ocorre apenas o fluxo circular que não exige inovação, nem na

presença de empresários empreendedores. Assim ocorrem lucros normais e os preços beiram aos da concorrência perfeita.

Empiricamente falando, pode se observar que a abordagem do desenvolvimento foi muito enfatizada a partir das flutuações econômicas ocorridas no século XIX e com o surgimento de alguns poucos países industrializados, díspares em relação ao resto. E mesmo dentro destes países industrializados, começou a se evidenciar as diferenças entre classes sociais.

Como Schumpeter mesmo dizia, durante as fases de inovações tecnológicas, a economia de países inovadores cresce aceleradamente. Cresce o nível de renda, aumenta o emprego e o bem estar geral da população. Já em outros períodos o nível de atividade diminui e as empresas despedem trabalhadores. Isso afeta outros setores econômicos interligados e a crise se torna geral. A crise da Grande Depressão em 1930 foi ilustrativa. Naquele contexto fez-se necessário à ação estatal na economia, realizando investimentos diretos e efetivando políticas anticíclicas com o intuito de diminuir os impactos da crise. Como Nali de Jesus Souza mesmo afirma: “desse modo, tanto a estabilidade torna-se condição necessária ao desenvolvimento econômico, como o crescimento precisa ocorrer em ritmo suficiente para atender às reivindicações das diferentes classes sociais, regiões e países”⁵.

Após 1930 e a criação da Contabilidade Nacional (teoria keynesiana), a questão do desenvolvimento foi mais trabalhada. Passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e classificá-los em ricos e pobres. Com o passar do tempo, estes países pobres começaram a serem denominados de subdesenvolvidos, levando-se em conta variáveis como crescimento econômico insuficiente, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, pequeno mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política, etc⁶.

Esta tese, da macroeconomia Keynesiana, passou a ser aplicada em várias partes do globo após a Segunda Guerra Mundial. Mas ela ainda era inadequada para explicar o desenvolvimento, por este ser um fenômeno de longo prazo⁷.

A teoria do imperialismo, defendida pelos marxistas, surgiu nesse vão. Ela diz que as economias pobres não podem se desenvolver se não romperem os laços coloniais com suas

⁵ SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.17.

⁶ *Ibid.*, *loc.cit.*

⁷ *Ibid.*, *op.cit.* p.19.

metrópoles. Estes vínculos se tornavam cada vez mais fortes com o aumento dos fluxos internacionais e suas trocas desiguais.

Neste contexto, verificou-se que um dos principais entraves ao desenvolvimento era a posição subalterna destes países pobres na divisão internacional do trabalho. Eles produzem matérias-primas estratégicas a baixo custo e alimentos baratos para alimentar os trabalhadores dos países centrais e não diminuir sua taxa de lucro. Essa abordagem, realizada principalmente por marxistas, provocou reação dos economistas mais tradicionais da década de 1950.

Estes últimos negavam a teoria marxista e desenvolveram modelos econômicos que apontavam a escassez de capital como principal causa do subdesenvolvimento. Os autores de formação neoclássica adicionaram variáveis como a taxa de poupança interna, fluxo de capitais externos e a necessidade da expansão das exportações para o desenvolvimento econômico⁸.

Estas são algumas teses acerca da idéia de desenvolvimento.

2.2 Conceito de Desenvolvimento Econômico

Existe uma visão que considera desenvolvimento como sinônimo de crescimento – aí se encaixa Solow -, e outra, que acredita que crescimento se faz necessário para que ocorra o desenvolvimento, mas não é suficiente – enquadrando-se aí Nurkse e Myrdal.

Para os teóricos da primeira corrente descrita acima, um país é subdesenvolvido, pois cresce menos que o desenvolvido, mesmo dispondo de terra e mão-de-obra ociosa. Como o país não utiliza plenamente seus fatores de produção, a economia não se expande como deveria. Neste contexto, surgem idéias simplificadoras acerca da questão, que dão importância apenas à acumulação de capital, dando a idéia de que com o crescimento há distribuição de renda entre os proprietários dos fatores de produção, o que, automaticamente, melhoraria o padrão de vida das pessoas e proporcionaria o desenvolvimento econômico.

Já para a corrente que acha que crescimento é necessário, mas não suficiente para se atingir o desenvolvimento, este se caracteriza quando há uma mudança de uma economia arcaica para uma economia moderna, com considerável melhoria de vida para o conjunto da população.

Esta concepção implica uma mudança de estrutura econômica, política, institucional e social, com melhoria da produtividade e renda dos agentes envolvidos no processo produtivo⁹.

⁸ *Ibid., op.cit.*, p.18.

⁹ *Ibid., op.cit.*, p.21.

Então, desenvolvimento econômico, sob a ótica da mudança estrutural na economia, acontece quando ocorre contínuo crescimento econômico (g) em ritmo maior que o crescimento demográfico (g^*), englobando mudanças estruturais e substancial melhoria de indicadores econômicos e sociais. Implica um fenômeno de longo prazo, onde ocorre o fortalecimento da economia nacional. Esta adquire estabilidade, então o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se processos endógenos com o passar do tempo.

Mesmo com o setor exportador da economia crescendo, o setor interno cresce concomitantemente àquele. Como há cada vez menos pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ocorre elevação do nível de salário e renda média da população como um todo, então o setor interno passa a ser o elemento dinâmico da economia nacional. O presente trabalho estará baseado sobre esta última corrente teórica apresentada, que mostra a nova visão acerca do desenvolvimento.

2.2.1 Pobreza e Educação

Segundo Souza (1999), pessoas consideradas pobres são as que possuem renda familiar apenas para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, educação transporte, saúde e lazer. Especificamente para o Brasil, o IPEA tem utilizado como critério objetivo para definir pobreza a renda familiar de $1/2$ salário mínimo. Esta definição se distingue da definição de população miserável (indigentes), que são as famílias cuja renda cobre apenas a alimentação. No caso do Brasil, o IPEA convencionou serem estas as famílias que obtêm menos do que $1/4$ do salário mínimo por mês.

Historicamente, a pobreza tem sido tratada de diferentes pontos de vista. Durante o século XIX os fatores que contribuem para a melhoria do nível de bem estar dos países parecem ser de acordo geral. O peso dado a cada variável se diferencia de acordo com o pensador ou sua escola. Esta é uma tradição do pensamento econômico que começou a tomar forma com Adam Smith, foi desenvolvida, no princípio do século XIX, por David Ricardo e Thomas Robert Malthus e, posteriormente, ratificada por John Maynard Keynes.

Segundo Galbraith, para Ricardo e Malthus a melhoria do bem-estar dependia do tamanho da comunidade. A natalidade não podia ultrapassar seu limite de subsistência. Com o tempo,

tornou-se evidente que durante os estágios mais elevados de desenvolvimento econômico as pessoas limitariam sua procriação.

Esta preocupação com o aspecto demográfico cessou e passou a dar lugar para o aspecto humano, à qualidade do potencial humano no que tange a sua contribuição para a expansão econômica. A partir deste momento as despesas com saúde e educação passaram a serem consideradas como investimento no capital humano. A terminologia serviu para se proclamar que, como as máquinas que precisam de diesel para funcionar e tem custos, seres humanos também necessitam de cuidados e também tem custos, de forma que o retorno esperado de um investimento tem que levar em conta o custo do capital humano.

Durante a Grande Depressão outra linha de pensamento foi interiorizada pelo *Establishment*, ajudando a dar forma ao avanço contra a pobreza. Foi posta em acordo (talvez um acordo velado, mas ainda um acordo), a idéia de que os governos deviam intervir da maneira que fosse necessária para conservar um mínimo de oferta, que empregasse a grande maioria da força de trabalho e mantivesse um esforço constante em prol da expansão da produção fabril¹⁰.

Como pode ser observado na explanação acima, a pobreza está intimamente relacionada com a problemática do desenvolvimento. Uma das considerações a serem feitas no presente trabalho é como a pobreza se relaciona com o desenvolvimento da sociedade, como interação dessas variáveis.¹¹

A denominação do significado de desenvolvimento mudou ao longo do tempo. O conceito de pobreza também mudou, passando de um enfoque limitado da renda e consumo, para uma noção multidimensional de educação, saúde, participação social e política, segurança pessoal e liberdade, além de outros fatores como qualidade ambiental. Esta mudança contribuiu para um enfoque mais acentuado deste novo conceito de pobreza dentro das políticas desenvolvimentistas. O destronamento do PNB¹² em 1965 e a abordagem da década de 1970 intensificaram a questão da pobreza, enquanto a onda neoliberal da década de 1980 a subestimou¹³.

¹⁰ GALBRAITH, John Kenneth. **A Natureza da pobreza das massas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p.51.

¹¹ Para abarcar tais questões, este trabalho utiliza como marcos teóricos os textos de Thomas *et al.* (2002) e do Banco Mundial (2004).

¹² Produto Nacional Bruto (PNB) “é a soma dos valores monetários líquidos, calculados a preços do mercado, dos bens e serviços produzidos em uma sociedade durante determinado tempo, geralmente um ano”. (SAHOP, 1978, p.18). É diferente do conceito de PIB: bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto produzido por todas as atividades econômicas (ver definição no glossário disponível em <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T_Economia.htm>).

¹³ BANCO MUNDIAL, 2004.

A novidade no trato deste tema na década de 1990 é o fato da pobreza estar plenamente ligada ao desenvolvimento e não mais ser considerada antagônica a ele. A pobreza agora é vista como a incapacidade de alcançar padrões importando saber se tais padrões são ou não alcançados. Já pobreza absoluta é a incapacidade de alcançar os padrões básicos em nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda¹⁴. Neste sentido, os economistas passaram a se importar mais com decisões em nível microeconômico.

Segundo John Kenneth Galbraith, existem duas grandes linhas de combate à pobreza. A primeira é a luta contra a acomodação, para aumentar o número de pessoas que tenta escapar do equilíbrio da pobreza. A segunda linha é a de facilitar esse escape, essa melhora de nível sócio-econômico¹⁵.

Neste sentido, Galbraith (1979) afirma que existem dois métodos para se romper com a acomodação: o trauma e a educação. No passado, via de regra era o trauma que invariavelmente aparecia como divisor de águas nas sociedades que passavam a prosperar. Seja pela escassez de viveres, pela depredação militar, expulsão de grupos étnicos ou religiosos. Nenhuma destas medidas é realmente considerável quando se tem em mente um projeto civilizado de mudança. Então a saída é a educação. Não isolada, pois neste contexto é insuficiente, mas como algo absolutamente necessário.

É pela educação universal - a instrução e seu uso - que as pessoas conseguem atingir o mundo fora da cultura da pobreza e do equilíbrio que a sustenta. Outras coisas também servem –exemplo dos que já escaparam, viagens, rádio, (embora a acomodação não seja mencionada, essas são regularmente citadas como fontes de motivação). Mas só a educação permite que o indivíduo esteja continuamente em contato com o mundo exterior, só ela lhe fornece a medida do controle sobre este contato, e o ajuda no próprio momento em que esteja fazendo seu escape.¹⁶

Galbraith (1979) titubeia em relação à espécie de educação mais apropriada a extinguir a acomodação, mas afirma que quanto mais a educação for disponível e exigida, maior será a proporção da população a resistir à acomodação. O autor ainda se aventura neste campo, ao

¹⁴ *Ibid.*, *op. cit.*

¹⁵ GALBRAITH, *op.cit.*, p.87.

¹⁶ GALBRAITH, *op.cit.*, p.93.

mencionar que a educação básica deve sempre ser precedida pela educação mais técnica e mais aprimorada, ensinada com o intuito de aperfeiçoamento da atuação econômica.

2.2.1 Saúde

A condição de saúde de uma população é vital para se atingir um nível satisfatório de desenvolvimento. Ela está intrinsecamente ligada a este processo, pois depende de muitas variáveis para ser alcançada (como obtenção de serviço de água encanada, ou boas condições educacionais, por exemplo) e se faz pré-requisito para o desenvolvimento. Nas palavras de George Washington:

a esperança de vida ao nascer, único indicador do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na dimensão Longevidade, sintetiza o padrão de riscos existentes nas diferentes fases da existência. Outro indicador utilizado nesta parte é a taxa de mortalidade infantil até um ano de idade. Conseqüência do nível de atenção ao recém-nascido, reflete as condições gerais de vida da população, estando correlacionada com as condições habitacionais, abastecimento de água, saneamento, grau de pobreza, condições educacionais e acesso ao sistema de saúde.¹⁷

A saúde também se relaciona com o nível de renda. O aumento da renda propicia acesso a bens e serviços que se refletem na saúde dos indivíduos, bem como ocorrem aumentos de produtividade e da própria renda quando melhora a saúde dos trabalhadores¹⁸.

A mudança da estrutura etária brasileira, com cada vez mais idosos, é reflexo do aumento da saúde. A universalização da seguridade social e do sistema público de saúde, assegurados na Constituição de 1988, causaram forte impacto sócio-econômico na sociedade. Foram observados impactos na pobreza, principalmente em ambiente rural, onde muitos familiares passaram a desfrutar da dependência de renda destes idosos que antes não sobreviviam por tanto tempo, devido à precariedade do nível de saúde¹⁹.

¹⁷ LEITÃO, George Washington Sena. **Esperança de Vida X Longevidade**. s.d *In*: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus (Atlas Municipal). Disponível em < <http://www.seplan.am.gov.br/publicacoes/arquivos/esperanca.pdf> >.

¹⁸ LEITÃO, *op.cit.*

¹⁹ NERI, Marcelo; SOARES, Wagner L.; SIMAS, Hugo S. **Estimando o impacto de renda na saúde através de programas compensatórios aos idosos de baixa renda**. s.d Disponível em < http://www4.fgv.br/cps/simulador/fontejuventude/Apresentacao/6Saude_Idosos_TextoFim.pdf >.

Faz-se necessário trabalhar pela equidade nas condições de saúde entre a população, pois esta se relaciona fortemente à prática social, influenciando uma série de outras variáveis que contribuem para o desenvolvimento de uma região.

2.3 Desenvolvimento Sustentável

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.²⁰

Esta é uma idéia mais ampla acerca do desenvolvimento, pois engloba as relações humanas com o meio ambiente, e não leva em conta apenas o crescimento quantitativo e destrutivo, pois não esgota os recursos naturais do ambiente.

O Relatório *Brundtland*, feito pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente, em 1987, definiu três princípios essenciais a serem cumpridos em ordem para se atingir o desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Segundo o relatório, estas seriam condições indispensáveis para se conseguir mudanças significativas numa população.

Para reforçar a idéia de sustentabilidade, Cavalcanti (2003) diz que esta significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Tal conceito equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo²¹.

2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Este é um índice de difícil aferição, que vem sendo aprimorado ao longo do tempo (desde sua primeira divulgação, no *Human Development Report*). Atualmente se utiliza o IDH para regiões, estados e países, e o IDHM para municípios. É importante ressaltar que, apesar das

²⁰ WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** s.d. Disponível em < http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm >.

²¹ GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da próxima geração. *In: Revista Espaço Acadêmico*. Ano V, n.51, ago. 2005. Disponível em < <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm> >.

dificuldades de mensuração, o IDH é um índice que supera em muito o indicador PIB *per capita*. Diferentemente deste, o IDH possibilita a análise de um leque de grande espectro de variáveis contribuintes para a melhora do bem estar dos indivíduos²².

O desenvolvimento humano é um processo de ampliação das escolhas das pessoas. Em princípio, tais escolhas podem ser infinitas e modificar-se ao longo do tempo. Entretanto, em todos os níveis de desenvolvimento, as escolhas fundamentais são: ter uma vida longa e saudável, ter acesso ao conhecimento e aos recursos necessários para se obter um padrão de vida decente. Quando essas escolhas essenciais não se encontram disponíveis, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis.²³

Para seu cálculo, levam-se em conta três indicadores: a renda (renda municipal *per capita*), educação (grau de escolaridade e alfabetização) e longevidade (expectativa de vida ao nascer), nos termos que seguem.

2.4.1 Longevidade

O indicador de Longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade local. Para o cálculo do IDH e IDHM em relação a este quesito, é utilizado o número médio de anos de vida de uma pessoa nascida no município (esperança de vida ao nascer)²⁴.

2.4.2 Educação

Para se medir o acesso a educação com o foco específico deste trabalho se faz necessário a utilização de três variáveis pelo menos. A primeira refere-se à taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional, e também o indicador da frequência escolar (baseado em dados censitários), para evitar possíveis distorções geradas pelo fato de que alguns estudantes podem residir em um município e estudar em outro. Através deste encontra-se a parcela da população do município em questão em comparação com a população do mesmo em idade escolar (SESPA, 2007).

²² *Human Development Report*, 1990.

²³ *Ibid.*, *op.cit.*

²⁴ SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ (SESPA). Definição disponível em < http://www.sespa.pa.gov.br/Informa%C3%A7%C3%A3o/IDH/idh_calculo.htm >.

Um outro critério é o percentual de pessoas alfabetizadas maiores de 15 anos. A Constituição Brasileira dá direito a todos os brasileiros de terem acesso ao ensino fundamental completo. Ensino este que, pelo calendário escolar nacional, encerra-se quando o indivíduo atinge 14 anos de idade, possibilitando a este ler e escrever um bilhete. Daí a idéia da aferição deste indicador a partir dos 15 anos (SESPA, 2007).

2.4.3 Renda

Para se avaliar este indicador, utiliza-se o critério da renda municipal *per capita*, que é obtida, no Brasil, através do Censo do IBGE, por meio de um questionário detalhado que é aplicado nos domicílios visitados pelos recenseadores.

Através deste indicador, pode-se observar a desagregação por cor ou gênero da população - algo não alcançado com a obtenção do PIB *per capita* (indicador eficaz para a avaliação da renda em países ou unidades da federação), por exemplo, já que nem sempre toda a renda produzida dentro dos limites de um município é apropriada pela população residente (SESPA, 2007).

O IDH varia de zero até um, sendo que quando seu valor é igual a zero significa que não há desenvolvimento e quando seu valor é igual a um significa que o desenvolvimento é total (PNUD). As regiões podem ser classificadas da seguinte maneira:

- Quando o IDH está entre 0 e 0,499, é considerado baixo;
- Quando está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio e;
- Quando está entre 0,800 e 1 é considerado alto.

2.5 Crescimento com qualidade

Atualmente, pode-se mensurar o desenvolvimento econômico pelo crescimento econômico, distribuição da riqueza e diminuição da pobreza. Os investimentos na população precisam estar relacionados com a qualidade deste e sua distribuição pela população. Por outro lado, quando o crescimento é acelerado, apesar de contribuir para o desenvolvimento social quando de base ampla, pode ferir a sustentabilidade ambiental. Além disso, a abertura dos mercados nacionais gera riscos financeiros que devem ser gerenciados com muita atenção e por

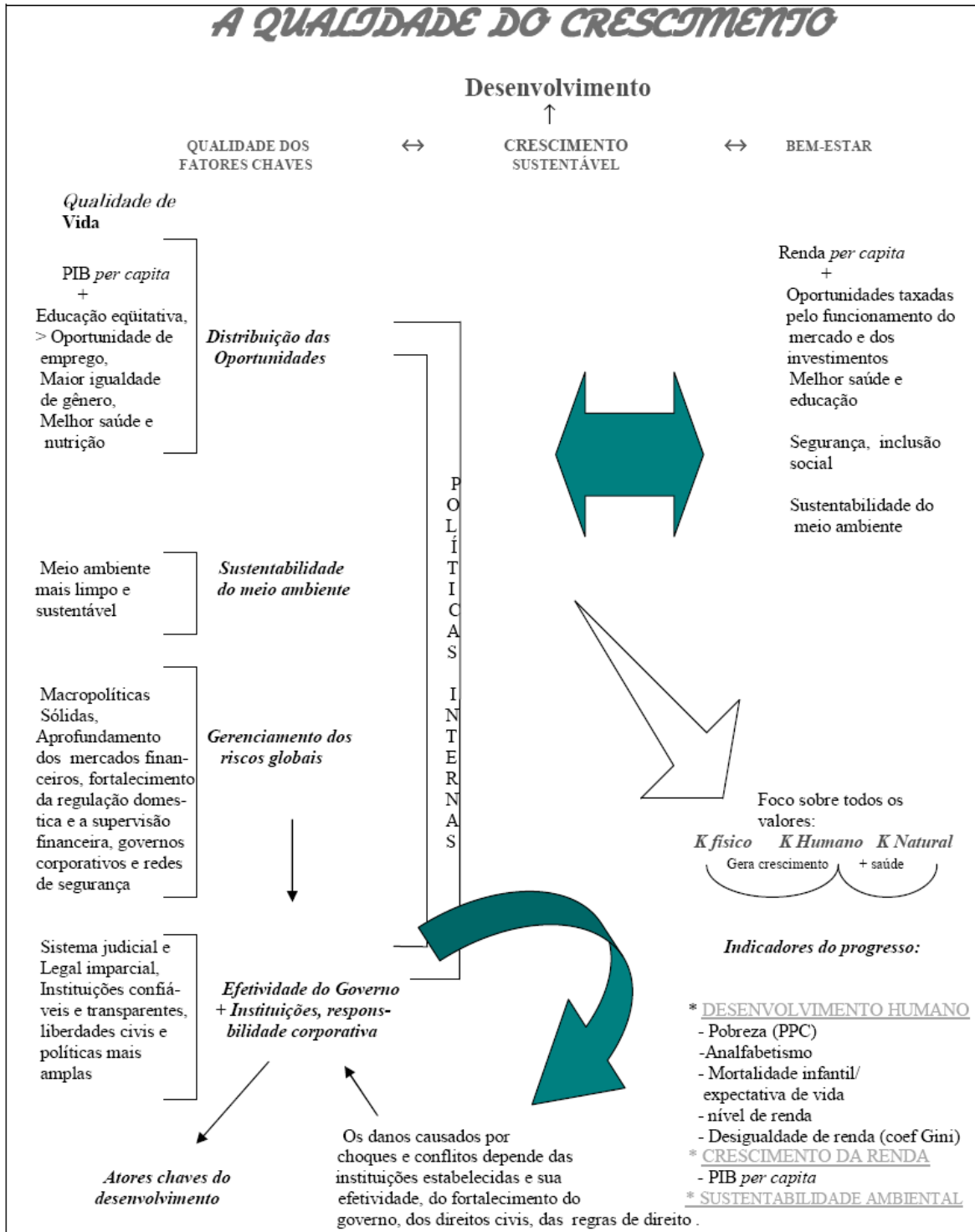
fatores muito específicos a cada território soberano. Em síntese, a noção de desenvolvimento atual diz respeito ao povo e seu bem estar, inclusive a condição de bem estar de seus herdeiros²⁵.

Hoje, se sabe que o crescimento do PIB pode ser de alta ou baixa qualidade. Para que se possa medir um processo de desenvolvimento são necessários índices multidimensionais de bem estar. Diminuição da pobreza, da desigualdade de renda, aumento da expectativa de vida, taxas de alfabetização, sustentabilidade do meio ambiente, saúde e nutrição, equidade e liberdade política. Estes são alguns dos mais importantes parâmetros para se avaliar a dimensão do desenvolvimento numa região (THOMAS *et al.*, 2002).

Na Figura a seguir, pode-se ver a conceitualização acima explicitada.

²⁵ Thomas *et al.*, 2002.

Figura 2: Esquema da Teoria “Qualidade e Crescimento”.



Fonte: Silva (2007, p.36).

Na Figura 1 acima se apresenta o crescimento sustentável, o bem-estar e a qualidade dos fatores chaves do crescimento como variáveis interligadas. Através destas é que se alcança o desenvolvimento, assim atingindo-se um melhor nível de vida.

2.5.1 Indicadores e sua influência para a análise do desenvolvimento

Pobreza – Como explicitado anteriormente, segundo Nali de Jesus Souza (1999), pessoas consideradas pobres são as que possuem renda familiar apenas para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, educação transporte, saúde e lazer. Especificamente para o Brasil, o IPEA tem utilizado o como critério objetivo para definir pobreza a renda familiar, de 1/2 salário mínimo, em relação ao ano considerado.

Segundo relatório no sítio OPAS.org, este índice é útil porque dimensiona o contingente de pessoas em condições precárias de sobrevivência; analisa a proporção de pobres em relação a sua variação geográfica e temporal; subsidia projetos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda, além de contribuir para a análise da situação sócio-econômica da população, identificando possíveis extratos sociais que requeiram mais atenção por parte das políticas públicas.²⁶

Seu método de cálculo é o seguinte:

$$\left(\frac{\text{população residente com renda familiar mensal } per\ capita \text{ de até meio salário mínimo}}{\text{população total residente}} \right) \times 100$$

Mortalidade Infantil - Este parâmetro é obtido a partir do número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado²⁷. Permite analisar variações geográficas e

²⁶ Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), 2002. Disponível em < <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/matriz.pdf> >.

²⁷ OPAS, *op.cit.*

temporais na mortalidade infantil, mapeando tendências e situações de desigualdade, além de contribuir na avaliação do nível de saúde e desenvolvimento socioeconômico da população.

Estima-se o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20) (PEREIRA, 1996, p.125). Altas taxas de mortalidade infantil demonstram baixos níveis de saúde e de desenvolvimento sócio-econômicos, embora taxas reduzidas possam encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.

Seu método de cálculo é o seguinte quociente:

$$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de óbitos de residentes com menos de um ano de idade}}{\text{N}^\circ \text{ total de nascidos vivos de mães residentes}} \right) \times 100$$

Analfabetismo - Analfabetismo é o percentual de pessoas de idade igual e maior do que 15 anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, dentre a população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, durante o ano considerado. Este índice analisa as variações geográficas e temporais do analfabetismo, também dimensionando a situação do desenvolvimento sócio-econômico de um grupo social. Portanto, contribui para a análise das condições de vida de uma determinada população. A atenção à saúde das crianças é influenciada positivamente pela alfabetização da população adulta, sobretudo das mães.

Este é, como os outros também o são, um indicador relevante para a análise de gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e educação²⁸.

Seu método de cálculo é o seguinte quociente:

²⁸ OPAS, *op.cit.*

$$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas residentes de 15anos e mais de idade que não sabem ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecem}}{\text{População total residente desta faixa etária}} \right) \times 100$$

Expectativa de vida - O quesito utilizado para aferição desta variável é a esperança de vida ao nascer, ou o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado²⁹.

Este indicador expressa a probabilidade de tempo médio de vida da população, e representa uma média sintética da mortalidade. O aumento deste indicador sugere uma melhoria das condições de vida e saúde da população³⁰.

O método de cálculo é realizado a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica. Toma-se por base o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (I0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T0 por I0³¹.

Desigualdade de Renda -

A distribuição de renda é extremamente importante para o desenvolvimento, pois ela influencia a coesão da sociedade, determina o tamanho da pobreza para qualquer renda média *per capita* e os efeitos redutores de pobreza advindos do crescimento. A distribuição de renda afeta até a saúde das pessoas.³²

A distribuição de renda é um índice que mede a desigualdade existente da distribuição dos indivíduos segundo sua renda domiciliar *per capita*. Vai de 0 - e diz-se que não há desigualdade neste caso (ou seja, a renda de todos os indivíduos apresenta o mesmo valor) - a 1, que é quando

²⁹ OPAS, *op.cit.*

³⁰ OPAS, *op.cit.*

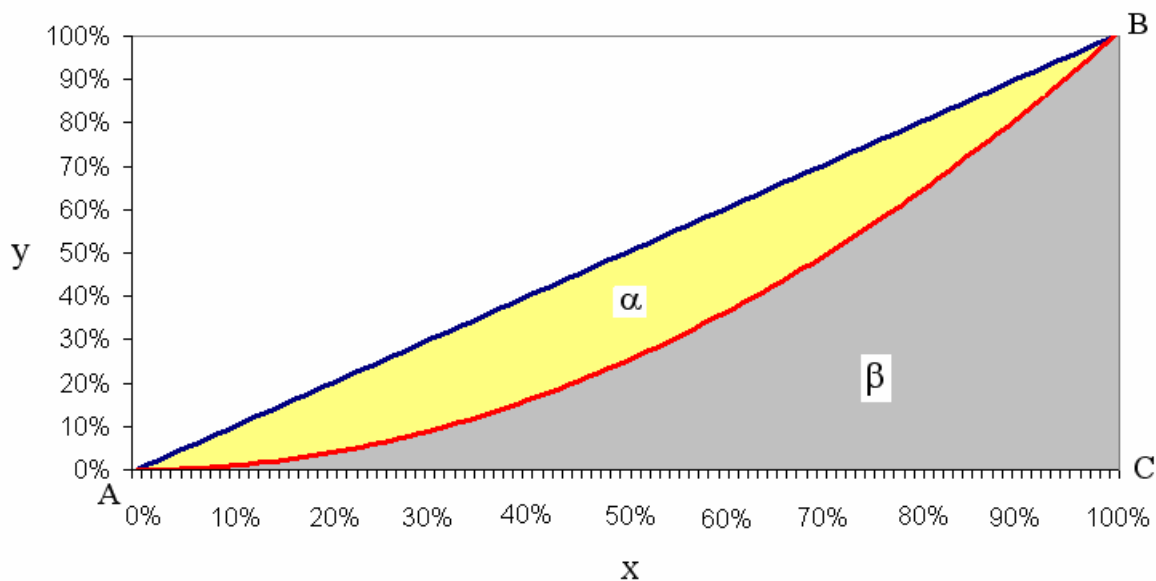
³¹ OPAS, *op.cit.*

³² STEWART, Francis. **Distribuição de renda e desenvolvimento**. Disponível em < www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=49 >.

a desigualdade é máxima (ou seja, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).³³

O Índice de Gini é obtido através da Curva de Lorenz. Esta é uma representação gráfica construída a partir da ordenação da população pela renda. No eixo horizontal fica a porcentagem acumulada da população enquanto no eixo vertical fica a porcentagem acumulada da renda, permitindo identificar qual a parcela da renda total acumulada pelas diversas camadas da população. Quando todos os indivíduos ganham a mesma parte da renda total, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico seria representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva dessa reta maior a desigualdade³⁴.

Figura 3: Curva de Lorenz.



Fonte: HOLANDA, GOSSAN e NOGUEIRA (2006).

O Índice de Gini mede essa evolução da desigualdade de renda. Geometricamente, o Índice de Gini é definido pela área α dividida pela soma das áreas α e β :

$$G = \alpha / (\alpha + \beta)$$

Em um extremo, quando a desigualdade é zero e a distribuição de renda é perfeita,

$$\alpha = 0.$$

³³ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Gini**. Disponível em < http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97 >.

³⁴ SITE DOS ÍNDICES. **Índice de Gini**. Vitória (ES), Brasil. Definição disponível em < <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/gini.htm> >.

$$\text{Então: } G=0/0+b=0$$

No outro extremo, quando a desigualdade é extrema e apenas um indivíduo acumula toda a renda,

temos $\beta \approx 0$.

$$\text{Então: } G= a/a+0=1$$

Crescimento do PIB *per capita* – O Produto Interno Bruto (PIB) dimensiona o valor da produção dentro dos limites geográficos de um determinado país durante um período determinado. Ele exprime o valor de tudo que foi produzido internamente, independente da nacionalidade das unidades produtivas.

$$\text{PIB} = C + I + G + \text{NX, onde:}$$

C = Consumo

I = Investimento

G = Despesa do governo

NX = Exportações líquidas

O PIB *per capita* é o valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, em um dado ano. Ele indica os diferenciais geográficos e temporais da produção econômica, além de contribuir para a análise da situação social, identificando espaços cujo desempenho econômico pode demandar mais atenção para investimentos na área social³⁵.

Seu método de cálculo é o seguinte quociente:

$$\left(\frac{\text{Valor do PIB em moeda corrente, a preço de mercado}}{\text{População total residente}} \right)$$

³⁵ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Rede Interagencial de informações para a saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil. Brasília**. 2002. Disponível em < <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/matriz.pdf> >.

Sustentabilidade Ambiental - Os indicadores de sustentabilidade diferenciam-se dos demais por exigirem uma visão de mundo integrada, necessitando relacionar para tanto, a economia, o meio ambiente e a sociedade de uma dada comunidade. Sabe-se que um bom indicador alerta sobre os problemas antes que eles se tornem muito graves, indicando o que precisa ser feito para resolvê-los. É dessa maneira que em comunidades em crise os indicadores são considerados importantes instrumentos para definir soluções e propor um futuro melhor.

A sustentabilidade ambiental integra um processo político participativo que integra a sustentabilidade econômica e sócio-cultural, coletivas e individuais, tendo em vista o alcance e manutenção da qualidade de vida. Esta é a gama que define, no horizonte, o Desenvolvimento Sustentável.³⁶

Poluição da Água - Poluição é a contaminação da água com substâncias que interferem na saúde das pessoas e animais, na qualidade de vida e no funcionamento dos ecossistemas. Alguns tipos de poluição têm causas naturais (erupções vulcânicas, por exemplo), mas a maioria é causada pelas atividades humanas. À medida que a tecnologia foi se sofisticando, o risco de contaminação tornou-se maior³⁷.

A importância da água não deve ser subestimada, pois os problemas ambientais, a pobreza, a fome e as doenças poderiam ser combatidos diretamente e revertidos significativamente caso a luta pelo acesso à água fosse considerada um alvo prioritário. No mundo, morrem cerca de 10 milhões de pessoas por ano, devido à poluição das cidades e à falta de água encanada tratada e de rede de esgotos. Esgotos a céu aberto transmitem estas doenças contaminando os lençóis subterrâneos de água, os rios, o solo e os alimentos. Para prevenir a diarreia é fundamental o saneamento básico das cidades. Saneamento básico significa moradia adequada e água encanada tratada. Onde não há água encanada, deve-se construir poços e ferver a água que se bebe³⁸.

³⁶ MARAGON, Maristela *et al.* Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra. In: **Revista de Educação e Tecnologia**. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, CEFET, PR, v.8, set. 2004. Disponível em < http://www.ppgte.cefetpr.br/revista/vol8/artigos/rev08_artigo10.pdf >.

³⁷ **Poluição da água**. Disponível em < http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/artigos/polui%ca0_agua.html >.

³⁸ ECIENCIA. **Exposição Água Brasilis – natureza e homem no curso da história**. Disponível em < http://www.eciencia.usp.br/site_2005/exposicao/agua_brasilis/principal_agua.htm >.

Portanto, a poluição da água em função dos fatores acima evidenciados, tem influência primordial sobre a saúde das pessoas, conseqüentemente sobre seu bem-estar e capacidade de trabalho, e finalmente sobre a qualidade de vida sob os aspectos econômicos e sociais do ser humano.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE MICRORREGIONAL

3.1 Apresentação de Santa Catarina e das Microrregiões

Uma vez que o caminho da análise sobre o desenvolvimento regional já foi desenvolvido e a base teórica foi detalhada, cabe estender-se à esfera Microrregional. Primeiramente serão fornecidas algumas informações sobre o Estado e sua inserção no país e no mundo, a fim de ambientar o leitor sobre a realidade na qual estão inseridas as Microrregiões em estudo. Após esta etapa será feita uma introdução acerca da situação sócio-econômica de cada Microrregião.

Segundo Cunha (1999), durante a década de 1990 a economia mundial passou por diferentes momentos financeiros. Primeiramente houve uma árdua fase de obtenção de empréstimos por parte dos países emergentes. Após isto, ocorreu relativa abundância de recursos para diferentes tipos de países (até a crise asiática em 1997). E, por fim, à volta a escassez de liquidez financeira internacional em 1998, com expoentes como a quebra da Rússia, além da eclosão da crise cambial brasileira, as quais levaram a grandes mudanças na política de câmbio nacional.

No campo das mudanças sócio-econômicas Cunha (1999) destaca dentre outros aspectos, a) a polarização dos Estados Unidos no processo de globalização, b) a reestruturação e crise de seu modelo econômico (sendo o maior expoente desta o Japão), c) o não sucesso dos países emergentes na busca do caminho do desenvolvimento sustentado e d) o paradigma gerado pela globalização, onde não há um comportamento padronizado para se tratar e ingressar neste novo processo. Neste ponto o autor frisa que embora limitações na fixação e gestão de políticas econômicas tenham surgido nos Estados Nacionais, não existe a necessidade de sujeição absoluta ao processo. Por último, é destacada a perda de renda nas relações de troca de *commodities*³⁹, devido à quebra de preços destes produtos.

O Brasil dentro desta realidade tentou ensaiar uma retomada da trajetória de crescimento em meados da década de 1990 sendo favorecido pela reversão do quadro de recessão que estava

³⁹ *Commodities*: Títulos correspondentes a negociações com produtos agropecuários, metais, minérios e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias. Estes negócios se referem à entrega futura de mercadorias, mas não significa necessariamente que há movimento físico de produtos nas bolsas. O que se negocia são contratos Conjuntura - Elementos constitutivos da situação econômica de um setor, de um ramo de atividade, de uma região ou de um país em um determinado momento. Definição disponível em < <http://dicionario-de-economia.portalmidis.com.br/c/o-que-e-commodities.htm> >.

posto mundialmente: aproveitou-se da súbita abundância de crédito e da frouxidão no controle de análise de riscos para a obtenção destes recursos.

A verdade é que um dos poucos indicadores favoráveis em relação ao Brasil depois da criação do Plano Real foi à inflação, que ficou em 1,7% a.a entre 1994 e o primeiro semestre de 1999 (CUNHA, 1999). Com a eclosão de crise mundial em 1996 houve um grande recuo da atividade econômica, principalmente entre 1997 e 1998, quando da crise nos países asiáticos e da Rússia. O resultado disso no Brasil foi um pífio crescimento econômico, com agravamento do déficit público, da balança comercial e aumento do desemprego.

Neste ponto, o autor salienta que Santa Catarina se destaca mesmo quando analisada entre o âmbito dos entes federativos, pois o Estado tem uma economia peculiar, com indústria evoluída e bom grau de integração com a economia mundial. Neste sentido, é vital que se esteja atento ao processo de globalização e à inserção do Brasil neste contexto.

3.2 Santa Catarina: demografia e urbanização

Santa Catarina é um Estado com população relativamente pequena, comparativamente a outras unidades brasileiras, como mostra a Tabela a seguir.

Tabela 1: População residente por situação do domicílio no Estado de Santa Catarina 1960 à 2005.

ANOS	TOTAL	URBANA	(% S/TOTAL)	RURAL	(% S/TOTAL)
1960	2.118.116	673.981	31,8	1.444.135	68,2
1970	2.901.734	1.246.043	42,9	1.655.691	57,1
1980	3.627.933	2.154.238	59,4	1.473.695	40,6
1991	4.541.994	3.208.537	70,6	1.333.457	29,4
1996	4.875.244	3.565.130	73,1	1.310.114	26,9
2000	5.356.360	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3
2003	5.626.146	4.611.673	82,0	1.014.473	18,0
2004(1)	5.774.178	-	0,0	-	0,0
2005(2)	5.866.568	-	0,0	-	0,0

Fonte: Fundação IBGE; Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional 1996; PNAD 2003 e SPG/DEGE/Gerência de Estatística. (1) Estimativa Preliminar revista em maio/2006; (2) Estimativa preliminar.

Neste contexto, pode-se dizer que não existe uma uniformidade no Estado. Cinco milhões e meio de catarinenses (população do ano 2000) vivem em situações e ambientes muito diferentes entre si.

Santa Catarina é dividida em cinco Mesorregiões. Estas são: Oeste catarinense, Grande Florianópolis, Norte, Vale do Itajaí, Serrana e Sul Catarinense. Abaixo na Tabela 2 podemos observar algumas nuances das diferenças regionais do Estado.

Tabela 2: Estimativa da População no Estado de Santa Catarina.

MESORREGIÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA hab/km ²	TAXA DE CRESCIMENTO 1991-96 (%a.a)
Oeste Catarinense	56,3	37,9	0,5
Grande Florianópolis	84,9	96,1	1,5
Norte	80,4	58,4	2,2
Vale do Itajaí	78,1	80,8	2,3
Serrana	75,4	17,7	-1,7
Sul Catarinense	70	76,7	1,3
TOTAL	73,2	51,1	1,4

Fonte: IBGE (2000).

A Mesorregião Sul Catarinense tem uma média de crescimento quase igual à estadual, mas revela algumas discrepâncias, tais como a concentração espacial em torno de Criciúma, município que lidera a região, e também baixo dinamismo em áreas ligadas à agricultura.

A Mesorregião Serrana é pouco densa e apresenta baixo ritmo de crescimento demográfico. Obteve queda populacional devido ao fechamento de vagas de empregos em atividades básicas de sua economia.

O Oeste catarinense exibe um elevado grau de ruralização e evasão rural. Está reduzindo sua participação no efetivo demográfico estadual. Vale ressaltar que nesta área, os municípios de maior porte revelam crescimento superior à média regional e estadual, devido ao desempenho positivo da agroindústria. As Microrregiões mais dinâmicas são Xanxerê e Joaçaba.

A Grande Florianópolis possui o maior grau de urbanização de todas as Mesorregiões. A cidade de Florianópolis funciona como pólo organizador do espaço regional. Nesta Mesorregião, a Capital e São José reduziram suas taxas de expansão, enquanto Palhoça e Biguaçu revelaram forte dinamismo. Além disto, estes municípios estão se tornando pólos educacionais de terceiro grau, com a implantação de muitos *campi* universitários nestas cidades. É importante mencionar que, em que pese esta consolidação da região metropolitana, registra-se queda da população total

de alguns municípios da área, por encontrarem-se na transição de atividades rurais para as urbanas⁴⁰.

No Vale do Itajaí os municípios com maior dinamismo populacional são os balneários, que neutralizam os impactos negativos da drástica reestruturação espontânea da base econômica regional, o complexo têxtil-vestuário. Nesta Mesorregião, os expoentes são Blumenau e Itajaí⁴¹.

O Norte catarinense tem Joinville como centro articulador e Jaraguá do Sul com forte dinamismo urbano-industrial. Ao abrigar atividades industriais mais dinâmicas e com melhor perfil, a região responde por um terço do emprego industrial no Estado. Esta supera com folga a média estadual de evolução demográfica⁴².

Vale ressaltar que Cunha (1999) ainda destaca as “sensíveis” assimetrias econômico-culturais de dotação de recursos naturais e históricos no seio da Mesorregião Norte, notadamente nas áreas lideradas por Canoinhas, Mafra e Porto União.

3.3 Produto Interno Bruto Catarinense

Segundo Cunha (1999), ao longo da década de noventa, Santa Catarina superou a média de expansão brasileira do PIB. Esta comparação pode ser observada nas Tabelas 3 e 4 a seguir.

⁴⁰ CUNHA, Idaulo José. **A economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/sc, 1999. p 46.

⁴¹ CUNHA, *op.cit.*, p 48.

⁴² CUNHA, *loc.cit.*.

Tabela 3: Comparação dos valores e variação anual (%) do PIB entre Brasil e Santa Catarina 1994 à 2005.

ANO	Santa Catarina		Brasil	
	PIB (em R\$ bi)	VARIAÇÃO ANUAL	PIB (em R\$ tri)	VARIAÇÃO ANUAL
1994	12.780	3,34	1.696.301	5,33
1995	23.573	5,77	1.771.223,77	4,41
1996	29.454	4,11	1.809.313,92	2,15
1997	31.875	5,25	1.870.383,65	3,37
1998	32.434	0,58	1.871.044,75	0,03
1999	35.682	3,83	1.875.798,67	0,25
2000	42.428	4,62	1.956.574,07	4,3
2001	46.535	4,97	1.982.266,21	1,31
2002	51.828	1,5	2.034.956,71	2,65
2003	62.214	2,08	2.058.289,93	1,14
2004	70.208	6,46	2.175.865,47	5,71
2005(1)	83.963	0,95	2.239.912,58	2,94

Fonte: IPEADATA, elaboração própria. Cálculo feito: (PIB do ano seguinte * 100/ PIB do ano corrente) - 100

É importante notar que o Brasil viveu um período de baixo dinamismo econômico durante o período 1990-2000, repetindo o ocorrido na década de oitenta. Portanto, esta constatação não implica em declarar estar Santa Catarina potencializando sua capacidade de desenvolvimento auto sustentado por ter mantido perfil diverso do nacional (CUNHA 1999).

Atente-se agora para a qualidade da produção estadual, assinalada na Tabela 4.

Tabela 4: Santa Catarina: variação da estrutura setorial do PIB e sua participação no Produto estadual 1990 à 1997 (%).

ANO	VARIAÇÃO ANUAL				PARTICIPAÇÃO		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1990	7,4	-6	-2,4	-2,83	16,55	43,4	40,05
1991	-5,6	2	2,1	0,78	15,5	43,93	40,57
1992	23,98	-3,24	-0,1	2,25	18,79	41,57	39,64
1993	-1,33	7,46	3,53	4,25	17,79	42,85	39,36
1994	5,43	4,71	4,09	4,59	17,93	42,9	39,18
1995	1,95	5,67	6,06	5,16	17,38	43,1	39,52
1996	-1,04	3,03	4,95	3,08	16,69	43,08	40,23
1997	12,05	6,95	4,46	6,8	17,51	43,14	39,35

Fonte: Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MercoSul.

Pode-se notar que o terceiro setor em Santa Catarina – setor de serviços – permaneceu estagnado, ao redor dos 40% do PIB estadual.

Isso leva a afirmar que, a produção de bens originários da agropecuária e dos diversos segmentos da indústria, soma 60% do PIB catarinense. Estes setores, segundo Cunha (1999), são peculiares, voltados para a produção de bens físicos e tangíveis.

Em relação ao setor primário, pode-se destacar que sua estrutura produtiva se destaca a nível nacional. Não devido à somente a sua estrutura fundiária, assentada em unidades econômicas de pequenas e médias dimensões, mas também pelo papel central exercido pela pecuária no conjunto setorial e no encadeamento de uma notável agroindústria, cuja liderança, de caráter subsetorial, é encabeçada pelo segmento de carnes e aves.

3.4 As Microrregiões em estudo.

De acordo com a o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Santa Catarina é dividido em vinte Microrregiões as quais constituem divisões geográficas para fins didáticos e estatísticos, agrupando diversos municípios que apresentam características naturais e socioeconômicas semelhantes.

Como na Tabela 2 demonstrada anteriormente, o IBGE dividiu Santa Catarina entre seis Mesorregiões (Grande Florianópolis, Norte catarinense, Oeste catarinense, Serrana, Sul catarinense e Vale do Itajaí), dentro das quais estão as três Microrregiões a serem estudadas: São Bento do Sul, Rio do Sul e Concórdia. Estas, apresentam atividades produtivas distintas, bem como características naturais próprias. A esse propósito, primeiramente será feita uma análise geográfica destas três Microrregiões para, na seqüência, tratar-se do desenvolvimento socioeconômico de cada uma delas ao longo do período e em comparação com o Estado catarinense.

3.4.1 Características Gerais

MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

Figura 4: Microrregião de São Bento do Sul



Fonte: Wikipédia (2007).

A Microrregião de São Bento do Sul pertence à Mesorregião Norte catarinense e compreende três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. Abrange uma área total de 1.576,10 km² e sua população totalizava 114.778 habitantes (ano 2000).

É uma Microrregião povoada por descendentes de italianos, alemães, portugueses e poloneses. Suas principais atividades econômicas estão relacionadas à agropecuária em segundo plano (plantação de batata, fumo, milho, feijão, etc.) e principalmente a indústria (primordialmente a moveleira).

MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

Figura 5: Microrregião de Rio do Sul



Fonte: Wikipédia (2007).

A Microrregião de Rio do Sul se insere na Mesorregião do Vale do Itajaí. Totaliza vinte municípios: Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Saleté, Taió, Trombudo Central, Vitor Meireles e Witmarsum. Conjuntamente, totalizam uma área de 5.249,7 km² e sua população somava 182.55 habitantes (2000).

Seus colonizadores vieram da Alemanha, predominantemente. A atividade econômica tem em segundo plano o setor primário – com destaque para o fumo e arroz -, e como maior fonte de riqueza o setor de transformação, com base no setor metal-mecânico e têxtil.

MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

Figura 6: Microrregião de Concórdia



Fonte: Wikipédia, 2007.

Concórdia é uma Microrregião que pertence à Mesorregião do Oeste catarinense. Totaliza 3.123,7 km² e sua população totalizava 137.89 habitantes (2000). Esta Microrregião compreende quinze municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina.

A região foi colonizada por alemães e italianos. Na produção, se destacam os minifúndios, onde é criado gado para corte e para a produção de leite. Também se destacam o cultivo de milho e vime. Em relação à produção industrial, há destaque para a agroindústria, que produz alimentos.

3.5 Aspectos populacionais

3.5.1 Evolução da População Rural, Urbana e Total

A variável população é muito importante na análise do desenvolvimento regional, pois com esta informação, pode-se ter uma idéia da dimensão da Microrregião e da movimentação das pessoas, de fora e para fora desta. Além disso, como afirma Nali de Jesus Souza (1999), se faz necessário um crescimento demográfico menor que o crescimento econômico para que se possa pensar em desenvolvimento.

MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

Como pode ser observado na Tabela 5 abaixo, houve um incremento populacional de 16.072 pessoas durante a década de 1970 na Microrregião de Concórdia.

Tabela 5: População Residente Rural, Urbana e Total da Microrregião de Concórdia 1970 e 1980 (números absolutos).

ÁREA	Número de Habitantes	
	1970	1980
URBANA	17.829	29.855
RURAL	82.253	86.299
TOTAL	100.082	116.154

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Já durante a década de 1990, esta Microrregião apresentou um pequeno incremento de 6,11 % em sua população total, chegando em 2000 com o total de 137.892 mil habitantes. No ano de 2000, a maior parte da população residia na área urbana, totalizando 77.609 mil habitantes. Estes dados podem ser observados na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6: População total, urbana e rural nos Municípios da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (números absolutos).

Município	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alto Bela Vista	1.970	2.098	981	522	990	1.576
Arabutã	3.906	4.160	1.944	971	1.962	3.189
Arvoredo	2.164	2.305	1.077	411	1.087	1.894
Concórdia	59.214	63.058	29.473	45.254	29.741	17.804
Ipira	4.765	4.979	1.211	2.214	3.554	2.765
Ipumirim	7.253	6.907	1.800	2.484	5.453	4.423
Irani	6.834	8.602	3.291	5.058	3.543	3.544
Itá	6.352	6.764	3.161	3.422	3.190	3.342
Lindóia do Sul	5.778	4.877	1.172	1.321	4.606	3.556
Paial	1.927	2.052	959	259	968	1.793
Peritiba	3.033	3.230	1.510	1.317	1.523	1.913
Piratuba	4.522	5.812	1.338	2.710	3.184	3.102
Presidente Castelo Branco	1.796	2.160	462	457	1.334	1.703
Seara	15.479	16.484	7.705	10.263	7.775	6.221
Xavantina	4.961	4.404	884	946	4.077	3.458
TOTAL	129.954	137.892	56.968	77.609	72.987	60.283

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Pode-se observar na Tabela 6 que a quantidade de pessoas vivendo em áreas rurais diminuiu na região como um todo, devido principalmente ao movimento dos habitantes da cidade de Concórdia, onde 11.937 mil pessoas deixaram o campo no município durante a década de 90. Primeiramente se faz importante notar a grande quantidade de empresas fixadas no município de Concórdia (*Sadia S/A, Cooperativa de Produção e Consumo de Concórdia Ltda; Agroindustrial Simioni Ltda; Renato Garibotti; Rui Schneider da Silva FI; Zelinda Therezinha Zuchello; Móveis Venson Ind. e Com. Ltda e Indústria de Móveis Sebem Ltda*), o que contribuiu para a concentração de pessoas em espaço urbano ao longo do período. Isto, aliado ao fenômeno do êxodo rural, movimento contínuo e de proporção nacional. Como situa Giovani Marcos Fantin (2000):

nos últimos 40 anos, a população brasileira inverteu sua localização. Hoje mais de 75% da população vive em meios urbanos. Destes, mais de 15 milhões são migrantes de outras regiões do Brasil, aonde famílias inteiras, vindas dos quatro cantos do país, chegam aos grandes centros, na ilusão de uma vida melhor.⁴³

Com relação aos municípios onde a população rural aumentou, observa-se que a maior contribuição para o PIB destas regiões provém de atividades relacionadas à agropecuária, mesmo em Peritiba, apesar de abrigar a empresa *Móveis Boll Ind. e Co Ltda*.

Tabela 7: Estimativa da População da Microrregião de Concórdia 2001 à 2004 (números absolutos).

Ano	2001	2002	2003	2004
População	137.625	139.336	140.057	141.577

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Esta Microrregião se insere num contexto de competitividade agroindustrial, com produção agrícola familiar e apoio do Estado, principalmente durante a década de 1960 e 1970. Este quadro alçou a Microrregião de Concórdia e toda região Oeste de Santa Catarina como modelo de desenvolvimento agrário brasileiro devido à sua distribuição agrária minifundista e à

⁴³ FANTI, Giovani Marcos. *Êxodo rural e urbanização*. 2003. Disponível em < <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=135> >.

relativa distribuição de renda entre os produtores. Entretanto, da década de 1980 em diante a situação se complicou, pois começou a ocorrer uma contínua concentração produtiva em estabelecimentos de grande porte, engendrando a marginalização contínua dos estabelecimentos de pequeno porte, que não dispunham de capital para alcançar as escalas produtivas requeridas pelas grandes empresas. Isto contribuiu para a migração da população para os centros urbanos na Microrregião⁴⁴.

MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

Na Tabela 8 a seguir pode-se observar a grande quantidade de pessoas residindo em meio rural, inclusive ultrapassando a quantidade de pessoas vivendo em locais urbanos, durante o período 1970-1980, totalizando uma população de 156.301 habitantes ao final da década de 1980.

Tabela 8: População Residente Rural, Urbana e Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 e 1980 (números absolutos).

ÁREA	Número de Habitantes	
	1970	1980
URBANA	43.163	70.735
RURAL	103.923	85.566
TOTAL	147.086	156.301

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Já em 2000, a Microrregião de Rio do Sul contava com 182.547 habitantes. Ela apresentou um crescimento populacional de 5,11 % durante a década de 1990. 63,16% da população viviam em áreas urbanas, totalizando 115.307 habitantes em 2000. Diferente do quadro apresentado anteriormente. Observemos a Tabela 9 abaixo.

⁴⁴ MATTEI, Lauro; ASSUMPCÃO, Pedro. Migrações no Oeste catarinense: histórias e elementos explicativos. **Texto para Discussão**. Departamento de Economia, UFSC, 2007. Disponível em < <http://www.cse.ufsc.br/gecon/textos/2007/Texto%20Lauro-Pedro03-07.pdf> >

Tabela 9: População Total, Urbana e Rural nos Municípios da Microrregião Rio do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).

Município	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Agronômica	4.317	4.257	701	872	3.616	3.385
Aurora	5.256	5.474	661	1.482	4.595	3.992
Braço do Trombudo	2.114	3.187	910	1.622	1.204	1.565
Dona Emma	3.958	3.309	983	1.368	2.975	1.941
Ibirama	13.490	15.802	9.657	13.115	3.833	2.687
José Boiteux	4.768	4.594	866	1.466	3.902	3.128
Laurentino	5.661	5.062	2.288	3.238	3.373	1.824
Lontras	7.578	8.381	4.417	5.309	3.161	3.072
Mirim Doce	3.908	2.753	895	1.158	3.013	1.595
Pouso Redondo	12.244	12.203	4.368	6.368	7.876	5.835
Presidente Getúlio	11.372	12.333	6.310	7.867	5.062	4.466
Presidente Nereu	2.775	2.305	776	776	1.999	1.529
Rio d'Oeste	5.850	6.730	1.935	2.626	3.915	4.104
Rio do Campo	6.998	6.522	1.807	2.288	5.191	4.234
Rio do Sul	45.651	51.650	42.766	48.418	2.885	3.232
Salete	8.080	7.163	3.176	4.583	4.904	2.580
Taió	13.204	16.257	6.938	7.887	6.266	8.370

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Pode-se observar acima que a quantidade populacional total diminuiu de 1991 para 2000 em algumas cidades, tais como Agronômica, Dona Emma, José Boiteux, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Rio do Campo, Salete e Witmarsum.

Apesar desta grande quantidade de municípios, estes se tornam irrelevantes quando analisada a Microrregião por inteiro, principalmente o município de Rio do Sul, que representa 28,3% da população total da Microrregião (um quantitativo expressivo se levado em conta à quantidade de municípios abarcados pela Microrregião em questão), que conta com um pólo têxtil em seu território, além do setor metal-mecânico e eletrônico, informação evidenciada no item Características Gerais.

O setor metal mecânico produz principalmente máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, metalúrgicos, ferramentas e materiais de telecomunicações. Neste setor, as empresas geralmente são muito verticalizadas e não apresentam muita terceirização por alegarem falta de

qualidade dos fornecedores. O setor têxtil abriga grandes unidades empresariais como a da Dudalina S/A e Sulfabril S/A. Apesar disto, a maior parte das empresas é de pequeno porte, apresentando utilização intensiva de mão-de-obra e com grande taxa de informalidade. Muitas destas empresas micro e de pequeno porte surgiram devido a externalização da atividade de costura por parte das grandes empresas, principalmente na década de 1990. Com isto, estas podem focar suas forças para a distribuição de seus produtos e sua relação com o mercado (AMAVI, 2001).

Com relação às cidades que apresentam diminuição do quantitativo populacional - à exceção de Salete (que realiza atividades relacionadas à extração e tratamento da madeira, além de atividades relacionadas ao setor imobiliário, com foco para exportação), observa-se sua vocação econômica relacionada à agricultura e o fato de não apresentarem uma estrutura satisfatória do ponto de vista econômico, levando muitos habitantes a procurarem oportunidades em outros municípios.

A seguir, na Tabela 10, pode-se observar uma estimativa da população da Microrregião de Rio do Sul para o ano de 2001 a 2004.

Tabela 10: Estimativa da População na Microrregião de Rio do Sul 2001 à 2004 (números absolutos).

Ano	2001	2002	2003	2004
População	183.582	184.542	185.469	187.414

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

A Tabela 10 acima é importante, pois será comparada com o crescimento do PIB *per capita* posteriormente.

MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Microrregião de São Bento do Sul apresentou uma taxa de variação no crescimento de sua população total na ordem de 74,81%, ao longo da década de 1970. É importante mencionar que o parque industrial da Microrregião está relacionado principalmente à indústria moveleira, mas também às atividades, em menor escala dos setores de metalurgia de transformação, tecelagem, cerâmica e plástico. Aqui se faz importante um comentário sobre o histórico econômico da Microrregião. Esta tem sua atividade baseada na indústria moveleira, organizada por meio de *clusters* (conjuntos de empresas localizadas geograficamente na mesma região que

desempenham as mesmas atividades, podendo ou não realizar ações conjuntas em busca da eficiência coletiva⁴⁵). Durante as décadas de 1950 e 1960, devido aos fartos recursos florestais na área várias carpintarias foram abertas na região, tornando-se empresas especializadas na fabricação de móveis. Contudo, durante a década de 1970 e início de 1980, devido à falta de serrados (matéria prima utilizada na produção de móveis) de origem nativa na região Sul do país várias empresas paralisaram suas atividades e outras mudaram de negócio. Durante a década de 1980, a indústria moveleira teve um impulso: alguns fabricantes passaram a exportar para Europa móveis produzidos a partir de madeira de pinho. Este fator, somado ao aumento da oferta de *pinus* gerada pelo reflorestamento e à tumultuada transição da Europa Oriental (tradicional fornecedora deste tipo de móvel para a Europa Ocidental), propiciou um novo ciclo de crescimento para a Microrregião.⁴⁶

Tabela 11: População Residente Rural, Urbana e Total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 e 1980 (números absolutos).

ÁREA	Número de Habitantes	
	1970	1980
URBANA	20.136	51.868
RURAL	16.776	12.657
TOTAL	36.912	64.525

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Conforme a Tabela 12 abaixo, durante a década de 1990, a Microrregião de São Bento do Sul apresentou uma taxa de crescimento de 21,48%, e totalizou em 2000 um contingente de 114.778 mil habitantes. A indústria moveleira realizou mudanças drásticas na Microrregião. As empresas se especializaram ainda mais, aumentando a qualidade de seus produtos e diminuindo seus preços. Isto provocou um grande aumento nas exportações de móveis da região. Em 1990, as exportações do município de São Bento do Sul não ultrapassavam 20 milhões de dólares, porém, no ano 2000, este quantitativo passou para 220 milhões de dólares⁴⁷.

⁴⁵ Disponível em < <http://www.revistadigital.com.br> >. Acesso em 20 de Dezembro 2007.

⁴⁶ BOLETIM DO PORTAL MOVELEIRO. **O cluster de São Bento do Sul**. 06/03/2003. Disponível em < http://www.revistadigital.com.br/forum_ads.asp?CodMateria=1429 >.

⁴⁷ *Ibid.*, *op.cit.*

Tabela 12: População Total, Urbana e Rural nos Municípios da Microrregião São Bento do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).

Município	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campo Alegre	9.307	11.634	5.522	6.871	3.785	4.763
Rio Negrinho	31.019	37.707	24.778	32.650	6.241	5.057
São Bento do Sul	49.787	65.437	45.341	61.826	4.446	3.611
TOTAL	90.113	114.778	75.641	101.347	14.472	13.431

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Como pode ser observado na Tabela 12 acima, o único município da região a aumentar sua população rural foi Campo Alegre, provavelmente absorvendo mais mão-de-obra com o perfil rural do mercado local. O alto índice de desenvolvimento humano da região (entre 0,799 e 1), 0,8, atesta a qualidade de vida do local e o relativo progresso econômico. O pólo moveleiro de São Bento do Sul exporta 50% do total das exportações brasileiras de móveis⁴⁸.

Tabela 13: Estimativa da População da Microrregião de São Bento do Sul 2001 à 2004 (números absolutos).

Ano	2001	2002	2003	2004
Total	117.859	120.231	122.762	128.074

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Acima, na Tabela 13, pode-se observar uma projeção para o quantitativo populacional da Microrregião de São Bento do Sul durante o período 2001-2004.

3.5.2 População Economicamente Ativa (PEA)

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a PEA (população economicamente ativa) compreende a população ocupada e a desocupada também.

⁴⁸ *Ibid., op.cit.*

MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

A PEA na Microrregião de Concórdia teve uma evolução de 107% ao longo do período analisado. Enquanto que, em 1970, o indicador totalizava 36.910 indivíduos, em 2000, foi da ordem de 76.402 pessoas.

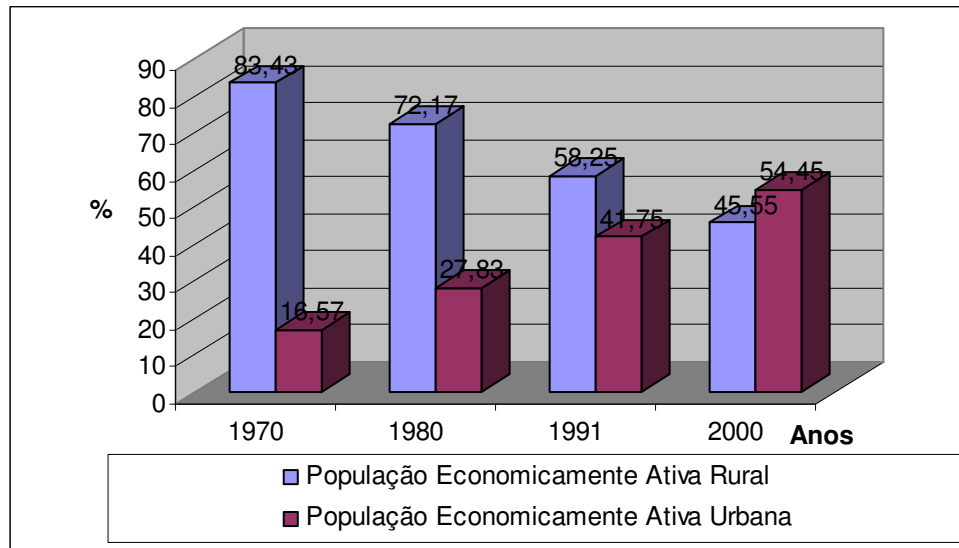
Tabela 14: População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000.

Ano	Total	% População Total	% PEA rural	% PEA urbana
1970	36.910	25,09	83,43	16,57
1980	42.124	26,95	72,17	27,83
1991	63.221	36,67	58,25	41,75
2000	76.402	41,85	45,55	54,45

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Graças ao perfil econômico da Microrregião (agroindustrial, com destaque para os minifúndios, comentados anteriormente), a porcentagem da PEA foi maior no meio rural entre 1970 a 1991, só se invertendo esta tendência no ano 2000, quando 54,25% da PEA foi urbana. Este fato se explica provavelmente devido ao processo de concentração produtiva em estabelecimentos de grande porte a fim de reestruturar o setor agropecuário da região, promovendo a marginalização dos estabelecimentos de pequeno porte e conseqüentemente forçando parcela da PEA a procurar emprego nos centros urbanos. Essa evolução pode ser melhor analisada a seguir na Figura 7.

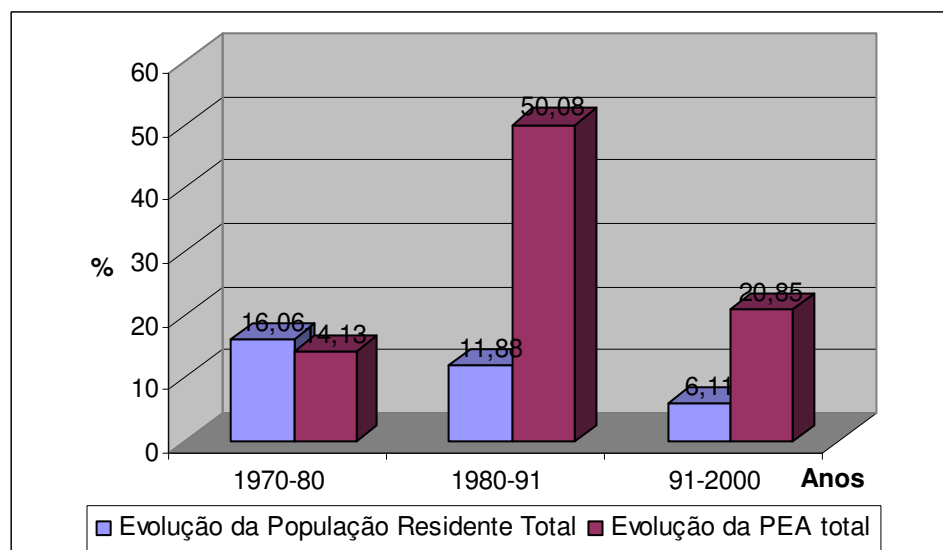
Figura 7: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a Área Rural e Urbana da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).



Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Pode-se perceber, através da Figura 8 a seguir, que a PEA cresceu em ritmo acelerado durante o período de 1980 ao ano 2000.

Figura 8: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).



Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Estima-se que a população se concentre na faixa etária adulta, sobretudo na área urbana, caso considerado o final do período analisado, o ano 2000.

MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

Como mostra a Tabela 15 abaixo, enquanto em 1970, 32,61% da população residente na Microrregião de Rio do Sul fazia parte da PEA, em 2000, este quantitativo aumentou para 53,35% da população.

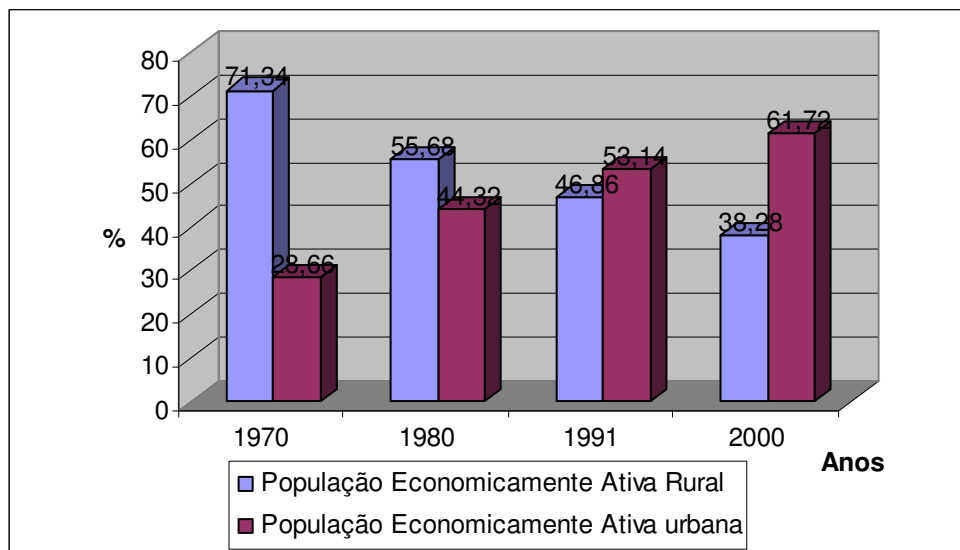
Tabela 15 População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000.

Ano	Total	% População Total	% PEA rural	% PEA urbana
1970	47.968	32,61	71,34	28,66
1980	62.931	40,26	55,68	44,32
1991	78.541	45,55	46,86	53,14
2000	97.734	53,53	38,28	61,72

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Observando a Tabela 15 e a Figura 9 abaixo, vê-se que a PEA vem gradativamente crescendo na área urbana e diminuindo na área rural. Enquanto que, em 1970, a PEA urbana abarcava apenas 28,66% da população, em 2000, já compreendia mais da metade desta (61,72%).

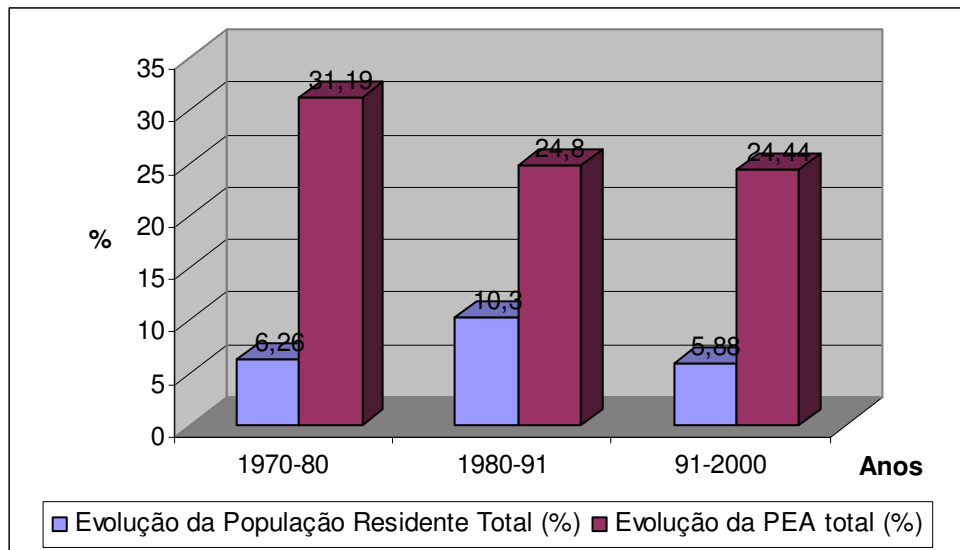
Figura 9: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a área Rural e Urbana da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).



Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

A seguir, na Figura 10, pode-se observar graficamente a evolução da população economicamente ativa em relação à população total.

Figura 10: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).



Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Esses dados corroboram com a mudança na pirâmide da estrutura etária no Brasil a qual, segundo dados do IBGE (1996)⁴⁹, apresenta a base (crianças e jovens) estreitando e o topo aumentando (adultos e idosos).

Há casos de algumas cidades manterem um quantitativo equilibrado ou até mesmo crescente de pessoas ligadas ao campo durante a década de 1990. Isto diz respeito à economia destas localidades. Segundo reportagem vinculada no Diário Catarinense em 7/11/07, no município de Agronômica, por exemplo, a rizicultura (cultura de arroz) é o grande motor do mercado local. Lá, os produtores formam grupos de trabalho que não contratam mão-de-obra externa, mas que se ajudam, trocando experiências e técnicas de manejo. Já em Dona Emma e Witmarsum, o forte são os negócios ligados à madeira, como fabricação de portas, serralherias e afins, atividades que exigem da indústria de transformação, mas que utilizam principalmente o

⁴⁹ As modificações ocorridas na estrutura etária da população brasileira nas últimas décadas alteraram, de modo significativo, a pirâmide etária do Brasil. Ela se distanciou das pirâmides dos países subdesenvolvidos e se aproximou das pirâmides dos países desenvolvidos (IBGE. **Contagem da população**, 1996. Disponível em < <http://www.frigoletto.com.br/GeoPop/piramidebra.htm> >).

campo para reflorestamento, para o fornecimento de matéria prima para o negócio. Isso sem falar na agricultura, que embora não seja a principal atividade destes municípios (não é a maior fonte de arrecadação do município - a maior arrecadação vem da indústria), ainda exerce um importante papel em suas economias e nas de outros municípios que apresentaram crescimento em sua população rural economicamente ativa (assegurando a renda aos produtores rurais locais, através da produção integrada) - tal como a agricultura de Vitor Meireles e a avicultura em Taió.⁵⁰

MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A PEA na Microrregião de São Bento do Sul cresceu, mas não tanto como nas outras duas Microrregiões analisadas. Em 1970, ela representava 32,78% da população, contra 48,3% da mesma, no ano 2000.

Tabela 16: População Economicamente Ativa Total da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000.

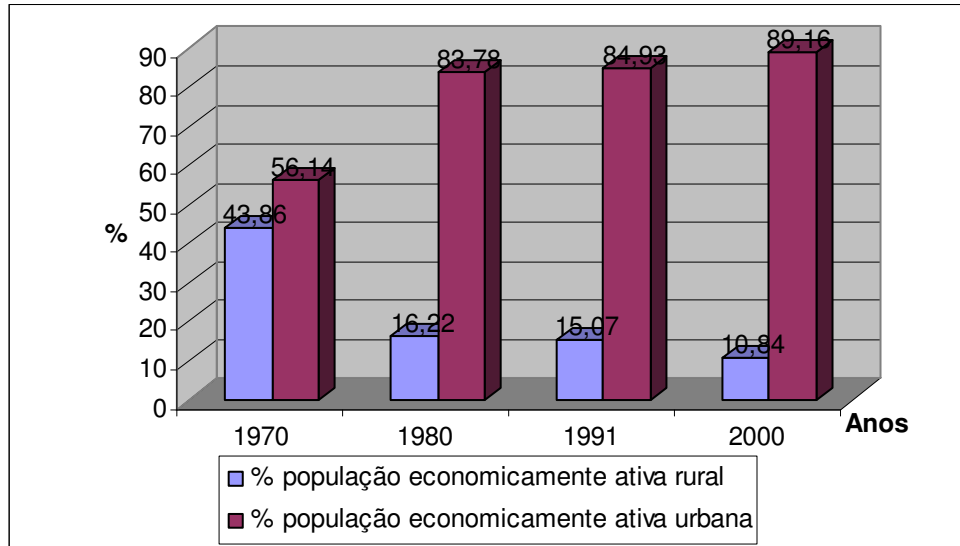
Ano	Total	% População Total	% PEA rural	% PEA urbana
1970	12.101	32,78	43,86	56,14
1980	27.152	42,08	16,22	83,78
1991	38.904	43,17	15,07	84,93
2000	55.440	48,3	10,84	89,16

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Observando-se a Figura 11 a seguir, pode-se notar que, diferentemente das outras Microrregiões, São Bento do Sul foi à única Microrregião a apresentar uma PEA urbana comparativamente maior que a PEA rural durante todo o período analisado.

⁵⁰ BEVILACQUA, Viviane. O melhor de Santa Catarina. In: **Diário Catarinense**. Caderno de Variedades, 7/11/2007.

Figura 11: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a área Rural e Urbana da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).

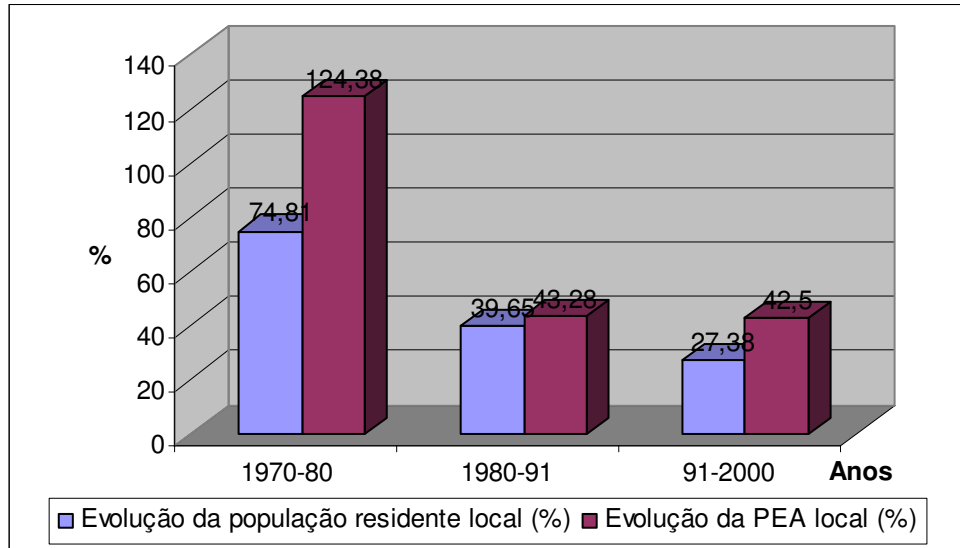


Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Acerca da evolução da PEA urbana, pode-se dizer que os maiores crescimentos se verificaram nos municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, cuja economia gira em torno da indústria moveleira, atividade essencialmente manufatureira e que é realizada em áreas urbanas. Campo Alegre teve um aumento da PEA urbana mais tímido visto que a ocupação primordial do município é a agropecuária, atividade essencialmente rural. Também, o aumento das exportações no setor moveleiro de Santa Catarina (36,13% no 1º bimestre de 2000, comparado com o mesmo período do ano anterior⁵¹) foi fato contribuinte para este movimento populacional na região na década de 1990.

⁵¹ Conforme MACIEL, Marília. Exportações movimentam o pólo moveleiro no Planalto. *In: Jornal A Notícia*. Caderno AN Economia, Joinville, 2 abril 2000. Disponível em < <http://www1.an.com.br/2000/abr/02/0ecc.htm> >.

Figura 12: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa Total da Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).



Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Acima na figura 12, pode-se observar uma comparação gráfica acerca da evolução nos quantitativos da população residente local da Microrregião e sua PEA local ao longo do período 1970-2000.

3.5.3 Aspectos do Desenvolvimento Econômico

3.5.3.1 NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Na categoria nível de atividade econômica analisam-se duas variáveis: o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) e o Produto Interno Bruto (PIB) por setor. Ao se comparar estas duas variáveis com parâmetros relevantes ao desenvolvimento social e sustentável, cria-se uma noção objetiva da qualidade de crescimento na região estudada.

Neste item específico, analisa-se o desenvolvimento sócio-econômico das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul, porém somente a partir do PIB *per capita* do final da década de 1990 em diante, isto é, dos anos de 1999 a 2004. Isso porque somente a partir de 1999 é que o IBGE passou a publicar “os resultados do Produto Interno Bruto dos Municípios -

PIB do período de 1999 a 2002, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as metodologias de Contas Regionais e Contas Nacionais brasileiras” (IBGE, 2004, p.9).

3.5.3.2 PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA*

Microrregião de Concórdia

Do primeiro ao último ano analisado (1999-2004), pode-se observar que a Microrregião de Concórdia apresentou um PIB *per capita* maior que do Estado de Santa Catarina. Em 1999, a Microrregião em questão apresentou esta variável num quantitativo 22,42% maior que a mesma para o Estado.

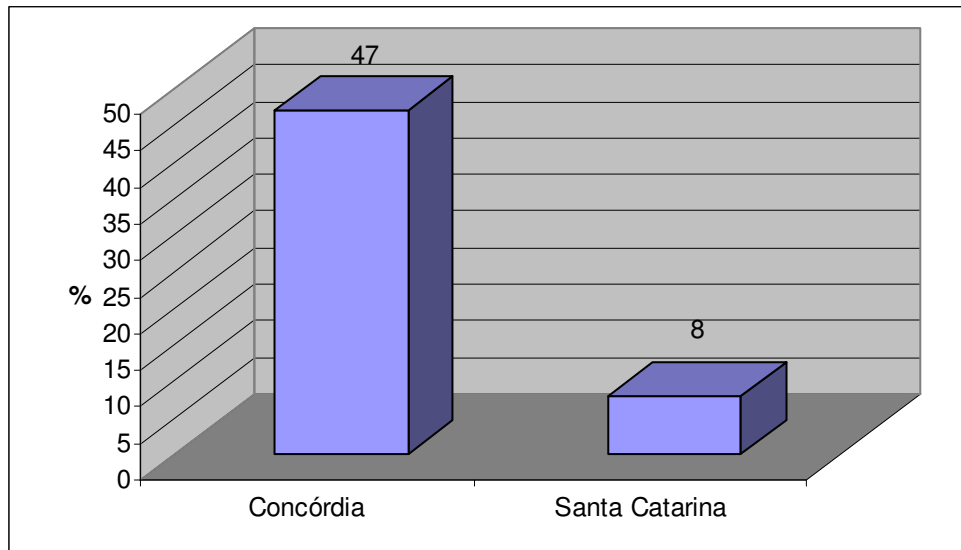
Tabela 17: Produto Interno Bruto *per capita* de Santa Catarina e Microrregião de Concórdia 1999 à 2004 (R\$).

Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Concórdia	13.095	16.037	17.378	18.736	20.648	19.276
Santa Catarina	10.697	11.545	11.592	11.529	12.003	12.159

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE e pela Secretaria de Planejamento (SC). O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipal.

Já em 2003 e 2004, esta variável ultrapassou e muito o valor da média catarinense, apesar de ser o único dos períodos analisados onde o indicador apresentou leve declínio para a Microrregião de Concórdia. Em 2003, a média do PIB *per capita* para a Microrregião era de R\$ 20.648 reais contra R\$ 12.003 reais na média estadual.

Figura 13: Evolução do PIB *per capita* de Santa Catarina e da Microrregião de Concórdia durante o período 1999 à 2004 (%).



Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE. O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipais.

Em 2004, a Microrregião de Concórdia apresentou uma média de R\$ 19.276 reais contra uma média em Santa Catarina de R\$ 12.159. Ou seja, em 2004, a Microrregião de Concórdia apresentou um PIB *per capita* 58,53% mais alto que a média catarinense.

Microrregião de Rio do Sul

A Tabela 18 abaixo permite observar que o PIB *per capita* da Microrregião de Rio do Sul se apresentou menor que o mesmo indicador para o estado ao longo do período analisado.

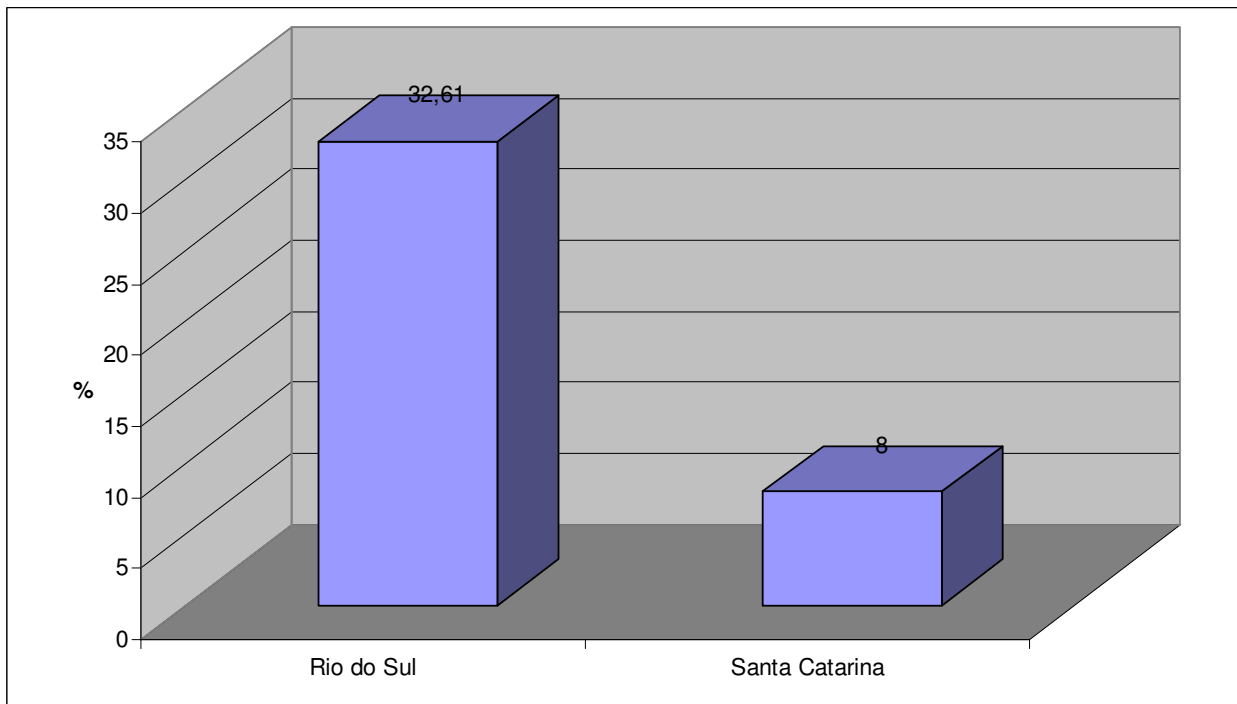
Tabela 18: Produto Interno Bruto *per capita* de Santa Catarina e Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004 (R\$).

Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Rio do Sul	8.577	9.482	9.600	9.587	10.629	11.374
Santa Catarina	10.697	11.545	11.592	11.529	12.003	12.159

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE. O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipal.

Em 1999, o PIB *per capita* da Microrregião em questão foi de R\$ 8.577 reais, e o do Estado de Santa Catarina foi de R\$ 10.697 reais.

Figura 14: Evolução anual do PIB *per capita* de Santa Catarina e da Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004 (%).



Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE. O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipais.

Em 2001, a Microrregião de Rio do Sul apresentou uma média de R\$ 9.600 reais por habitante, e Santa Catarina totalizou R\$ 11.592 reais. Finalmente, em 2004, o Estado apresentou uma média de PIB *per capita* de R\$ 12.159 reais, contra apenas R\$ 11.374 para a Microrregião de Rio do Sul.

Microrregião de São Bento do Sul

Na Tabela 19 a seguir pode-se observar que o único período em que o PIB *per capita* da Microrregião de São Bento do Sul se apresentou menor que a média catarinense, foi o ano de 2000 e 2001.

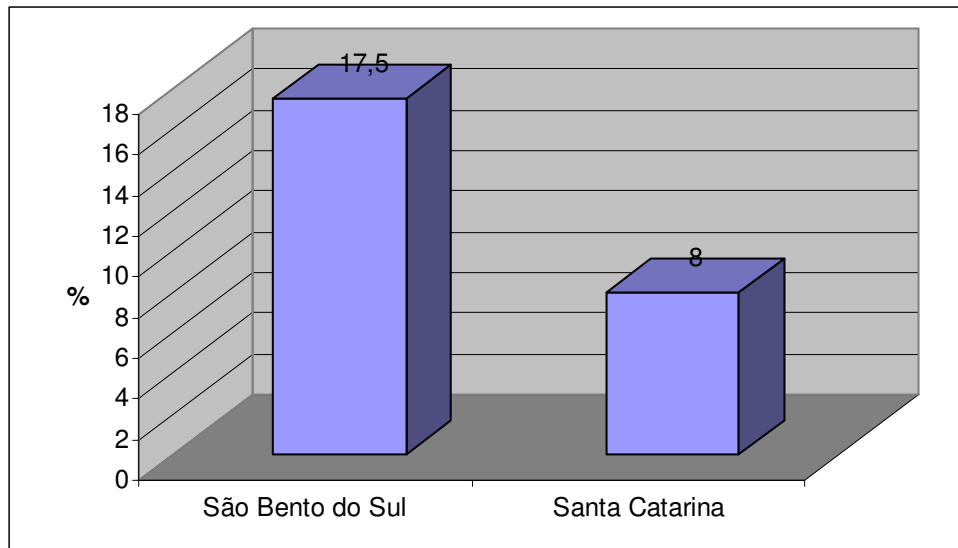
Tabela 19: Produto Interno Bruto *per capita* de Santa Catarina e Microrregião de São Bento do Sul 1999 à 2004 (R\$).

Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004
São Bento do Sul	10.835	11.506	11.210	12.862	12.403	12.731
Santa Catarina	10.697	11.545	11.592	11.529	12.003	12.159

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE. O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipais.

Durante os dois primeiros períodos analisados, 2000 e 2001, o PIB *per capita* de Santa Catarina foi menor que o mesmo indicador para a Microrregião em questão. Enquanto a média catarinense, para 2000, foi de R\$ 11.546 reais, a Microrregião totalizou R\$ 11.506 reais. Em 2001, Santa Catarina apresentou um PIB *per capita* de R\$ 11.592 reais contra uma média de R\$ 11.210 reais para a Microrregião de São Bento do Sul.

Figura 15: Evolução anual do PIB *per capita* de Santa Catarina e da Microrregião de São Bento do Sul 1999 à 2004.



Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) fornecido pelo IBGE. O PIB *per capita* Microrregional foi feito pela média dos PIB *per capita* municipais.

Em 2002, a Microrregião novamente ultrapassou a média catarinense, e o indicador totalizou R\$ 12.862 reais, contra R\$ 11.529 reais na média estadual. Já no ano de 2004, a média do PIB *per capita* da Microrregião de São Bento do Sul somou R\$ 12.731 reais, contra R\$ 12.159

reais para Santa Catarina. Ou seja, no ano de 2002, a Microrregião em questão apresentou um PIB *per capita* 11,56% maior que a mesma variável para o Estado. E, em 2004, A Microrregião de São Bento do Sul apresentou a mesma variável com um quantitativo 4,7% maior que a mesma para Santa Catarina.

É importante destacar as oscilações nos valores dos PIB *per capita* das três Microrregiões em evidência, principalmente as que ocorreram a partir de 1999, quando o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto instituiu o regime de metas de inflação, num contexto de severa crise cambial e temor de retomada de alta da inflação. Com a crise russa, houve desvalorização do Real e do regime de câmbio administrado. Com o início do novo regime de metas de inflação, o poder de compra das pessoas diminuiu, impedindo um maior crescimento do produto e também um maior avanço no desenvolvimento social (Anderson Prado da Silva, 2003)⁵².

3.5.3.3 PIB POR SETOR

Microrregião de Concórdia

Pode-se observar que o setor da economia que mais vem contribuindo para a Microrregião é o industrial. Este totalizava 38,87% do PIB em 1999, e em 2004 era 48,24% deste indicador.

Tabela 20: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de Concórdia 1999 à 2004 (R\$).

Setor	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Agropecuária	778.405	36,66	831.029	32,60	890.153	32,42	994.378	34	1.129.257	37,23	978.745	33,51
Indústria	825.278	38,87	1.170.607	45,93	1.285.064	46,8	1.343.719	45,93	1.348.590	44,47	1.409.199	48,24
Serviço	519.483	24,47	547.180	21,47	570.719	20,78	587.382	20,07	554.968	18,3	532.930	18,25
TOTAL	2.123.167	100	2.548.817	100	2.745.937	100	2.925.479	100	3.032.816	100	2.920.875	100

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) dado pelo IBGE. PIB deflacionado pelo autor. Deflator Implícito do PIB – índice encadeado (acumulado 2004=100) IBGE / SCN anual – SCN

Logo atrás vem o setor agropecuário, que teve sua participação na geração de riquezas diminuída durante o final da década de 1990 (em 1999 contribuía com 36,66% do total, ao passo que no ano 2004 este percentual caiu para 33,51%). O setor de serviços também perdeu espaço na

⁵² SILVA, Anderson Prado da. **Sistemas de Metas para a inflação**. Jul-2002. Disponível em < http://www.univap.br/biblioteca/hp_julho_2002/ >.

Microrregião de Concórdia ao longo do período, estabilizando-se perto da faixa dos 20%. Em 1999, totalizava 24,47% do total da riqueza gerada na Microrregião, contra um percentual de 18,25% no ano 2004.

Microrregião de Rio do Sul

Através da Tabela 21 abaixo, pode-se notar a predominância do setor de serviços e industrial, principalmente, com o setor agropecuário sendo relegado a um terceiro lugar.

Tabela 21: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1999 à 2004 (R\$).

Setor	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Agropecuária	350.405,56	23,29	358.479,58	21,49	325.980,5	18,95	364.084,3	20,04	465.320,5	24,55	394.934,8	19,31
Indústria	554.293,96	36,84	688.104,02	41,26	747.600,6	43,47	816.196,6	44,92	829.227,1	47,75	996.364,7	48,73
Serviço	599.661,93	39,87	621.278,63	37,25	646.093	37,58	636.655,3	35,04	600.582,8	27,7	653.466,3	31,96
TOTAL	1.504.361,45	100,00	1.667.862,23	100,00	1.719.674	100,00	1.816.936	100,00	1.895.130	100,00	2.044.766	100,00

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) dado pelo IBGE. PIB deflacionado pelo autor. Deflator Implícito do PIB – índice encadeado (acumulado 2004=100) IBGE / SCN anual – SCN

O setor de serviços contribuía com 39,87% da geração de riqueza da Microrregião de Rio do Sul em 1999, e obteve uma queda ao longo do período analisado, de modo que no ano 2004, totalizou 31,96% do PIB da região.

O setor industrial apresentou valor adicionado ao PIB equivalente a 36,84% do total, em 1999, único ano em que foi menos representativo que o setor de serviços na composição do indicador. Em 2004, este percentual aumentou para 48,73%.

O setor econômico que menos contribuiu para o PIB durante o período 1999-2004 foi o agropecuário. Enquanto em 1999 ele totalizava 23,29% das riquezas produzidas na região, em 2004 ele somou 19,31%.

Microrregião de São Bento do Sul

Em relação a este indicador, pode-se dizer que há forte predomínio da indústria na geração de riqueza na Microrregião que representava 58,86% do valor adicionado no total da economia no ano de 1999 e passou para 68,05% em 2004. Observemos a Tabela 22 a seguir.

Tabela 22: Composição do Produto Interno Bruto Deflacionado - Valor Adicionado por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1999 à 2004 (R\$).

Setor	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Agropecuária	109.369,47	8,36	92.345,63	6,40	72.271,31	4,95	134.504,25	8,27	137.988,5	8,28	112.268,7	6,26
Indústria	770.164,87	58,86	894.573,01	62,04	936.001,42	64,09	1.005.819,5	61,81	1.079.468	64,78	1.219.711	68,05
Serviço	428.818,64	32,78	455.016,49	31,56	452.187,67	30,96	486.847,37	29,92	449.097,2	26,94	460.431,4	25,69
TOTAL	1.308.352,98	100,00	1.441.935,13	100,00	1.460.460,4	100,00	1.627.171,1	100,00	1.666.554	100,00	1.792.411	100,00

Fonte: PIB *per capita* deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado corrente *per capita* (R\$) dado pelo IBGE. PIB deflacionado pelo autor. Deflator Implícito do PIB – índice encadeado (acumulado 2004=100) IBGE / SCN anual – SCN

O setor de serviços foi o segundo setor a gerar mais valor para a Microrregião de São Bento do Sul durante o período, totalizando 32,78% do total do PIB em 1999, contra 25,69% em 2004.

Já o setor agropecuário representa apenas uma pequena fatia da riqueza gerada na Microrregião. Somava 8,36% do total em 1999 e no ano 2004 este percentual diminuiu ainda mais, caindo para uma contribuição de apenas 6,26% do valor adicionado no PIB.

3.5.3.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Neste item será analisada a qualidade da distribuição de renda nas Microrregiões estudadas. O indicador a ser utilizado é o Índice de Gini, como já foi mencionado. Ele varia de zero a um. Recorde-se que quando seu coeficiente é zero, significa que não há desigualdade de renda e que quando o índice é igual a um, a desigualdade é total.

Microrregião de Concórdia

A Microrregião de Concórdia obteve uma melhora na sua distribuição de renda durante o período 1991-2000. Observemos a Tabela 23 a seguir.

Tabela 23: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (número índice).

Município	Índice de Gini	
	1991	2000
Alto Bela Vista (SC)	0,49	0,47
Arabutã (SC)	0,52	0,51
Arvoredo (SC)	0,48	0,55
Concórdia (SC)	0,58	0,55
Ipira (SC)	0,53	0,5
Ipumirim (SC)	0,55	0,53
Irani (SC)	0,55	0,6
Itá (SC)	0,52	0,55
Lindóia do Sul (SC)	0,62	0,61
Paial (SC)	0,57	0,54
Peritiba (SC)	0,58	0,48
Piratuba (SC)	0,55	0,51
Presidente Castelo Branco (SC)	0,54	0,51
Seara (SC)	0,53	0,51
Xavantina (SC)	0,49	0,46
MÉDIA	0,54	0,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Apesar de alguns municípios apresentarem uma piora em sua distribuição de renda, como, por exemplo, Arvoredo e Irani, houve uma queda de 3,7% na concentração de renda da Microrregião.

Microrregião de Rio do Sul

A Microrregião de Rio do Sul apresentou um aumento absoluto de 0,01 em seu coeficiente de Gini entre 1991 e 2000, o que significa dizer que a distribuição de renda piorou. Vejamos a Tabela 24 a seguir.

Tabela 24: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Município	Índice de Gini	
	1991	2000
Agronômica (SC)	0,51	0,46
Aurora (SC)	0,47	0,48
Braço do Trombudo (SC)	0,49	0,45
Dona Emma (SC)	0,46	0,53
Ibirama (SC)	0,47	0,48
José Boiteux (SC)	0,48	0,56
Laurentino (SC)	0,46	0,5
Lontras (SC)	0,52	0,47
Mirim Doce (SC)	0,57	0,57
Pouso Redondo (SC)	0,56	0,5
Presidente Getúlio (SC)	0,43	0,46
Presidente Nereu (SC)	0,45	0,47
Rio d'Oeste (SC)	0,54	0,45
Rio do Campo (SC)	0,53	0,51
Rio do Sul (SC)	0,49	0,51
Salete (SC)	0,5	0,51
Taió (SC)	0,53	0,54
Trombudo Central (SC)	0,53	0,5
Vitor Meireles (SC)	0,53	0,55
Witmarsum (SC)	0,46	0,51
MÉDIA	0,49	0,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Em 1991, o índice apresentava um coeficiente de 0,49 para a região. Já em 2000, o índice aumentou para 0,5. Os municípios onde houve melhoras na distribuição de renda foram: Braço do Trombudo, Lontras, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Rio do Campo e Trombudo Central. Nos outros, ocorreu piora deste indicador.

Microrregião de São Bento do Sul

Conforme a Tabela 25 a seguir, a Microrregião de São Bento do Sul manteve seu índice de concentração de renda constante.

Tabela 25: Indicador da Distribuição de Renda da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Município	Índice de Gini	
	1991	2000
Campo Alegre (SC)	0,48	0,47
Rio Negrinho (SC)	0,48	0,49
São Bento do Sul (SC)	0,47	0,49
MÉDIA	0,48	0,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

O índice de Gini era de 0,48 em 1991, e se manteve neste quantitativo no ano 2000.

3.5.3.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.5.3.5.1 Trabalho

Nesta seção procura-se obter a taxa de desemprego das Microrregiões, buscando-se relacionar o nível de pessoas ocupadas e desocupadas, dentro do quadro da força de trabalho (PEA).

Microrregião de Concórdia

Pode-se observar que a relação entre o nível de pessoas ocupadas em Concórdia e sua população total aumentou durante a década, bem como a PEA.

Tabela 26: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em Relação à População Residente Total na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).

ANO	POP. OCUPADA EM RELAÇÃO A POP.	
	TOTAL	PEA EM RELAÇÃO A POP. TOTAL
1970	36,83	36,88
1980	36,02	36,26
1991	47,74	48,65
2000	52,02	55,41

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

Em 1970, a maior parte da população ocupada se concentrava na área rural, com 83,51% dos indivíduos em relação à população ocupada total. Já em 2000, a situação se inverteu: a maior

parte da população ocupada passou a se concentrar na área urbana, totalizando 52,75% das pessoas.

Tabela 27: População Ocupada urbana e rural em relação á População Ocupada Total na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000 (%).

Ano	POP. OCUPADA URB.	POP. OCUPADA RURAL
1970	16,49	83,51
1980	27,69	72,31
1991	41,48	58,52
2000	52,75	47,24

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

Após se comparar o número de pessoas ocupadas e a PEA, chega-se ao número de pessoas desocupadas e, em consequência, à taxa de desemprego, que podemos observar na Tabela 28 abaixo.

Tabela 28: Pessoas Desocupadas Total e Taxa de Desemprego na Microrregião de Concórdia 1970 à 2000.

ANO	Pessoas desocupadas			Taxa de desemprego (%)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1970	44	37	7	0,12	0,60	0,23
1980	283	138	145	0,67	1,18	0,48
1991	1.184,57	660,34	524,23	1,87	2,50	1,42
2000	4.671,67	3.761,16	910,51	6,11	9,04	2,62

Fonte: IPEA E PNUD, elaboração própria.

Como a Tabela 28 acima demonstra, a taxa de desemprego total aumentou de 0,12% para 6,11%, um aumento percentual de 98,04% na taxa de desemprego no período. Este desemprego foi mais intenso na área urbana onde, no ano de 2000, 9,04% da população estava desempregada, contra apenas 2,62% da população na área rural.

Como comentado anteriormente, a estrutura fundiária e o apoio do Estado minimizaram as taxas de desemprego, durante a década de 1970 na Microrregião. Com a marginalização dos estabelecimentos de pequeno porte na área rural, que não conseguiam atingir as escalas produtivas requeridas pelas grandes empresas do setor agropecuário, o desemprego aumentou. Apesar disso, este indicador não piorou em demasiado se comparado com outras Microrregiões catarinenses. Isto se deve à diversificação (conquistada principalmente durante as décadas de 80 e

90) e força da economia da região, que conta com cadeias produtivas nas áreas de alimentos, pecuária, leite e derivados, madeira e moveleira em geral, além de papel e celulose. Esta diversidade e dinâmica acaba por minimizar os efeitos macroeconômicos nacionais durante a década de 1990⁵³.

Microrregião de Rio do Sul

Pode-se observar na Tabela 29 abaixo que o nível de pessoas ocupadas em relação à população total aumentou durante as três décadas analisadas, indo de 32,38% para 50,21%. A relação da PEA com a população total da Microrregião também aumentou, de 32,61% para 53,54%. A questão do desemprego não é respondida por estes dados iniciais, de modo que somente mais adiante será entendido como este indicador se comportou.

Tabela 29: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em relação à População total na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).

ANO	POP. OCUPADA EM RELAÇÃO A POP.	
	TOTAL	PEA EM RELAÇÃO A POP. TOTAL
1970	32,38	32,61
1980	39,89	40,26
1991	44,63	45,56
2000	50,21	53,54

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Conforme a Tabela 30 abaixo, em 1970, a maior parte da população ocupada era do meio rural, totalizando 71,7% da ocupada total. Este número não se mostrou uma tendência, pois no ano 2000 apenas 39,73% dos habitantes ocupados da Microrregião de Rio do Sul era da área rural. Em contrapartida, a parcela ocupada urbana aumentou de 28,3% dos habitantes ocupados totais em 1970, para 60,27% deste total no ano 2000.

⁵³ Desenvolvimento Tecnológico Regional. Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai Catarinense. SEBRAE, FIESC, IEL.

Tabela 30: População Ocupada urbana e rural em relação à Ocupada Total na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000 (%).

ANO	POP. OCUPADA URBANA	POP. OCUPADA RURAL
1970	28,30	71,70
1980	44,05	55,95
1991	52,75	47,25
2000	60,27	39,73

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Em relação ao desemprego da Microrregião de Rio do Sul, pode-se observar que este aumentou sensivelmente durante o período 1970-2000. Enquanto em 1970, este apresentava uma taxa de 0,71% da população economicamente ativa, em 2000, o mesmo pulou para 6,22%. Dentro deste indicador, pode-se observar também um aumento muito mais intenso na área urbana, onde houve uma diferença percentual de 81,71% entre as taxas de desemprego urbanas entre 1970-2000, contra uma diferença de 92,13% neste indicador na área rural.

Tabela 31: Total de Pessoas Desocupadas e Taxa de desemprego na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 2000.

ANO	Nº Pessoas desocupadas			Taxa de Desemprego (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	342	170	72	0,71	1,24	0,21
1980	577	424	153	0,92	1,52	0,44
1991	1.593,20	1.146,19	447,51	2,03	2,75	1,21
2000	6.082,30	5.092,92	999,28	6,22	6,78	2,67

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Como já mencionado acima, a base econômica da Microrregião de Rio do Sul é formada pelo setor metal-mecânico, eletrônico e vestuário, mas também há a participação da agropecuária em sua economia, onde se destacam a produção de leite, suinocultura e avicultura.

Como há forte atividade industrial na Microrregião, inclusive indústria de base. Sendo assim, houve uma espécie de ciclo econômico peculiar para a situação do trabalho na região. Conforme Goularti Filho (2002), o “milagre econômico” e o II PNB concentraram atividades sobre as indústrias da Microrregião de Rio do Sul durante as décadas de 1960 e 1970 (caracterizando a ascensão). Já durante as décadas de 1980 e 1990 (caracterizadas como a queda e crise), com a sobrevalorização cambial e a abertura econômica, o setor metal-mecânico e de vestuário sofreram muito, tiveram suas atividades retraídas, impactando negativamente o nível de emprego na Microrregião de Rio do Sul.

No meio rural, a agricultura sofre os efeitos negativos de problemas que acontecem em âmbito nacional, como o êxodo rural e o aumento de produtividade sem o aumento de renda durante a década de 1990 especialmente. Sobre o plano rural pesa ainda o efeito dos baixos preços das *commodities*, das barreiras de importação praticadas por países desenvolvidos e da proteção de outros países à produção interna. Enquanto estes subsidiam a produção, no Brasil ocorre o contrário, o país costuma importar para que os preços dos produtos agrícolas não subam (o poder aquisitivo dos consumidores é protegido, sem, no entanto, haver preocupação no meio rural, e suas implicações no nível de emprego) (IEL, 2001, p.108).

Microrregião de São Bento do Sul

A Tabela 32 abaixo evidencia o aumento da população ocupada em relação à população total no período em 11,25%, passando de 32,41%, em 1970, para 43,66%, no ano 2000. A relação da PEA com a população total também aumentou, de 32,78%% para 48,3% da população.

Tabela 32: Pessoas Ocupadas e População Economicamente Ativa em relação a População total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).

ANO	POP. OCUPADA EM RELAÇÃO A POP. TOTAL	PEA EM RELAÇÃO A POP. TOTAL
1970	32,41	32,78
1980	41,17	42,08
1991	41,88	43,17
2000	43,66	48,30

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

No ano de 1970, a população ocupada urbana representava 56,12% da população total ocupada e a rural, 43,88%. Já em 2000, a população ocupada urbana cresceu mais ainda em relação à população ocupada total, somando 88,6%, contra apenas 11,4% da população ocupada sendo da área rural. Os dados podem ser observados na Tabela 33 abaixo.

Tabela 33: População Ocupada urbana e rural em relação à População Ocupada Total na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).

ANO	POP. OCUPADA URBANA	POP. OCUPADA RURAL
1970	56,12	43,88
1980	83,85	16,15
1991	84,78	15,22
2000	88,60	11,40

Fonte: IPEA, elaboração própria.

O que é evidente na Tabela 34 a seguir é o mesmo movimento verificado quando da análise sobre as outras regiões: o grande aumento da taxa de desemprego no período 1970-2000. No caso da Microrregião de São Bento do Sul, a taxa de desemprego foi de 1,14%, em 1970, para 9,61%, no ano 2000. Em relação ao desemprego nas áreas urbana e rural, é possível dizer que, enquanto na área urbana o nível de desemprego quase decuplicou ao longo do período, a taxa em relação à população rural quadruplicou.

Tabela 34: Total de Pessoas Desocupadas e Taxa de desemprego na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 2000.

ANO	Nº Pessoas desocupadas			Taxa de Desemprego (%)		
	total	urbana	rural	total	urbana	rural
1970	138	81	57	1,14	1,19	1,07
1980	584	470	114	2,15	2,07	2,59
1991	1165,41	1046,06	119,36	2,99	3,17	2,03
2000	5327,66	5029,8	297,86	9,61	10,17	4,96

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

A Microrregião de São Bento do Sul, por ter seu motor econômico guiado pela indústria moveleira, a partir de *clusters* especializados, conseguiu “frear” o aumento significativo de suas taxas de desemprego durante as décadas de 1970 e 1980, devido à qualidade de sua produção e da matéria prima farta⁵⁴. De acordo com Venturi e Mattei (2007):

a economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento nacional da economia brasileira, que sofreu interferências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990, fatos que deram início ao processo de reestruturação econômica.

⁵⁴ BOLETIM DO PORTAL MOVELEIRO, *op.cit.*

A abertura comercial e as políticas adotadas no país a partir de 1990 provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas catarinenses a repensar os rumos de suas atividades. Com o aumento da competitividade externa muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas fazendo cair assim o quadro de empregados no setor. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações (VENTURI; MATTEI, 2007, p.8).

Como pôde ser lido acima, a partir da década de 1990, a conjuntura econômica vivenciada no país impactou fortemente o nível de desemprego da Microrregião.

3.5.3.5.2 Pessoal Ocupado por Setor (Agropecuária, Indústria, Comércio/Serviços)

Este indicador possibilita a verificação de qual atividade mais contribui para o aumento do trabalho em cada Microrregião e também para seu desenvolvimento econômico.

Microrregião de Concórdia

Analisando-se a Tabela 35 a seguir, constata-se que o setor que mais empregou durante a o período mostrado foi o setor agropecuário. Este chegou a contratar 94,36% da população economicamente ativa da Microrregião de Concórdia em 1970. Em 1995 ainda foi o setor que mais empregou pessoas (74,41%), mas perdeu um pouco de espaço para as outras áreas.

Tabela 35: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Concórdia 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).

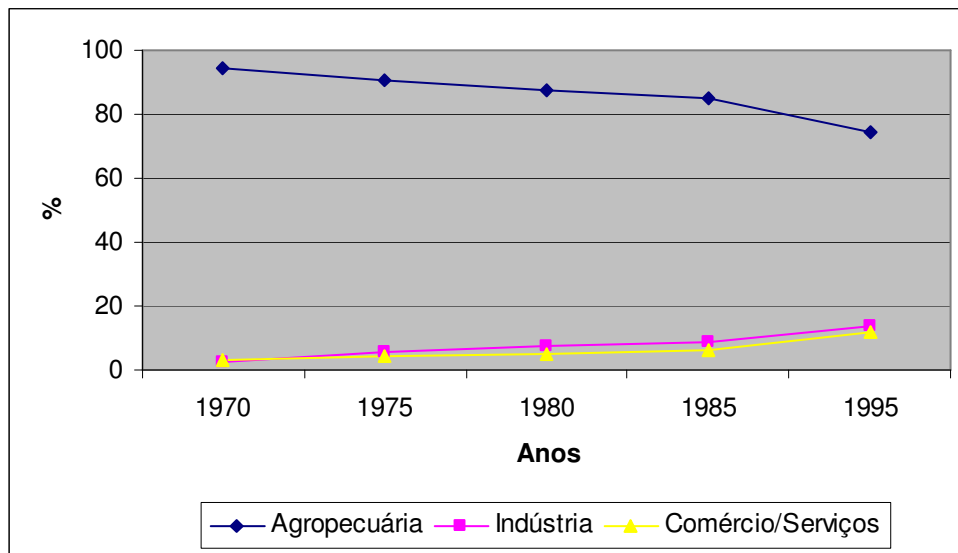
Setor	1970	1975	1980	1985	1995
Agropecuária	94,36	90,37	87,22	84,73	74,41
Indústria	2,72	5,50	7,60	8,92	13,91
Comércio/Serviços	2,92	4,13	5,18	6,35	11,68

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Em segundo lugar vem o setor industrial na contratação de pessoal, que totalizou 2,92% da ocupação, em 1970, contra 13,91% da ocupação, em 1995. O setor da economia que menos empregou na Microrregião de Concórdia foi o setor de comércio e serviços, com 2,92% da ocupação em 1970, e 11,68% da mesma em 1995.

Este predomínio do pessoal ocupado no setor agropecuário diz respeito à cultura do minifúndio praticada na região, principalmente com a finalidade de criação de suínos e aves. Contudo, há também a plantação de milho e soja, também em minifúndios, de modo que a utilização de mão-de-obra é intensiva na região. Algumas das maiores empresas do ramo frigorífico em nível nacional estão instaladas na Microrregião de Concórdia. A *Sadia*, por exemplo, surgiu e tem sua matriz no município que dá nome a Microrregião⁵⁵.

Figura 16: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Concórdia 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).



Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Esta queda no nível de pessoal ocupado no setor agropecuário diz respeito à questão do modo de produção, já mencionada anteriormente, à reestruturação de minifúndios para grandes propriedades na produção de alimento na Microrregião. A dificuldade imposta aos pequenos produtores, impossibilitados de atingirem a escala necessária para competir com empresas maiores, fez com que grande parcela destes se deslocassem para as cidades em busca de trabalho em outros setores (GOULARTI FILHO, 2002).

⁵⁵ CONCÓRDIA. **Glossário**. Disponível em < http://www.glosk.com/BR/Concordia/-899639/pages/Conc%C3%B3rdia/21999_pt.htm >

Microrregião de Rio do Sul

A partir da Tabela 36 a seguir, infere-se que o setor que mais ocupa a população economicamente ativa da Microrregião de Rio do Sul é o setor agropecuário. Este setor ocupou 86,36% desta parcela da população no ano de 1970. Já em 1995, a ocupação foi de 62,36%.

Tabela 36: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Rio do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%)

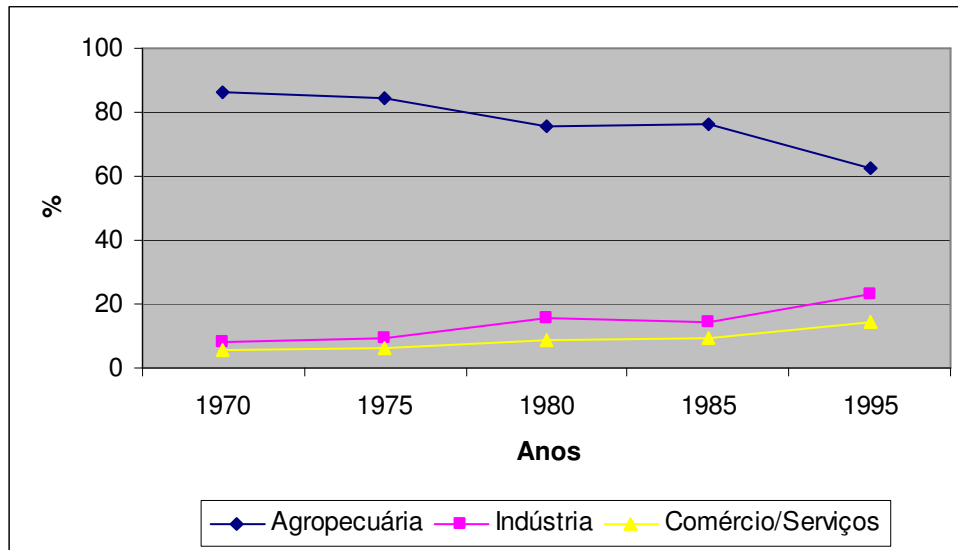
Setor	1970	1975	1980	1985	1995
Agropecuária	86,36	84,35	75,56	76,17	62,36
Indústria	7,92	9,19	15,44	14,47	23,01
Comércio/Serviços	5,72	6,46	9	9,36	14,63

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Num distante segundo lugar vem o setor da indústria, que apesar de ser a base da economia da região, ocupou somente 7,92% da população, em 1970, contra 23,01%, em 1995. Houve claro sinal de crescimento nesta área.

Por último, vêm as contratações no setor de comércio/serviços, que cresceram 8,91 pontos percentuais durante o período 1970-1995. Passaram de 5,72% para 14,63%.

Figura 17: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de Rio do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).



Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

É importante ressaltar que nas duas Microrregiões analisadas acima (Concórdia e Rio do Sul) a taxa de ocupação no setor agropecuário vem caindo. Por sua vez, a taxa de ocupação da população economicamente ativa nos setores industriais, de comércio e serviços vem aumentando ao longo da década.

Microrregião de São Bento do Sul

Pode-se observar abaixo que a Microrregião de São Bento do Sul apresenta um perfil de emprego diferente das demais Microrregiões estudadas. Ao contrário das outras, ocupa mais pessoas na área industrial, provavelmente devido à forte indústria moveleira instalada na Microrregião.

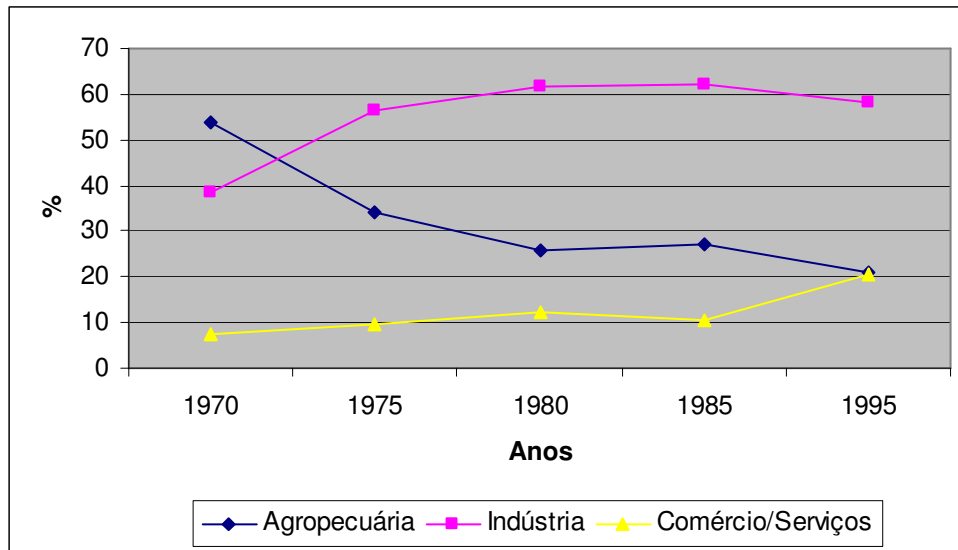
Tabela 37: Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de São Bento do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%)

Setor	1970	1975	1980	1985	1995
Agropecuária	53,78	34,16	26,03	27,15	20,99
Indústria	38,62	56,26	61,88	62,18	58,25
Comércio/Serviços	7,60	9,58	12,09	10,67	20,76

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

O setor da indústria ocupou 38,62% das pessoas em 1970, contra 58,25% da mesma parcela da população, vinte e cinco anos depois.

Figura 18: Evolução do Pessoal Ocupado por Setor da Microrregião de São Bento do Sul 1970/75, 1980/85 e 1995 (%).



Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

O setor agropecuário aparece em segundo lugar, ocupando 53,78% em 1970. Em 1995 apresentou uma queda na taxa de ocupação da ordem de 32,79 pontos percentuais, totalizando 20,99% da PEA ocupada nesta área.

Por último, vem à ocupação no setor de comércio/serviços, com a menor taxa de ocupação. Em 1970 era de 7,6%, e em 1995 aumentou para 20,76%.

É importante ressaltar o aumento do quantitativo de pessoal ocupado no setor de serviços nas três Microrregiões. Este fator, relacionado ao aumento geral no nível de desemprego durante o período analisado, também nos três casos, pode indicar um aumento na informalidade, isto é, um aumento no nível de trabalhadores sem carteira assinada.

Segundo a OIT, Organização Internacional do Trabalho, que no período de 1991 a 1995, de cada 10 trabalhadores que conseguiam uma ocupação, 6 eram para o trabalho informal no Brasil. A visível expansão do comércio e do emprego informal torna evidente que não mais se trata de ação marginal, mas de uma saída para contornar a crise, adotada por

grande parte da população. A informalidade no emprego atinge, segundo o IBGE, cerca de 45 milhões pessoas (EIRAS, s.d)⁵⁶.

Com a instabilidade econômica recorrente no país (destacada anteriormente), a informalidade torna-se um vínculo empregatício cada vez mais comum em nossa economia.

3.5.3.5.3 Educação

A força da educação na elevação do desenvolvimento de uma população já foi mencionada e analisada no presente trabalho. Ela é essencial para que se aumente o bem estar das pessoas e diminua a pobreza.

Nesse item são apresentados alguns indicadores que fazem parte dessa categoria, verificados entre os anos de 1991 e 2000, quais sejam, o *analfabetismo* (percentual de pessoas entre 7 a 14 anos e com 15 ou mais anos de idade, que não sabem ler nem escrever um bilhete simples), a *defasagem escolar* (percentual de pessoas entre 7 a 14 anos que possuem mais de um ano de atraso escolar) e a *evasão escolar* (percentual de pessoas entre 7 a 14 anos de idade fora da escola, e daquelas entre 10 a 14 anos trabalhando).

Microrregião de Concórdia

O analfabetismo em pessoas de 7 a 14 anos apresentava um percentual de 6,03% no ano de 1991. Já em 2000, este percentual caiu para 2,07%. Esta tendência de diminuição do analfabetismo confirma o outro dado que é a evasão escolar na Microrregião de Concórdia. Enquanto este indicador para crianças de 7 a 14 anos era de 13,48% em 1991, caiu para 2,6% no ano 2000. Como conclusão, pode-se afirmar que quanto menor a evasão escolar, menor é a taxa de analfabetismo.

A defasagem escolar apresentou uma queda abrupta no período 1991-2000, de 57,24%. Em 2000, tal taxa entre pessoas de 7 a 14 anos foi para um dígito, na ordem de 8,42%, o que representou uma grande melhora no nível de ensino.

⁵⁶ EIRAS, Rodrigo Geraldo. **Crescimento do emprego informal**. Disponível em < http://www.r2learning.com.br/site/artigos/artigo_default.asp?ID=259 >

Tabela 38: Indicadores de Educação da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (%).

INDICADOR	1991	2000
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos	6,03	2,07
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais	10,06	6,92
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos	19,69	8,42
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola	13,48	2,60
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando	16,35	15,45

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Por outro lado, o número de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos de idade que estão trabalhando também é uma variável de grande importância. Nessa categoria, pode-se enquadrar o trabalho remunerado ou não (ajuda a membros da família, aprendiz, estagiário) e também o trabalho na produção para consumo próprio. Tal indicador na Microrregião de Concórdia diminuiu muito pouco durante a década, indicando uma possível dificuldade econômica das famílias em manter suas crianças apenas estudando. Este indicador que era de 16,35% em 1991, diminuiu 0,91 pontos percentuais em nove anos, passou a representar 15,45% em 2000.

Microrregião de Rio do Sul

Em relação ao analfabetismo na Microrregião em apreço, pode-se afirmar que este diminuiu sensivelmente entre pessoas de 7 a 14 anos, durante o período considerado, passando de 7,47%, em 1991, para 2,81% em 2000.

Como no caso de Concórdia, o indicador acima, está intimamente ligado à evasão escolar entre pessoas da mesma faixa etária. Esta obteve uma grande diminuição, de 18,07% para 3,34% o que representa muito mais pessoas na escola.

A defasagem escolar também diminuiu, passando de dois para um dígito. Totalizava 21,24% em 1991, e reduziu-se para 9,64% em 2000.

Tabela 39: Indicadores de Educação da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (%).

INDICADOR	1991	2000
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos	7,47	2,81
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais	8,73	6,29
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos	21,24	9,64
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola	18,08	3,34
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando	15,53	12,49

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Por último, a evasão escolar entre pessoas de 7 a 14 anos que trabalham diminuiu 3,04 pontos percentuais, mas ainda apresenta um índice de dois dígitos, totalizando 12,49% da população nesta faixa etária.

Microrregião de São Bento do Sul

Quanto aos dados relativos a Microrregião em tela, tem-se preliminarmente que o analfabetismo diminuiu, tanto para a faixa etária de pessoas entre 7 a 14 anos como para pessoas com 15 anos ou mais. No primeiro caso diminuiu de 7,09% para 4,51%, e no segundo caso passou de 6,45% para 4,21%.

A defasagem escolar também diminuiu, mas não chegou a se fixar em patamares de um dígito. Foi de 19,38% em 1991 para 10,74% em 2000. Como já mencionado, a relação que se pode fazer com as taxas de analfabetismo é direta; menos defasagem igual a menos analfabetismo. Porém, é possível observar que a taxa de analfabetismo não diminuiu tanto como nas outras regiões analisadas.

A evasão escolar por sua vez diminuiu acentuadamente, com queda de 10,33 pontos percentuais no período. Em 1991 13,31% das pessoas entre 10 e 14 anos de idade estavam fora da escola, enquanto este indicador baixou para 2,98% no ano 2000.

Tabela 40: Indicadores de Educação da Microrregião de São Bento do Sul e 1991 e 2000 (%).

INDICADOR	1991	2000
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos	7,09	4,52
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais	6,45	4,22
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos	19,38	10,74
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola	13,31	2,97
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando	7,22	3,11

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Em relação às pessoas entre 10 e 14 anos que estudam e trabalham, e saem da escola, pode-se dizer que a proporção diminuiu. Era de 7,22% em 1991 e passou para 3,11% em 2000.

3.5.3.5.4 Saúde

Quanto mais saúde mais longevidade e melhor nível de vida. Esta é uma variável relevante quando se trata de alcançar o bem estar humano. Os indicadores a serem utilizados são:

índice de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e número de médicos residentes. Estas variáveis possibilitam uma visão holística do estado da saúde nas Microrregiões.

Microrregião de Concórdia

Da análise procedida, dentre os indicadores observados nesta área na Microrregião, um piorou. A esperança de vida ao nascer passou de 70,04 anos em 1991 para 73,25 anos em 2000 e a mortalidade infantil caiu 28,73%. A cada mil crianças nascidas vivas em 1991, 24,85 não sobreviviam no primeiro ano de vida. Em 2000 este número caiu para 17,72 crianças. Vejamos a Tabela 41 a seguir.

Tabela 41: Indicadores de Saúde na Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (números absolutos).

INDICADOR	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,04	73,25
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	24,85	17,72
Médicos Residentes (por mil habitantes)	7,38	4,83

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Contrariamente, no ano 2000 atuavam na Microrregião de Concórdia 4,83 médicos para cada grupo de mil habitantes, contra 7,38 em 1991. Apesar desta queda observada, as outras variáveis pertinentes no quesito saúde melhoraram.

Microrregião de Rio do Sul

Como na Microrregião de Concórdia, a Microrregião de Rio do Sul também apresentou contradição na evolução dos indicadores de saúde analisados. A esperança de vida ao nascer aumentou 4 anos durante a década, passando de 70,72 em 1991 para 74,56 no ano 2000 e a mortalidade infantil reduziu-se, sendo que nove crianças a menos falecem durante seu primeiro ano de vida a cada grupo de mil, pois que no começo da década 23,04 crianças morriam nas condições já mencionadas, enquanto que no final da mesma este número caiu para 14,67.

Tabela 42: Indicadores de Saúde na Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).

INDICADOR	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,72	74,56
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	23,04	14,67
Médicos Residentes (por mil habitantes)	5,72	3,24

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

A quantidade de médicos residentes a cada mil habitantes diminuiu na região. Enquanto que em 1991 eles somavam 5,72, no ano 2000 eram apenas 3,24, o que representa uma queda de 43,36% no período.

Microrregião de São Bento do Sul

Esta Microrregião apresentou a maior esperança de vida ao nascer das três Microrregiões estudadas, totalizando 73,17 anos em 2000, contra 68,82 anos em 1991. A mortalidade infantil diminuiu. Para cada mil crianças nascidas vivas, 17,93 não sobrevivem durante o primeiro ano de vida, contra 28,4 no começo da década.

Tabela 43: Indicadores de Saúde na Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (números absolutos).

INDICADOR	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (anos)	68,82	73,17
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	28,4	17,93
Médicos Residentes (por mil habitantes)	1,1	1,31

Fonte: IPEADATA e PNUD, elaboração própria.

Em relação à quantidade de médicos residentes para cada grupo de mil habitantes, pode-se dizer que o indicador da Microrregião de São Bento do Sul é o pior das três Microrregiões estudadas, totalizando 1,31 médicos em 2000, contra 3,24 na Microrregião de Rio do Sul e 4,83 em Concórdia.

No geral, pode-se dizer que a saúde melhorou nas três Microrregiões. Porém, a quantidade de médicos em todas elas ainda é muito pequena, visto a quantidade de doenças existentes, e o tamanho das filas encontradas nos hospitais, principalmente nas áreas de mais humildes.

Dito isto, cabe ressaltar duas passagens de Ricardo Bergamini acerca da mortalidade infantil e da expectativa de vida de países em desenvolvimento, que se reflete nas três Microrregiões.

O aumento vertiginoso da população mundial ao longo do século XX resulta basicamente da queda espetacular da mortalidade aliada à manutenção relativa dos elevados níveis de fecundidade. O declínio das taxas de mortalidade foi uma marca do século XX, especialmente nos países desenvolvidos, mas o fenômeno foi especialmente notável na segunda metade do século XX em muitos países em desenvolvimento, entre os quais os da América Latina. Entre as possíveis causas se apontam a vacinação antivariólica e mudanças em saneamento e higiene pública, no impacto significativo sobre certas causas de morte como o tifo e o cólera. Entretanto, aponta-se como provavelmente a característica mais marcante do século XX, mais ainda do que a queda da mortalidade, o fato de que pela primeira vez a fecundidade (ou seja, o número médio de filhos por mulher) tornou-se o elemento responsável pela dinâmica populacional.

Uma criança brasileira nascida em 1990 tinha expectativa de vida estimada em 62,3 anos, caso fosse do sexo masculino, e de 69,1 anos se fosse do sexo feminino. Entretanto, aquelas que sobrevivessem ao primeiro ano de vida podiam esperar viver em média mais 65 anos, no caso dos homens (ou seja, até os 66 anos), e mais 71,1 anos adicionais no caso de mulheres (ou seja, até 72,1 anos). Nos países desenvolvidos, a situação é bem diferente. Na Suécia, por exemplo, na década de 1970, uma criança do sexo feminino tinha uma expectativa de vida ao nascer de 77,7 anos. Ao completar 5 anos de idade, sua expectativa de vida adicional era de 73,5 anos, ou seja, deveria sobreviver em média até 78,5 anos, indicando que, já naquele período, praticamente nenhuma criança sueca morria antes dos 5 anos de idade.⁵⁷

Dito isto, apesar da melhora nos índices de mortalidade infantil nas Microrregiões analisadas, os índices ainda são altos se comparados aos mesmos indicadores dos países desenvolvidos, que estão em um dígito apenas.

3.5.3.5.5 Pobreza

Esta é uma das variáveis que impacta diretamente no nível de saúde e educação da população. Ao realizarem uma análise do impacto da pobreza sobre a saúde das pessoas

⁵⁷ BERGAMINI, Ricardo. Um estudo sobre a população brasileira no século XX – Fonte IBGE. *In: Artigos*. 2007 Disponível em <
http://www.desempregozero.org.br/artigos/um_estudo_sobre_a_populacao_brasileira_no_seculo_xx_fonte >

residentes da cidade do Rio de Janeiro, Szwarcwald *et al.* (1999) concluiu que existe uma correlação estatisticamente significativa dessa variável com as taxas de mortalidade infantil e com a expectativa de vida da população residente (SILVA, 2007).

Além disto, como explicitado por Galbraith (1979) anteriormente, a educação é a principal ferramenta para vencer a pobreza. Uma vez não existindo boas condições de saúde em parcela da população, seu nível de educação é diretamente afetado de forma negativa.

Microrregião de Concórdia

Como se pode observar na Tabela 44 a seguir, a parcela da população em estado de pobreza (pessoas que viviam com renda domiciliar *per capita* inferior a 75,50 reais⁵⁸) quanto à quantidade de pessoas declaradas indigentes (que viviam com menos de 37,75 reais por mês⁵⁹) diminuiu muito durante a década, numa proporção aproximada a 50% nos dois casos.

Tabela 44: Indicadores de Pobreza dos Municípios da Microrregião Concórdia 1991 e 2000 (%).

Município	Indigentes		Pobres	
	1991	2000	1991	2000
Alto Bela Vista	23,22	4,94	44,94	19,65
Arabutã	14,37	3,55	35,28	15,76
Arvoredo	12,1	18	34,57	40,13
Concórdia	11,01	4,39	27,18	11,51
Ipira	21,2	4,98	47,51	19,51
Ipumirim	22,7	8,06	44,99	22,33
Irani	26,37	8,72	53,59	28,89
Itá	22,13	4,84	46,35	17,62
Lindóia do Sul	22,34	5,25	42,57	17,04
Paial	38,61	13,03	62,21	34,15
Peritiba	8,39	4,54	24,02	16,56
Piratuba	26,15	6,98	53,04	19,77
Presidente Castelo Branco	11,69	3,85	36,14	15,04
Seara	8,83	4,5	26,93	13,83
Xavantina	14,97	8,11	35,46	23,61
MÉDIA	18,94	6,92	40,99	21,03

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

⁵⁸ Equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000, IPEADATA.

⁵⁹ Equivalente a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000, IPEADATA.

O percentual da população da Microrregião de Concórdia que se declarava indigente em 1991 totalizava 18,94%, enquanto que o mesmo indicador em 2000 era de 6,92%.

Com o indicador pobreza aconteceu coisa semelhante. Enquanto no ano de 1991 estavam abarcadas 40,99% das pessoas, em 2000, tal contingente abrangia 21,03% da população. Indicando haver significativa melhora no padrão de vida das pessoas sob este aspecto.

Microrregião de Rio do Sul

Como pode ser observado na tabela abaixo, houve diminuição na porcentagem nos dois casos avaliados – indigência e pobreza – na Microrregião de Rio do Sul.

A população pobre da Microrregião de Rio do Sul apresentou uma média de 36,18% em relação à população total no ano de 1991, enquanto em 2000 esta média baixou para 17,43%.

Tabela 45: Indicadores de Pobreza dos Municípios da Microrregião Rio do Sul 1991 e 2000 (%).

Município	Indigentes		Pobres	
	1991	2000	1991	2000
Agronômica	17,14	2,76	38,97	12,25
Aurora	8,67	2,79	27,01	11,94
Braço do Trombudo	14,59	5,09	38,96	14,87
Dona Emma	17,9	6,27	41,69	20,34
Ibirama	5,58	3,48	26,66	10,34
José Boiteux	16,06	15,89	38,61	31,25
Laurentino	9,3	2,61	28,79	10,11
Lontras	8,87	5,92	34,66	16,86
Mirim Doce	25,02	8,08	51,42	21,86
Pouso Redondo	21,37	7,18	48,13	21,45
Presidente Getúlio	6,49	2,38	23,86	7,35
Presidente Nereu	13,69	9,27	39,98	26,43
Rio d'Oeste	13,85	2,31	33,59	10,33
Rio do Campo	23,83	8,81	45,28	22,91
Rio do Sul	3,33	2,23	13,26	7,46
Salete	14,61	5,79	39,36	19,11
Taió	9,13	4,14	31,56	18,38
Trombudo Central	12,62	4,57	31,88	13,98
Vitor Meireles	19,31	9,77	47,55	28,6
Witmarsum	15,31	7,34	42,4	22,87
MÉDIA	13,8335	5,834	36,181	17,4345

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

A indigência tomou o mesmo caminho, diminuindo de 13,83% em 1991 para 5,83% no ano 2000.

Microrregião de São Bento do Sul

Esta Microrregião apresentou os melhores indicadores acerca da diminuição dos níveis de pobreza em relação às outras duas regiões analisadas, aproximando-se da realidade da Microrregião de Rio do Sul no percentual de indivíduos pobres no ano 2000, com 17,45% da população, contra 21,63% em 1991.

Tabela 46: Indicadores de Pobreza dos Municípios da Microrregião São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Município	Indigentes		Pobres	
	1991	2000	1991	2000
Campo Alegre	16,42	6,08	43,01	23,14
Rio Negrinho	5,72	5,76	24,79	18,37
São Bento do Sul	3,47	2,91	15,1	10,84
MÉDIA	8,54	4,92	27,63	17,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Como se pode observar os dados na Tabela 46, a quantidade de pessoas que se declararam indigentes também foi o melhor das três Microrregiões em foco, somando 8,54% da população total em 1991 contra 4,92% desta mesma população no final da década.

3.5.3.5.6 Aspectos do Desenvolvimento Sustentável

3.5.3.5.6.1 Condições de Moradia

Os indicadores acerca das condições de moradia fornecem uma visão para a verificação se o desenvolvimento da região é sustentável ou não. De acordo com o relatório da Agência da Organização das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (*UN-Habitat*), *The State of the World's Cities 2006/2007*, apud Moraes (s.d): “há forte correlação entre a precariedade das condições de moradia e baixos indicadores de desenvolvimento humano, mostrando que o lugar de moradia importa”. A existência de uma ou mais inadequações habitacionais ameaçam a saúde,

educação e o acesso às oportunidades de emprego dos moradores: as pessoas passam fome, têm menor probabilidade de conseguir emprego bem remunerado no setor formal, possuem baixo nível educacional, são mais vulneráveis a doenças e morrem mais cedo do que a média da população urbana. Assim, pode-se afirmar que os assentamentos precários se configuram como a materialização das violações aos direitos humanos e sociais básicos⁶⁰.

MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

Como pode ser observado na Tabela 47 a seguir, 95,95% da população contava com energia elétrica e geladeira em suas casas no ano 2000 contra 84,89% em 1991. Em relação à água encanada, pode-se afirmar que o percentual dos indivíduos que viviam em domicílios que tinham acesso a estes bens/serviços somavam 81,18% em 1991, contra 91,66% em 2000.

Tabela 47: Indicadores de Moradia da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (%).

Município	Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira		Pessoas que vivem em domicílios com água encanada		Pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alto Bela Vista	86,11	97,66	81,31	95,45	13,52	96,62
Arabutã	90,48	97,29	71,16	85,25	58,86	93,34
Arvoredo	79,49	89,57	61,2	85,2	4,89	94,09
Concórdia	91,24	98,28	92,32	97,5	93,42	98,19
Ipíra	89,57	95,81	84,29	90,17	78,3	96,44
Ipumirim	83,98	97,79	81,9	94,41	75,15	98,1
Irani	74,19	90,82	81,45	95,28	93,26	96,39
Itá	85,8	97,19	79,72	95	72,74	98,3
Lindóia do Sul	81,4	96,91	83	94,27	82,33	98,44
Paial	71,28	92,8	66,29	85,39	42,48	86,52
Peritiba	92,74	98,36	87,54	96,73	74,18	96,42
Piratuba	77,37	95,05	80,82	78,19	42,56	91,77
Presidente Castelo Branco	93,62	97,9	92,82	95,24	75,63	97,24
Seara	85,82	96,29	87,4	92,27	80,87	95,49
Xavantina	90,22	97,52	86,48	94,54	68	98,26
MÉDIA	84,89	95,95	81,18	91,66	63,75	95,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

⁶⁰ MORAIS, Maria da Piedade. Como anda o direito à moradia no Brasil? In: **Desafios** do Desenvolvimento, Revista mensal de informações e debate do IPEA e PNUD. Disponível em <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/27/artigo31026-1.php>> Uma versão completa desse estudo, o artigo “Monitorando o direito à moradia no Brasil”, publicado no Boletim de Políticas Sociais n.º 12, está disponível no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>.

Por outro lado, mais de 90% da população residente em domicílios urbanos tinha acesso a serviços de coleta de lixo em 2000, contra apenas 63,75% no ano de 1991.

MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

A Microrregião de Rio do Sul contava com 92,27% da população vivendo em domicílios com energia elétrica e geladeira em 1991 contra 97,99% no ano 2000. Já o percentual dos indivíduos vivendo em casas com água encanada passou de 92,01% em 1991 para 97,75% em 2000. Vejamos a Tabela 48 a seguir.

Tabela 48: Indicadores de Moradia da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (%).

Município	Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira		Pessoas que vivem em domicílios com água encanada		Pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Agronômica	96,63	99,34	96,24	98,91	63,36	96,06
Aurora	96,76	98,83	90,6	98,88	58,57	96,2
Braço do Trombudo	93,12	98,54	86,11	97,83	49,91	95,86
Dona Emma	93,45	99,25	90,45	98,97	33,66	94,18
Ibirama	94,2	98,75	94,74	98,23	80,17	95,58
José Boiteux	84,92	93,39	83,79	97,19	51,06	87,42
Laurentino	97,16	99,21	98,06	99,17	44,41	96,6
Lontras	94,22	98,69	91,88	98,75	61,8	95,38
Mirim Doce	85,66	96,1	89,99	97,36	11,66	94,64
Pouso Redondo	89,62	97,31	91,47	94,99	77,46	91,3
Presidente Getúlio	97,05	99,33	98,26	98,41	84,16	97,54
Presidente Nereu	89,16	97	84,41	98,9	7,99	93,81
Rio d'Oeste	96,59	99,28	95,95	99,02	79,06	98,53
Rio do Campo	84,62	96,4	89,83	94,23	49,39	93,27
Rio do Sul	97,22	98,89	97,3	99,4	79,29	98,12
Salete	92,35	99,39	97,96	98,73	89,4	93,88
Taió	90,69	98,33	95,58	97,41	77,86	97,87
Trombudo Central	94,15	98,1	94,81	93,86	80,63	99,17
Vitor Meireles	83,08	94,31	82,37	96,94	57,51	84,06
Witmarsum	94,68	99,3	90,34	97,66	22,55	89,95
MÉDIA	92,27	97,99	92,01	97,74	58,00	94,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

A coleta de lixo atendia a 58% dos domicílios urbanos da região em 1991. Este percentual aumentou para 94,47% dos domicílios urbanos em 2000.

MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Microrregião de São Bento do Sul apresentou o melhor índice dentre as três regiões analisadas quanto ao acesso à coleta de lixo para o ano 2000 e o pior índice de pessoas residindo em domicílios com energia elétrica e geladeira, também no ano 2000.

Tabela 49: Indicadores de Moradia da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Município	Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira		Pessoas que vivem em domicílios com água encanada		Pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campo Alegre (SC)	74,79	90,54	78,14	91,24	79,76	96,58
Rio Negrinho (SC)	76,67	92,8	92,34	96,68	93,11	97,75
São Bento do Sul (SC)	85,38	95,65	92,09	98,27	91,62	99,04
MÉDIA	78,95	93,00	87,52	95,40	88,16	97,79

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

O percentual de pessoas vivendo em casas com acesso a energia elétrica e geladeira em 1991 era de 78,95%, já em 2000 este percentual aumentou para 93%. O acesso destas pessoas a água encanada também aumentou. Em 1991, 87,52% das pessoas residiam em domicílios com este serviço, contra 95,4% em 2000.

Em relação à parcela da população residente em domicílios urbanos com acesso a serviço de coleta de lixo, pode-se dizer que este abrangia, em 2000, a quase totalidade da população (97,79% dos indivíduos), contra 88,16% das pessoas em 1991.

3.5.3.5.6.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Este é um ótimo indicador para se analisar o nível de desenvolvimento de uma determinada região. Para relembrar seu funcionamento, o indicador varia de zero até um, sendo que quando seu valor é igual a zero significa que não há desenvolvimento e quando seu valor é igual a um significa que o desenvolvimento é total. As regiões podem ser classificadas da seguinte maneira:

- Quando o IDH está entre 0 e 0,499, é considerado baixo;
- Quando está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio e;
- Quando está entre 0,800 e 1 é considerado alto.

Neste trabalho, a evolução do IDH tem como objetivo confirmar os avanços realizados pelas Microrregiões em outras áreas, como educação e saúde.

MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA

O IDH da Microrregião de Concórdia foi de 0,72 em 1991 e de 0,8 no ano 2000. Ou seja, a partir de 2000, o IDH da região entrou no patamar de alto desenvolvimento.

Os dois fatores que mais contribuíram para esta melhora foram à educação e a renda. Em relação à educação, pode-se dizer que o analfabetismo em pessoas de 7 a 14 anos apresentava um percentual de 6,03% no ano de 1991. Já em 2000 este percentual caiu para 2,07%. E a defasagem escolar também apresentou queda abrupta no período, de 57,24%. Em 2000 a taxa de defasagem escolar entre pessoas de 7 a 14 anos foi para um dígito, com 8,42%. Uma grande melhora no nível de ensino.

Tabela 50: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de Concórdia 1991 e 2000 (número índice).

Município	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alto Bela Vista (SC)	0,71	0,8	0,58	0,68	0,74	0,79	0,81	0,91
Arabutã (SC)	0,73	0,81	0,63	0,73	0,74	0,81	0,81	0,9
Arvoredo (SC)	0,7	0,75	0,62	0,64	0,77	0,79	0,71	0,82
Concórdia (SC)	0,77	0,85	0,69	0,77	0,81	0,86	0,82	0,93
Ipira (SC)	0,72	0,8	0,59	0,7	0,74	0,81	0,83	0,91
Ipumirim (SC)	0,71	0,8	0,6	0,7	0,74	0,81	0,78	0,89
Irani (SC)	0,7	0,8	0,57	0,71	0,76	0,79	0,76	0,89
Itá (SC)	0,71	0,81	0,59	0,74	0,74	0,79	0,8	0,88
Lindóia do Sul (SC)	0,72	0,82	0,65	0,77	0,74	0,79	0,76	0,9
Paial (SC)	0,68	0,75	0,55	0,66	0,71	0,74	0,8	0,86
Peritiba (SC)	0,77	0,81	0,71	0,7	0,75	0,8	0,84	0,94
Piratuba (SC)	0,72	0,81	0,59	0,72	0,76	0,79	0,81	0,91
Presidente Castelo Branco (SC)	0,74	0,83	0,65	0,74	0,76	0,86	0,8	0,91
Seara (SC)	0,74	0,83	0,68	0,73	0,76	0,86	0,77	0,91
Xavantina (SC)	0,75	0,77	0,72	0,65	0,76	0,78	0,76	0,87
MÉDIA	0,72	0,8	0,63	0,71	0,75	0,8	0,79	0,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria

A saúde também influenciou para a melhora conforme este indicador. A mortalidade infantil, por exemplo, caiu 28,69%. A cada mil crianças nascidas vivas em 1991, 24,85 não sobreviviam no primeiro ano de vida. Em 2000 este número caiu para 17,72 crianças.

MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL

Após evoluir de 0,72 em 1991 para 0,8 em 2000, o IDH da Microrregião de Rio do Sul passou a ser considerado alto.

Sem sombra de dúvida, o sub-índice educação (IDHM-Educação) foi o indicador que mais contribuiu para esta melhora do IDH, passando de 0,77 em 1991, para 0,87 em 2000. Vejamos a Tabela 51 a seguir.

Tabela 51: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de Rio do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Município	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Agronômica (SC)	0,72	0,81	0,61	0,71	0,78	0,85	0,75	0,88
Aurora (SC)	0,73	0,81	0,64	0,72	0,78	0,85	0,78	0,87
Braço do Trombudo (SC)	0,71	0,8	0,61	0,69	0,76	0,84	0,75	0,87
Dona Emma (SC)	0,69	0,79	0,57	0,69	0,72	0,81	0,78	0,89
Ibirama (SC)	0,75	0,83	0,65	0,73	0,78	0,85	0,81	0,9
José Boiteux (SC)	0,69	0,77	0,6	0,67	0,73	0,8	0,74	0,85
Laurentino (SC)	0,74	0,83	0,63	0,74	0,78	0,85	0,8	0,89
Lontras (SC)	0,72	0,78	0,64	0,69	0,76	0,8	0,77	0,85
Mirim Doce (SC)	0,71	0,79	0,62	0,72	0,76	0,8	0,75	0,86
Pouso Redondo (SC)	0,7	0,79	0,6	0,68	0,72	0,82	0,78	0,85
Presidente Getúlio (SC)	0,74	0,81	0,64	0,73	0,78	0,8	0,81	0,9
Presidente Nereu (SC)	0,69	0,77	0,59	0,65	0,78	0,84	0,71	0,84
Rio d'Oeste (SC)	0,73	0,8	0,64	0,71	0,76	0,81	0,79	0,88
Rio do Campo (SC)	0,72	0,8	0,6	0,68	0,8	0,85	0,76	0,86
Rio do Sul (SC)	0,76	0,83	0,71	0,77	0,74	0,8	0,84	0,92
Salete (SC)	0,72	0,8	0,61	0,68	0,76	0,84	0,79	0,88
Taió (SC)	0,72	0,81	0,65	0,72	0,73	0,81	0,79	0,89
Trombudo Central (SC)	0,74	0,82	0,65	0,71	0,78	0,85	0,79	0,89
Vitor Meireles (SC)	0,69	0,77	0,59	0,68	0,77	0,8	0,72	0,84
Witmarsum (SC)	0,71	0,81	0,58	0,67	0,78	0,87	0,77	0,88
MÉDIA	0,72	0,8	0,62	0,7	0,76	0,83	0,77	0,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Dois fatores pesaram bastante para a melhora nos índices relacionados à educação: o analfabetismo, que diminuiu sensivelmente entre pessoas de 7 a 14 anos na Microrregião (passou

de 7,47% em 1991 para 2,81% em 2000) e a defasagem escolar (que também diminuiu, passando de dois para um dígito apenas. Totalizava 21,24% em 1991, e caiu para 9,64% em 2000).

MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL

O IDH da Microrregião de São Bento do Sul pode ser considerado alto, sendo representado pelo índice de 0,8 em 2000, contra 0,72 em 1991. A melhora neste indicador na Microrregião deve-se, essencialmente, às contribuições na área da saúde e educação.

Tabela 52: IDH-Municipal, Composição do IDH, e IDH da Microrregião de São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Município	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campo Alegre (SC)	0,69	0,77	0,6	0,67	0,72	0,78	0,77	0,87
Rio Negrinho (SC)	0,72	0,79	0,65	0,69	0,71	0,78	0,82	0,9
São Bento do Sul (SC)	0,76	0,84	0,68	0,74	0,76	0,85	0,84	0,93
MÉDIA	0,73	0,8	0,64	0,7	0,73	0,8	0,81	0,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Em relação à saúde pode-se dizer que um dos fatores que mais contribuiu foi a esperança de vida ao nascer, que passou à 73,17 anos em 2000 contra 68,82 anos em 1991.

Já em relação à educação, um dos fatores que mais contribuiu foi a redução da evasão escolar entre pessoas com 7 a 14 anos de idade. Este fator obteve uma grande diminuição, de 18,07% em 1991 para 3,34% no ano 2000.

3.5.3.5.6.3 Estrutura Produtiva

3.5.3.5.6.3.1 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS OU UNIDADES PRODUTIVAS LOCAIS

Esta etapa da análise, relativa ao estudo do número de estabelecimentos ou unidades produtivas locais, pode ser considerada essencial à consecução dos objetivos do trabalho, pois pode ser relacionada com o nível de pessoas ocupadas por setor.

Microrregião de Concórdia

A maior ocupação no número de estabelecimentos na Microrregião de Concórdia concentrou-se no setor agropecuário durante o período. Em 1970 havia 13.200 estabelecimentos nesta área, contra 13.089 em 1995. A maior quantidade de pessoas ocupadas também está alocada neste setor, como foi explicitado anteriormente. E, nos dois casos, tanto em relação ao número de estabelecimentos quanto no caso da quantidade de pessoas ocupadas, o setor agropecuário teve seus quantitativos diminuídos durante o período 1970-1995.

Em segundo lugar vem o setor de serviços e comércio, com 693 estabelecimentos em 1970, contra 3357 em 1995. Apesar do maior quantitativo numérico em relação às unidades industriais, o setor de comércio e serviços empregou menos que o setor industrial.

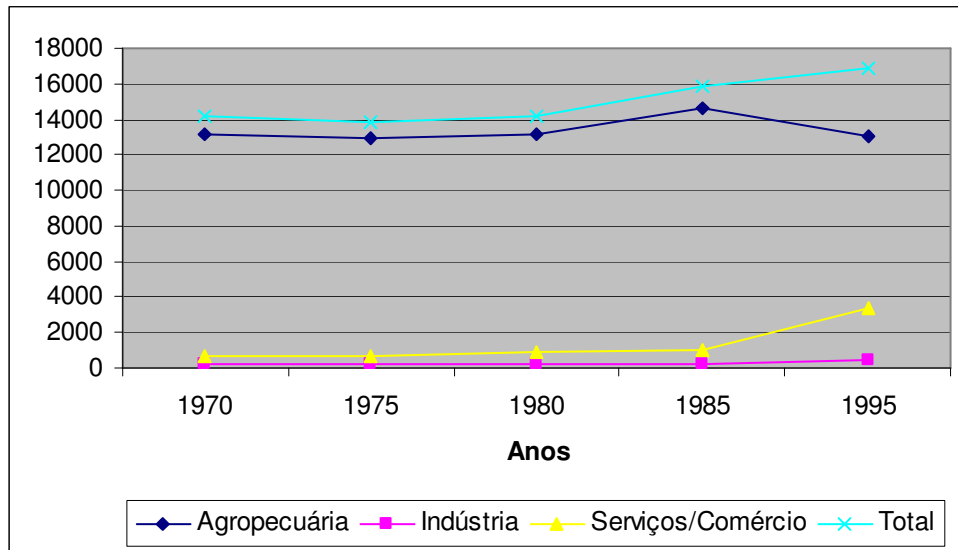
Tabela 53: Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de Concórdia 1970 à 1995 (números absolutos).

Ano	Setor			Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços/comércio	
1970	13200	233	693	14126
1975	12890	250	729	13869
1980	13114	224	877	14215
1985	14641	203	1037	15881
1995	13089	453	3357	16899

Fonte: IPEA, elaboração própria.

Por fim, o setor industrial obteve um aumento maior que 100% em seu número de unidades durante os vinte e cinco anos analisados, passando de 233 estabelecimentos em 1970 para 453 em 1995.

Figura 19: Evolução do Número de Estabelecimentos ou Unidades Locais por Setor na Microrregião de Concórdia 1970 à 1995 (números absolutos).



Fonte: IPEA, elaboração própria.

Pode-se obter uma idéia mais nítida acerca da evolução destes indicadores na figura 19 acima.

Microrregião de Rio do Sul

A Microrregião de Rio do Sul, como em Concórdia, apresentou a maior parte de seus estabelecimentos no setor agropecuário, totalizando 13.691 unidades em 1995, contra 14.070 em 1970.

Tabela 54: Número de Estabelecimentos/ Unidades Locais por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).

Ano	Setor			Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços/comércio	
1970	14070	667	1616	16353
1975	14943	633	1727	17303
1980	14807	615	1559	16981
1985	16055	569	1852	18476
1995	13691	1395	4270	19356

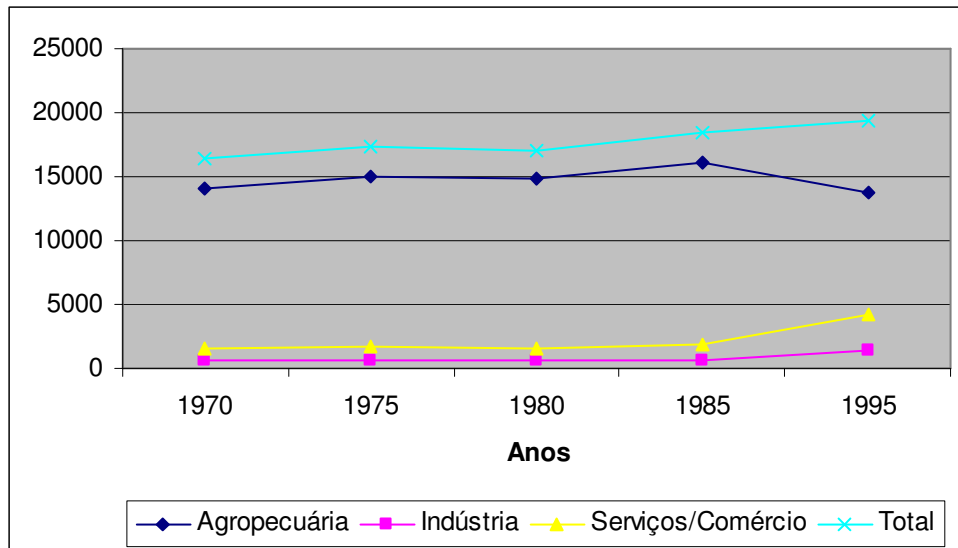
Fonte: IPEA, elaboração própria.

O setor de serviços e comércio apresentou o segundo maior número de estabelecimentos durante o período analisado. Em 1970, havia 1.616 estabelecimentos neste setor contra 4.270 vinte e cinco anos depois. Apesar desta quantidade, o setor de serviços e comércio foi o setor que menos empregou pessoas no período. Apenas 14,63% da população economicamente ativa no ano de 1995.

O setor industrial apresentou o menor quantitativo em relação ao número de estabelecimentos, totalizando 667 destes em 1970, contra 1.395 em 1995.

A evolução dos três setores pode ser observada na Figura 20 a seguir.

Figura 20: Evolução do Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de Rio do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).



Fonte: IPEA, elaboração própria.

Corroborando com as idéias de urbanização e êxodo rural, pode-se constatar o movimento no quantitativo deste indicador. O número de estabelecimentos agropecuários caiu 2,69%, enquanto o dos setores industrial e comercial/serviços, aumentaram consideravelmente durante o período (109,14% e 164,23% respectivamente)

Microrregião de São Bento do Sul

A Tabela 55 abaixo constata que, nos casos de Concórdia e Rio do Sul, o setor da economia que obteve o maior número de estabelecimentos no ano de 1970 era o agropecuário. A novidade

em São Bento do Sul é que em 1995 o setor de comércio e serviços passou a apresentar a maior quantidade de unidades, somando 2.351, contra 2.050 no setor agropecuário e somente 804 no setor industrial.

Tabela 55: Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).

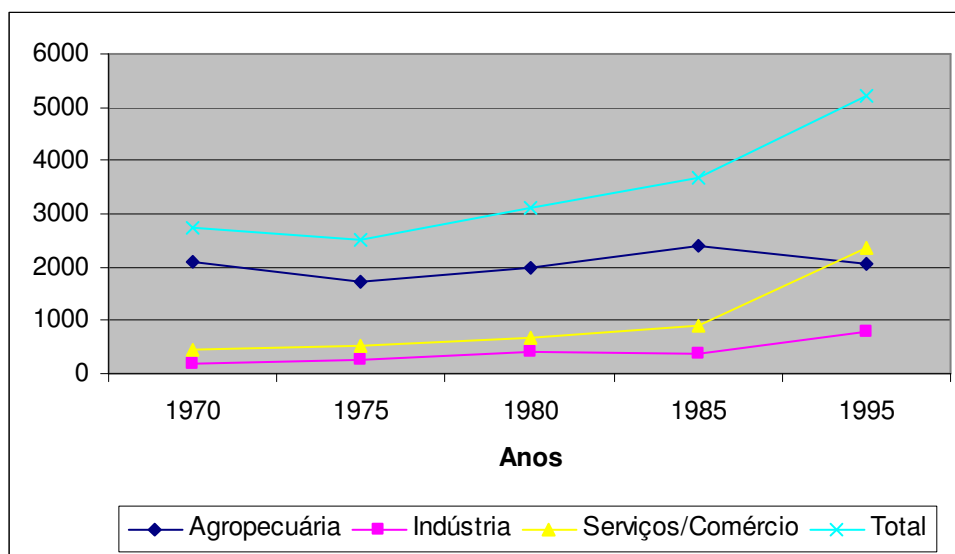
Ano	Setor			Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços/comércio	
1970	2083	175	467	2725
1975	1713	273	511	2497
1980	2002	423	692	3117
1985	2387	392	903	3682
1995	2050	804	2351	5205

Fonte: IPEA, elaboração própria.

Vale ressaltar também que, apesar do diminuto quantitativo as unidades industriais na região, o percentual de pessoas ocupadas neste setor foram os maiores comparativamente. Este setor ocupou 38,62% da PEA em 1970 e 58,25%, em 1995.

Vejam a Figura 21 a seguir.

Figura 21: Evolução do Número de Estabelecimentos/Unidades Locais por Setor na Microrregião de São Bento do Sul 1970 à 1995 (números absolutos).



Fonte: IPEA, elaboração própria.

Acima, nota-se que o setor industrial e de comércio e serviços aumentaram suas unidades (359,43% e 403,43% respectivamente). Já o setor agropecuário apresentou leve queda (1,58% no período), representando 76,44% do total de estabelecimentos da Microrregião de São Bento do Sul em 1970, ao passo que em 1995, representava somente 39,38% do total de estabelecimentos.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES DE CONCÓRDIA, RIO DO SUL E SÃO BENTO DO SUL

Após a análise de cada Microrregião em separado, com suas características gerais e sócio-econômicas, chega-se à etapa da realização do paralelo do desenvolvimento destas. Serão analisados dados comparativos nas mesmas categorias da análise estanque, e assim se poderá ter uma noção exata da evolução comparativa dos indicadores.

4.1 Trabalho

Primeiramente é importante frisar que as três Microrregiões analisadas passaram por problemas econômicos e sociais, de natureza externa e interna. De forma que todas tiveram interferência destes processos na taxa de desemprego.

Tabela 56: Comparação do indicador trabalho entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).

TRABALHO	TAXA DE DESEMPREGO		
	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
1970	0,12	0,71	1,14
1980	0,67	0,92	2,15
1991	1,87	2,03	2,99
2000	6,11	6,22	9,61

Fonte: IPEA, elaboração própria.

A região que apresentou a menor taxa de desemprego, no ano de 1970, foi a Microrregião de Concórdia, com menos de 1% (0,12%) da população economicamente ativa nesta situação. Durante a década de 1980 e 1990 esta Microrregião também manteve a menor taxa de desemprego entre as três analisadas (0,67% em 1980 e 1,87% em 1991). Em 2000, a comparação se manteve a mesma, com Concórdia apresentando a menor taxa de desemprego das três Microrregiões. Por outro lado, a Microrregião com a taxa mais alta de desemprego, durante todo o período analisado foi a de São Bento do Sul, com 1,14% de desemprego em 1970, 2,15% em 1980, 2,99% em 1991, e 9,61% no ano 2000.

No caso da Microrregião de Concórdia, como dito anteriormente, a cultura agropecuária, realizada a partir de minifúndios e com o apoio do Estado durante as décadas de 1960 e 1970, ajudaram a minimizar o nível de desemprego da Microrregião. A partir da década de 1980 o desemprego aumenta, reflexo da concentração produtiva em estabelecimentos de grande porte. Durante a década de 1990, apesar das altas taxas de inflação e da recessão econômica em âmbito nacional vivida pelo país, a diversidade e a dinâmica da economia da Microrregião em questão ainda conseguiu manter a menor taxa de desemprego entre as analisadas durante a década⁶¹.

Já a Microrregião de São Bento do Sul passou por dificuldades durante a década de 1970 devido à falta de serrados de origem nativa, o que quase inviabilizou a indústria moveleira na região (período onde a taxa de desemprego dobrou). Durante a década de 1980, já com fartura de recursos florestais, as empresas moveleiras deram grande impulso à economia local empregando muita gente. Finalmente em 1990, a Microrregião sofreu muito com a abertura econômica realizada pelo país. As empresas tiveram que “repensar” suas atividades (caso do setor moveleiro, principal fonte de renda na região), isto é, reestruturar sua forma de produção. Com o aumento da competitividade externa, muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas, desempregando muita gente (VENTURI, MATTEI, 2007).

A Microrregião de Rio do Sul apresentou uma taxa intermediária em relação às outras regiões estudadas. Em 1970, apresentou 0,71% da população economicamente ativa desempregada, enquanto que, em 2000, esta taxa aumentou para 6,22% da população.

Tabela 57: Evolução do pessoal desocupado das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1970 à 2000 (%).

Microrregião	1970-1980			1980-1991			1991-2000		
	rural	urbana	total	rural	urbana	total	rural	urbana	total
Concórdia	1971,43	272,97	543,18	261,54	378,51	318,57	42,42	82,44	74,64
Rio do Sul	112,50	149,41	68,71	192,49	170,33	176,12	44,78	77,49	73,80
São Bento do Sul	100	480,25	423,19	4,70	122,56	99,56	59,93	79,20	78,12

Fonte: IPEA, elaboração própria.

Podemos observar na Tabela 57 acima, a consolidação da alta intensidade do desemprego urbano nas três Microrregiões analisadas. No caso de Rio do Sul, os setores que movem a economia da Microrregião (setor metal-mecânico, eletrônico e vestuário) sofreram muito com a

⁶¹ Desenvolvimento Tecnológico Regional. Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai Catarinense. SEBRAE, FIESC, IEL.

abertura e os ajustes realizados na economia brasileira para conter a recessão que assolava o país na década de 1990 (AMAVI, 2001), caso da Microrregião de São Bento do Sul também.

Já no caso dos produtos agrícolas, o êxodo rural e o aumento da produtividade causado pela tecnologia foram fatores que impactaram o nível de desemprego na área rural negativamente nas três Microrregiões.

Aqui se faz necessário um comentário acerca dos efeitos dos planos de estabilização econômica implementados no Brasil, que também impactaram o nível de emprego no país durante a década de 1990. Como é sabido, desemprego é um fenômeno de curto prazo, não de longo prazo. Caso analisadas estas políticas em termos de ciclos econômicos, culminaram numa era de prosperidade econômica no país, que ocorreu mais recentemente. Tanto as medidas iniciadas pelo presidente Collor, tais como privatização de empresas nacionais e a abertura comercial desenfreada para produtos estrangeiros, quanto às medidas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso, lograram contribuir para a diminuição e estabilização da inflação em dígitos únicos durante a década. Camargos (2002) nos dá uma boa perspectiva acerca da relação destas medidas restritivas com o nível de emprego.

As políticas econômicas restritivas levaram a um aumento significativo das taxas de desemprego, as quais têm levado a uma precarização do trabalho, com os trabalhadores perdendo direitos adquiridos desde a criação da Consolidação dos Direitos do Trabalho (CLT) no governo de Getúlio Vargas em 1943, e tendo que se sujeitar a empregos informais, contribuindo para o crescimento dessa modalidade de trabalho. Destacando-se também a crescente vulnerabilidade externa da economia brasileira, uma vez que depende cada vez mais de investimentos estrangeiros (CAMARGOS, 2002, p.6).

Estas medidas impactaram negativamente o nível de emprego no país como um todo, mas lograram a conquista de uma economia mais próspera no Brasil a partir de 2003, diferentemente das décadas de 80 e 90.

4.2 Educação

Os indicadores acerca da educação melhoram todos, sem exceção. Porém, o nível apresentado pelos indicadores pertinentes ao tema ainda é claramente insuficiente. O

analfabetismo diminuiu numa proporção menor que a evasão escolar para pessoas da mesma faixa etária

Tabela 58: Comparação dos Indicadores da Educação entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Região Indicador/Ano	Concórdia		Rio do Sul		São Bento do Sul	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos	6,03	2,07	7,47	2,81	7,09	4,52
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais	10,06	6,92	8,73	6,29	6,45	4,22
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos	19,69	8,42	21,24	9,64	19,38	10,74
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola	13,48	2,60	18,08	3,34	13,31	2,97
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando	16,35	15,45	15,53	12,49	7,22	3,11

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Como pode ser observado, a partir da análise sobre os dados constantes na Tabela 58 acima, a Microrregião de São Bento do Sul obteve a mais destacada evolução no quesito educação no período 1991-2000. Obteve alguma piora em seus indicadores em relação às outras Microrregiões, notadamente com o analfabetismo em pessoas com 7 a 14 anos no ano 2000, e com a defasagem escolar (pessoas com mais de um ano de atraso) entre pessoas da mesma faixa etária no mesmo ano.

A Microrregião que apresenta os piores índices analisados é Rio do Sul, apesar de se mostrar melhor que Concórdia em alguns índices (analfabetismo em pessoas de 15 anos ou mais em 1991 e 2000, evasão escolar entre pessoas de 7 a 14 anos – trabalhando -, tanto em 1991 como em 2000).

Apesar das particularidades, é importante salientar que a educação vem evoluindo nas três Microrregiões, como pode ser observado na tabela a seguir. A defasagem escolar e a evasão escolar entre pessoas de 7 a 14 anos diminuíram significativamente durante o período nas três Microrregiões analisadas. O problema reside no fato de que a queda do analfabetismo decresce em ritmo inferior à queda de evasão escolar (dados acerca de pessoas entre 7 e 14 anos de idade). Isto pode ser um indício da falta de qualidade dos professores e da infra-estrutura oferecida aos alunos.

Tabela 59: Variação dos Indicadores da Educação nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).

Indicador	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos	-3,96	-4,86	-2,57
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais	-3,14	-2,44	-2,24
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos	-11,27	-11,60	-8,64
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola	-11,88	-14,73	-10,34
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando	-0,90	-3,40	-4,11
TOTAL	-31,15	-37,03	-27,90

Fonte: IPEA, elaboração própria.

Vale destacar que a Microrregião que mais evoluiu neste quesito foi a Microrregião de Rio do Sul. Pode ser observado um decréscimo total de 37,03 pontos percentuais no analfabetismo, defasagem, e evasão escolar na Microrregião.

4.3 Saúde

A Tabela 60 a seguir dá uma clara noção de que os indicadores em relação à saúde dos habitantes das três Microrregiões analisadas estão melhorando. Todas as variáveis estudadas melhoraram ao longo da década. A esperança de vida tem aumentado enquanto a mortalidade infantil vem diminuindo. As Microrregiões de Concórdia e Rio do Sul, por exemplo, têm os melhores níveis de saúde.

A Microrregião onde as pessoas vivem por mais tempo é a de Rio do Sul, totalizando uma média de 74,56 anos de expectativa de vida para o habitante médio. Em seguida, quase empatadas, vem a Microrregião de Concórdia com uma expectativa de vida para seus habitantes de 73,25 anos em média e São Bento do Sul com 73,17.

Em relação à mortalidade infantil, pode-se dizer que a Microrregião de Rio do Sul também é a mais desenvolvida neste aspecto. Em 1991 faleciam 23,04 crianças a cada mil nascidas vivas. Em 2000 este número decresceu para 14,67. A realidade verificada nas Microrregiões de Concórdia e São Bento do Sul neste quesito é quase idêntica, com a primeira

apresentando um total de 17,72 crianças mortas para cada mil nascidas, contra 17,93 na Microrregião de São Bento do Sul.

Tabela 60: Comparação dos indicadores da Saúde entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000.

Indicador	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,04	70,72	68,82	73,25	74,56	73,17
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	24,85	23,04	28,4	17,72	14,67	17,93
Médicos Residentes (por mil habitantes)	7,38	5,72	1,1	4,83	3,24	1,31

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

Sobre o quantitativo de médicos residentes, pode-se dizer que este indicador não se comportou da mesma maneira que os outros. A quantidade de médicos baixou nas Microrregiões de Rio do Sul e Concórdia enquanto na de São Bento do Sul este quantitativo aumentou, embora muito pouco. Em Rio do Sul a quantidade de médicos residentes para cada grupo de mil habitantes era de 5,72 em 1991, diminuindo para 3,24 em 2000. Já na Microrregião de Concórdia, houve uma diminuição de 2,55 médico/mil habitantes, no período 1991-2000. No primeiro ano de análise este quantitativo era de 7,38, contra 4,83 no ano 2000. No caso da única Microrregião que obteve aumento proporcional da relação médico residente versus habitantes, São Bento do Sul, este número passou de 1,1 em 1991, para 1,31 em 2000.

As variações totais nos quantitativos relacionados à saúde podem ser observadas na Tabela 61 abaixo.

Tabela 61: Variação dos Indicadores da Saúde nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul, São Bento do Sul 1991 à 2000 (números absolutos).

INDICADOR	Microrregião		
	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Esperança de vida ao nascer (anos)	3,21	3,84	4,35
Mortalidade Infantil (mil habitantes)	-7,13	-8,37	-10,47
Médicos Residentes (mil habitantes)	-2,55	-2,48	0,21

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

Há, outros fatores benéficos a saúde da população além da melhoria de renda e do nível de educação, conforme foi mostrado acima. Quilici e Stadler (s.d) dissertam acerca do assunto abaixo.

Vimos que hoje no Brasil a ciência e a tecnologia estão intimamente ligadas com a melhora na saúde pública. Para que estas melhoras continuem dando resultado, foi criado no Brasil uma Política de C&T em saúde voltada para as necessidades de saúde da população, onde esta está vinculada ao atendimento das necessidades de saúde da população e à conquista de padrões mais elevados de equidade em saúde (QUILICI, STADLER, s.d, p.6).

Estes indicadores podem sinalizar para uma melhora na tecnologia empregada na saúde pública brasileira, significando que a quantidade menor de médicos residentes ao final do período estudado pode não ser negativa para a qualidade dos serviços prestados a população.

4.4 IDH

A saúde interferiu destacada e positivamente na melhora dos índices de Desenvolvimento Humano durante o período considerado nas três Microrregiões estudadas, como pode ser observado na Tabela 62 abaixo.

Tabela 62: Composição do IDH as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Microrregião	IDH		IDH-Renda		IDH-Longevidade		IDH-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Concórdia	0,72	0,8	0,63	0,71	0,75	0,8	0,79	0,89
Rio do Sul	0,72	0,8	0,62	0,7	0,76	0,82	0,77	0,87
São Bento do Sul	0,72	0,8	0,64	0,7	0,73	0,8	0,8	0,9

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria.

Pode-se observar, também, o significativo aumento do IDH-Educação em todas as Microrregiões, o que impactou a melhora geral do IDH no período. Pode ser observado na tabela, inclusive, que as três Microrregiões dispõem de índices de Desenvolvimento Humano altos.

Aqui cabe um comentário acerca das idéias do teórico Myrdal. Ele fala sobre o processo de causação circular cumulativa, que pode ser compreendido sobre o viés dos perfis produtivos das Microrregiões analisadas. Ele comenta que a decisão de se instalar uma indústria numa

localidade, por exemplo, garante novo impulso ao desenvolvimento, já que novas oportunidades de trabalho elevariam a renda, que causariam aumento de demanda e gerariam novos negócios. Logo, trabalho, capital e empresas sentiriam-se atraídos pelas oportunidades. Haveria aumento nos lucros, elevação da poupança, o que eleva investimentos, e novamente os lucros, de modo que as economias externas criadas seriam favoráveis a sua continuação (FERES, 2003).

Myrdal destaca ainda a existência dos “spread effects”, isto é dos efeitos de espraiamento ou desconcentração, que podem funcionar como efeito complementar ao comentado acima. Nas regiões onde forem favoráveis as condições para fornecimento de produtos agrícolas ou matérias-primas para os centros em expansão, poderá haver aumento de emprego, o que gerará um estímulo ao consumo local. Se esse movimento de expansão for suficiente para superar os efeitos represados causados pelos antigos centros, novos centros de expansão auto-sustentáveis surgirão (Feres, 2003).

Estes efeitos parecem indicar alguns caminhos para o porquê do desenvolvimento das três Microrregiões analisadas. O fortalecimento da indústria de móveis em São Bento do Sul, do setor metal-mecânico e vestuário em Rio do Sul e da agropecuária de Concórdia tem gerado melhora nos indicadores sócio-econômicos e “puxado” para melhor os parâmetros de desenvolvimento analisados para os municípios inseridos nas Microrregiões.

4.5 Pobreza

Este item compara a situação da pobreza entre os habitantes nas Microrregiões estudadas no período. A pobreza é uma variável que se reflete em outros indicadores, como educação, saúde e o próprio IDH.

Na tabela abaixo podemos observar que a região que apresentou os melhores indicadores quanto à diminuição dos níveis de pobreza foi a Microrregião de São Bento do Sul, seguida por Concórdia e Rio do Sul. É importante frisar que em todas as áreas analisadas a pobreza e a indigência diminuíram significativamente entre as Microrregiões.

Na Microrregião de São Bento do Sul o percentual de pessoas pobres caiu de 27,63% em 1991, para 17,45% da população em 2000. Na de Concórdia este percentual era de 40,28% da população no começo da década de 1990 e baixou para 21,03% em 2000. Na de Rio do Sul apresentou um indicador de 36,18% de pessoas pobres em 1991, contra 17,43% no ano 2000.

Tabela 63: Comparação dos Indicadores de Pobreza entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Região Indicador/Ano	Concórdia		Rio do Sul		São Bento do Sul	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Pobres	40,28	21,03	36,18	17,43	27,63	17,45
Indigentes	18,94	6,02	13,83	5,83	8,54	4,92

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

A população indigente também diminuiu bastante nas regiões. Em São Bento do Sul este percentual caiu de 8,54% para 4,92% em nove anos. Em Concórdia este percentual baixou de 18,94% para 5,83% no período, enquanto na Microrregião de Rio do Sul este percentual diminuiu de 13,83% para 5,83%.

Tabela 64: Variação dos Indicadores de Pobreza nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).

Indicador	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
pobres	-19,25	-18,75	-10,18
Indigentes	-12,92	-8,00	-3,62

Fonte: IPEA e PNUD, elaboração própria.

A Tabela 64 acima indica qual Microrregião conseguiu a maior redução proporcional em relação aos índices relacionados à pobreza entre as três analisadas. Pode ser observado que a Microrregião de Concórdia, apesar de apresentar as piores taxas de pobreza e indigência em relação às outras duas Microrregiões analisadas, foi a que obteve o maior avanço das três, tanto em relação à queda da quantidade pessoas pobres (queda de 19,25 pontos percentuais no período), quanto em relação à quantidade de pessoas indigentes (queda de 12,92 pontos percentuais no período). Na seqüência de maior melhoria nos índices, vem Rio do Sul, com uma queda no percentual de pobreza de 18,75 pontos percentuais entre 1991-2000 e uma queda no quantitativo de indigentes na ordem de 8 pontos percentuais entre 1991-2000. A Microrregião de São Bento do Sul apresentou o menor avanço dentre a variação dos índices analisados. A pobreza na região decaiu 10,18 pontos percentuais em nove anos e o quantitativo de pessoas indigentes diminuiu apenas 3,62 pontos percentuais no período.

4.6 Moradia

Todos os indicadores relacionados no item moradia melhoraram em relação à 1991, em todas as Microrregiões analisadas.

Rio do Sul apresentou os melhores indicadores, exceto para o índice de coleta de lixo, que atingiu 94,47% da população em 2000, perdendo para a Microrregião de São Bento do Sul, que obteve uma abrangência deste serviço para 97,79% da população no mesmo ano. A Microrregião de Rio do Sul conseguiu abarcar 97,75% da população com acesso a água encanada. E, em 2000, 98% da mesma vivia em domicílios com energia elétrica e geladeira.

A pior situação dentre as analisadas foi verificada na Microrregião de Concórdia, que em 2000 tinha uma taxa de coleta de lixo que abrangia 95,71% dos domicílios, contra 63,75% em 1991. Sua taxa de pessoas vivendo em domicílios com água encanada era de 91,66% em 2000. E o percentual da população vivendo em locais com energia elétrica e geladeira era de 95,95% em 2000.

Tabela 65: Comparação dos Indicadores da Moradia entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Microrregião Ano	Concórdia		Rio do Sul		São Bento do Sul	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	84,89	95,95	92,27	97,99	78,95	93
pessoas que vivem em domicílios com água encanada	81,18	91,66	92,01	97,75	87,52	95,4
pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	63,75	95,71	57,99	94,47	88,16	97,79

Fonte: Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, elaboração própria.

Como pode ser observado na tabela abaixo, pode-se afirmar que a Microrregião de Concórdia obteve a maior evolução dentre as variáveis analisadas. De 1991 até 2000, a região logrou aumentar a rede de coleta de lixo em 31,96 pontos percentuais nos domicílios urbanos. Conseguiu, também, aumentar o atendimento a domicílios com água encanada em 10,48 pontos percentuais. Por sua vez, a evolução na quantidade de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica avançou 11,06 pontos percentuais na região.

Tabela 66: Variação dos Indicadores da Moradia nas Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (pontos percentuais).

Indicador	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	11,06	5,72	14,05
pessoas que vivem em domicílios com água encanada	10,48	5,74	7,88
pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	31,96	36,48	9,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, elaboração própria.

Contrariamente, pode-se afirmar que a Microrregião que menos avançou nos quesitos “domicílios com energia elétrica e geladeira” e “domicílios com água encanada” foi Rio do Sul, embora tenha aumentado a abrangência de seu serviço de coleta de lixo para domicílios urbanos (aumentou a abrangência do serviço à população em 36,48 pontos percentuais no período).

Com base nestas variáveis, pode-se afirmar que, no ano 2000, a Microrregião que apresentou um desenvolvimento mais sustentável em relação ao conjunto dos aspectos relativos ao indicador moradia foi a de Rio do Sul. Apesar disto, tanto São Bento do Sul como Concórdia também vem melhorando os aspectos relacionados a este tópico, o que indica um avanço na melhoria do bem estar da população, conjuntamente com a melhora em relação aos indicadores da educação e saúde.

4.7 Distribuição de Renda

Para a análise deste item é utilizado o Índice de Gini das três Microrregiões. Este indicador nos mostra que a melhor distribuição de renda é verificada na Microrregião de São Bento do Sul, que apresenta um coeficiente correspondente de 0,48 no ano 2000. Em seguida vem Rio do Sul, com um Índice de Gini de 0,5. Por último vem Concórdia com um índice de 0,52.

Tabela 67: Comparação do Indicador da Distribuição de Renda entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (número índice).

Ano	1991			2000		
Distribuição de Renda	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Índice de Gini	0,54	0,49	0,48	0,52	0,5	0,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Em relação à evolução do Índice de Gini, mostrado na Tabela 68 abaixo, pode-se destacar que a Microrregião de São Bento do Sul, apesar de manter a melhor distribuição de renda entre as três Microrregiões, manteve inalterada a sua própria durante o período 1991-2000.

Tabela 68: Evolução do Indicador da Distribuição de Renda das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000 (%).

Indicador	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Índice de Gini	-3,7	2	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Apesar de Concórdia apresentar o pior índice de distribuição de renda para o ano 2000 em comparação com os outros índices, obteve a maior evolução positiva para este indicador, diminuindo a desigualdade de renda em 3,7% entre 1991-2000.

4.8 Produto Interno Bruto

O estudo desta variável é interessante, pois possibilita saber se a evolução do PIB *per capita* tem acompanhado a situação da saúde, educação, condições de moradia e de concentração de renda.

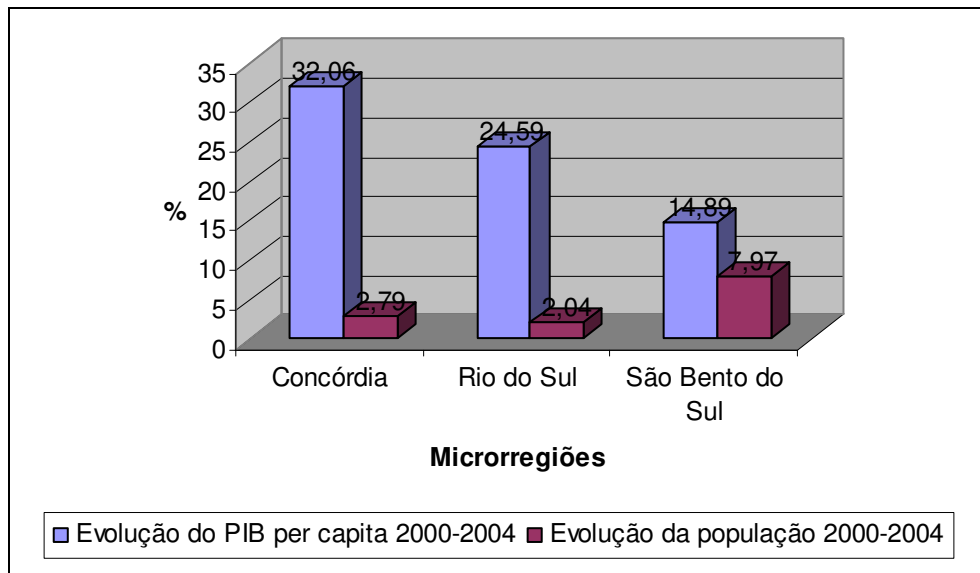
Pode-se observar na Tabela 69 a seguir que a maior média acerca do PIB *per capita* foi de Concórdia, a intermediária foi de São Bento do Sul, e a mais baixa foi a de Rio do Sul.

Tabela 69: Comparação Média do Produto Interno Bruto *per capita* entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1999 à 2004 (R\$).

Microrregião	1999-2004		
	Concórdia	Rio do Sul	São Bento do Sul
Média PIB <i>per capita</i> (1999-2004)	17.528,33	9.874,83	11.924,50
Fonte: IBGE, elaboração própria.			

Ao se fazer uma comparação entre o crescimento do PIB *per capita* e o crescimento da população durante o período 2000-2004, pode-se observar que as três Microrregiões analisadas o produto vêm crescendo mais que o quantitativo populacional das mesmas.

Figura 22: Evolução do PIB *per capita* e da População Total da Microrregião de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 2000 à 2004 (%).



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

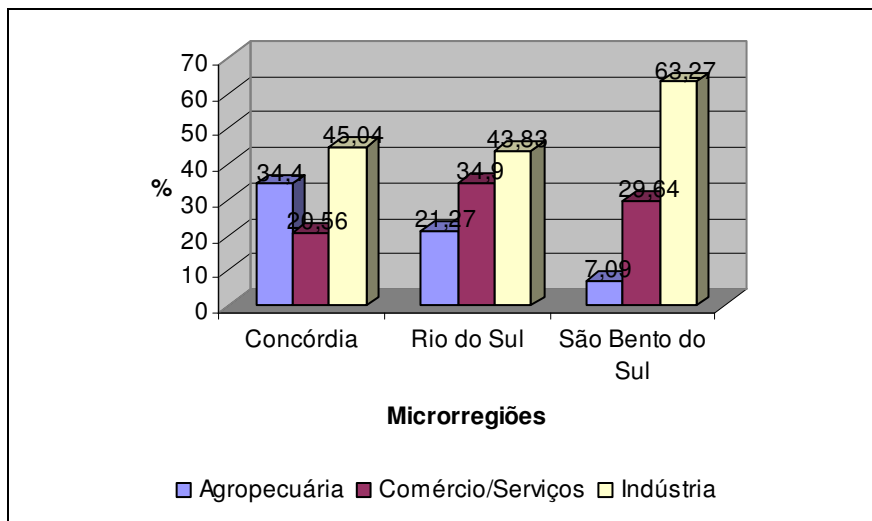
A Figura 22 acima, que apresenta os mesmos dados da Tabela 69, corrobora com a comparação feita anteriormente acerca do item trabalho. A Microrregião com o menor índice de desemprego, Concórdia, foi a que apresentou a maior evolução do PIB *per capita* em relação ao aumento de sua população. São Bento do Sul, por sua vez, apresentou a maior taxa de desemprego, sendo a região que menos teve crescimento do PIB *per capita* em relação à

população. Ainda é importante ressaltar que, apesar disto, São Bento do Sul apresentou os melhores indicadores sociais entre as três Microrregiões analisadas. Concórdia foi a Microrregião que mais evoluiu no panorama geral da análise.

Em relação à composição destes indicadores, a Figura 23 abaixo mostra quais são os setores que mais contribuem para a evolução do PIB *per capita* das regiões. Pode-se observar que, com 38,87% em 1999 e 48,24% em 2004, o setor industrial é o que mais contribuiu para o crescimento na Microrregião de Concórdia. Este fato está ligado à agroindústria, área industrial mais forte de Concórdia.

Em Rio do Sul, o setor que mais contribuía para PIB *per capita* era o setor de serviços, com 39,87% em 1999. Esta estrutura mudou no ano de 2004, quando a indústria passou a dar a maior contribuição para o referido indicador, sendo responsável por 48,73%% deste.

Figura 23: Comparação da Composição Média do PIB entre as Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul, e São Bento do Sul 1999 à 2004 (%).



Fonte: IBGE, elaboração própria.

Por último, a Microrregião de São Bento do Sul, apresentou a maior contribuição para seu crescimento vindo do setor industrial, contribuindo com 58,86% do PIB *per capita*, em 1999, contra 68,05%, no ano de 2004.

Feita esta análise, pode-se afirmar que o PIB *per capita* contribuiu no sentido de incentivar o desenvolvimento nas Microrregiões estudadas. No caso de São Bento do Sul, a

região parece ter sido a que mais sofreu com o novo regime inflacionário e com os choques econômicos sofridos no período, tendo refletido estes acontecimentos na diminuta melhora de seus indicadores sociais, impactando seu nível de desenvolvimento.

4.9 Um Desenvolvimento em nível Nacional e Estadual

Ao se fazer um paralelo do desenvolvimento das três Microrregiões pode-se constatar que a Microrregião de São Bento do Sul é a mais desenvolvida, seguida por Concórdia e, depois, Rio do Sul.

É importante salientar que tanto na Microrregião de Concórdia como na de Rio do Sul, os índices relacionados ao desenvolvimento sócio-econômico melhoraram significativamente, apesar de existirem ainda muitas deficiências (como no caso da distribuição de renda, por exemplo, onde apenas a de Concórdia ficou menos concentrada. São Bento do Sul manteve a mesma qualidade durante o período analisado e Rio do Sul apresentou concentração de renda).

Ao se analisar o quadro abaixo, pode-se constatar que o nível de desenvolvimento que as três Microrregiões vem galgando ao longo do período é significativo em relação ao país e ao Estado. Percebe-se um desenvolvimento com mais saúde, educação e menos pobreza.

Em muitos casos, os indicadores das Microrregiões são melhores que os do Estado e os do próprio país. No caso do IDH, as taxas das Microrregiões só perdem para o Estado, mas todas elas são mais altas que a taxa nacional.

No quesito saúde, as três Microrregiões obtiveram uma média de médicos residentes para cada grupo de mil habitantes, superior à média estadual e nacional no período 1991-2000. No caso da distribuição de renda as três Microrregiões analisadas também apresentaram menos desigualdade de renda do que o Estado e o próprio país.

Como dito anteriormente, existem deficiências em relação ao desenvolvimento nas Microrregiões analisadas. Prova disto é o quadro abaixo, que trata dos itens relacionados à pobreza. Neste caso, todas as Microrregiões apresentaram uma porcentagem de pessoas pobres maior que o Estado. Este tinha uma taxa de 16,24% de pessoas pobres em 2000, enquanto Concórdia apresentou uma taxa de 21,03%, Rio do Sul totalizou 17,43%, e São Bento do Sul obteve uma taxa de 17,45% de pessoas pobres em 2000.

Quadro 1: Indicadores do Desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, Santa Catarina, e das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul 1991 e 2000.

	BRASIL		SANTA CATARINA		Microrregião de Concórdia		Microrregião de Rio do Sul		Microrregião de São Bento do Sul	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
EDUCAÇÃO										
Analfabetismo - pessoas 7 a 14 anos - (%)	25,1	12,4	8,5	3,5	6,032	2,069	7,47	2,81	7,08	4,52
Analfabetismo - pessoas 15 anos e mais - (%)	19,4	12,4(2001)	9,2	5,2(2001)	10,06	6,92	8,73	6,29	6,45	4,21
Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 7 a 14 anos - (%)	40,5	25,3	23,6	13,1	19,69	8,42	21,24	9,64	19,37	10,74
Evasão escolar - pessoas 7 a 14 anos - fora da escola - (%)	20,58	5,48	16,93	4,05	13,48	2,6	18,07	3,34	13,31	2,97
Evasão escolar - pessoas 10 a 14 anos - trabalhando - (%)	8,48	6	10,52	8,87	16,35	15,45	15,53	12,49	7,22	3,11
SAÚDE										
Esperança de vida ao nascer	66,9	70,5	70,2	73,7	70,04	73,25	70,72	74,56	68,82	73,17
Mortalidade Infantil	38,2	26,8	24,8	16,8	24,85	17,72	23,04	14,67	28,4	17,93
Médicos Residentes (mil habitantes)	1,02	1,16	0,71	0,94	7,38	4,83	5,72	3,24	1,1	1,31
TRABALHO										
Taxa de desemprego (%)	5,41	15,28	4,02	10,28	1,87	6,11	2,03	6,22	2,99	9,61
POBREZA										
% População pobre	40,08	32,75	27,1	16,24	40,28%	21,03	36,18	17,43	27,63	17,45
% População Indigente	20,24	16,32	10,32	5,92	18,94%	6,02	13,83	5,83	8,54	4,92
MORADIA										
pessoas que vivem em domicílios com água encanada (%)	71,52	80,75	90,3	96,42	81,18	91,66	92,01	97,75	87,52	95,4
pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo (%)	77,86	91,16	83,55	96,88	63,75	95,71	57,99	94,47	88,16	97,79
IDH										
IDH	0,69	0,76	0,74	0,82	0,72	0,8	0,72	0,8	0,72	0,8
IDH-Educação	0,74	0,84	0,8	0,9	0,79	0,89	0,77	0,87	0,8	0,9
IDH-Longevidade	0,66	0,72	0,75	0,81	0,75	0,8	0,76	0,82	0,73	0,8
IDH-Renda	0,68	0,72	0,68	0,75	0,63	0,71	0,62	0,7	0,64	0,7
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA										
Índice de Gini	0,63	0,64	0,54	0,56	0,54	0,52	0,49	0,5	0,48	0,48
PIB <i>per capita</i> deflacionado (R\$)										
Brasil	9.207	9.467	9.450	9.493	9.405	9.729				
Santa Catarina	10.697	11.545	11.592	11.529	12.003	12.159				
Microrregião de Concórdia	13.099,72	16.056,92	17378	18.736	20.648	19.276				
Microrregião de Rio do Sul	8.577,94	9.482,55	9.600	9.587	10.629	11.374				
Microrregião de São Bento do Sul	10.835,03	11.506,20	11.210	12.862	12.403	12.731				

Fonte: 1) IPEA , 2) IBGE para Produto Interno Bruto *per capita* das Microrregiões e de Santa Catarina, bem como para o Índice de esperança de vida do Brasil 1991-2000, 3) PORTAL DA SAÚDE para o indicador mortalidade infantil no Brasil 2000. PIB *per capita* deflacionado pelo Deflator implícito do PIB.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A base teórica para a confecção do presente trabalho surgiu do texto “A Qualidade do Crescimento” (THOMAS *et al.*, 2002) e “Desenvolvimento e Redução da Pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2004). A partir do conjunto de idéias ali presentes é que foram selecionadas as variáveis sócio-econômicas para a realização do paralelo do desenvolvimento regional. A teoria contida neste texto afirma que somente crescimento do PIB não gera desenvolvimento. São necessários avanços simultâneos em vários outros indicadores sócio-econômicos e principalmente sustentáveis, para se atingir maiores níveis de desenvolvimento segundo a base teórica apresentada do trabalho.

É importante destacar, por exemplo, que a população das Microrregiões de Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul vem refletindo um movimento de proporções mundiais, que é o êxodo rural. Nos três casos, a população rural vem diminuindo cada vez mais, enquanto a população urbana só cresce.

Outro fenômeno mundial também começa a se intensificar nas regiões estudadas: o envelhecimento da população que ocorre concomitantemente a queda da mortalidade infantil, a melhora nos níveis de saúde – que diminuem a incidência de doenças de todo o tipo -, a melhoria na distribuição de renda, o aumento generalizado da esperança de vida ao nascer. Tratam-se de fatores que irão impactar na quantidade de jovens nas Microrregiões.

A Microrregião que apresentou o maior crescimento populacional foi a de São Bento do Sul, totalizando 24.665 pessoas a mais entre 1991 e 2000. Pode-se inferir que o crescimento da indústria moveleira, base da economia local, é uma das causas desse aumento no período. Na realidade, trata-se de um segmento industrial que conseguiu reestruturar sua produção durante a década, apesar da abertura econômica realizada em 1990 e da inflação (a qual assolou o país com taxas altíssimas, praticamente impossibilitando um planejamento de longo prazo).

Este crescimento populacional, contudo, referindo-se agora especificamente ao aumento do número de pessoas na terceira idade (fenômeno explicitado acima e refletido não só no caso da Microrregião de São Bento do Sul, mas para todas as três Microrregiões analisadas), pode ser um problema futuro. O impacto que a quantidade de pessoas na terceira idade causará no sistema de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) pode ser negativo na economia

destes locais caso não sejam tomadas medidas para equilibrar este cenário futuro, tais como, por exemplo, cobrar taxas mais altas de previdência da população economicamente ativa (afim de que estes financiem os idosos, que serão muitos).

Em relação à diminuição da pobreza se faz necessário mencionar que esta não é mais definida somente pela pouca renda por habitante, mas também pelo alcance ou não de padrões mais elevados de vida do conjunto da população. No caso da Microrregião de Rio do Sul, quase 98% das pessoas viviam em domicílios com energia elétrica e geladeira no ano 2000. Estes não são apenas serviços e bens de consumo, mas melhoras significativas de qualidade de vida. A obtenção de uma geladeira possibilita a estocagem de alimentos que antes ficariam desprotegidos e sujeitos à putrefação e infecção. Ou seja, a compra de um simples bem para muitas pessoas, pode significar um salto de qualidade no nível de saúde dos indivíduos, e portanto, na melhoria de sua condição geral de vida.

Ao se analisar o PIB *per capita* das Microrregiões, observa-se que todas elas apresentaram este indicador num quantitativo maior do que o do país (com exceção feita para a Microrregião de Rio do Sul, no ano de 1999). No comparativo com o PIB estadual, a única Microrregião que apresentou PIB *per capita* menor que a média para Santa Catarina foi a Microrregião de rio do Sul.

A Microrregião de Rio do Sul não é a única que apresenta revês quando analisada. A Microrregião de Concórdia por exemplo, quando comparada à qualidade da distribuição de renda das outras duas Microrregiões aqui estudadas, percebe-se que esta aparece com a pior delas. Como diz Souza (1999), não basta apenas crescimento econômico quando se trata do desenvolvimento de uma região, mas se faz necessário uma melhora qualitativa dos indicadores.

É importante ressaltar que os indicadores, em sua maior parte, vêm melhorando em todas as áreas. Isto tem significado mais e melhor nível de saúde, melhores condições de moradia, menos pobreza e melhor distribuição de renda. O resultado é o desenvolvimento das três Microrregiões, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (informações sobre como mensurá-lo podem ser adquiridas no sítio da SESP).

O fenômeno mundial da globalização está fazendo emergir um novo padrão de desenvolvimento refletido pela globalização dos mercados, com a formação de blocos regionais de comércio. Cada vez mais se faz necessária uma reestruturação econômica e produtiva para se

enfrentar a liberalização econômica. Só assim a competitividade dos setores produtivos das Microrregiões irão se consolidar, e só assim haverá estabilidade econômica.

Deve existir a complementaridade entre governos e mercados, é o que afirma o texto “Desenvolvimento e Redução da Pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2004). Em 1980 a onda neoliberal começou a se consolidar. Era uma época em que planejadores avistavam fracasso do mercado enquanto os neoliberais viam fracasso do governo. A máxima desta corrente era “obter preços corretos”. Algo relevante para a economia, mas incompleto para abarcar toda a complexidade do desenvolvimento.

Já na década de 1990, a discussão foi além da oposição entre planejadores e neoliberais. A segunda metade da década presenciou a gradual consolidação da idéia de que governos e mercados são complementares. E isto é um fator que não pode ser descartado quando se analisam as Microrregiões. O governo tem que criar um “clima” na cidade para que o êxodo rural não acabe formando grotões de pobreza urbana e planejar como melhor auxiliar o mercado interno em seu crescimento. Já o mercado precisa fornecer capacitação empresarial e fortalecer a tecnologia já adquirida.

A educação é um aspecto muito importante nesta equação. O poder público se encarrega principalmente do ensino médio e fundamental, os quais estão melhorando significativamente com diminuição da defasagem escolar e aumento da quantidade total de pessoas estudando, principalmente crianças. Entretanto a questão não está resolvida, pois, apesar da melhora de todos os indicadores em todas as três Microrregiões analisadas, a educação, em geral, ainda é insatisfatória nestes locais. A questão que passa a predominar é a da falta de qualidade do sistema de ensino (com foco especial para a educação fundamental), tendo que ser enfrentada pelas Microrregiões. As ações a serem realizadas passam tanto pela infra-estrutura (aquisição de livros, construção de laboratórios, sala de aula, etc.) como pela melhora da capacidade docente (capacitação constante dos professores, com inovação pedagógica e constante avaliação destes).

A geração de emprego também entra nesta lógica da complementaridade entre mercados e poder público. É necessário combinar política econômica com políticas específicas para o emprego e aperfeiçoar o funcionamento do mercado. No ambiente mostrado pelas três Microrregiões analisadas, onde todas apresentaram aumento de suas taxas de desemprego, há que se criar um sistema eficiente de capacitação e reciclagem tanto de pessoas empregadas como de não-empregadas (para que se possa recolocá-las no mercado de trabalho num horizonte próximo).

O governo deve também apoiar os setores econômicos estratégicos para a economia das Microrregiões. Deve apoiar as pequenas empresas, que são intensivas em relação à mão-de-obra, e também a agropecuária (que teve sua participação relativa ao PIB diminuída em todas as Microrregiões analisadas. A população na área rural também diminuiu nas mesmas durante o período 1970-2000), que diminui o êxodo rural e também aproveita trabalhadores com menor qualificação.

Com base na Teoria do Desenvolvimento e Redução da Pobreza esta foi à conclusão, A Qualidade do Crescimento apresenta caminhos semelhantes, apenas trabalhando as questões por um ponto de vista diferente. É vital informar que as teorias utilizadas fornecem mais material e indicadores para subsidiar uma análise de desenvolvimento do que os utilizados neste trabalho. Portanto, as conclusões extraídas desta análise do desenvolvimento Microrregional são parciais. Para que se aprofundar a análise, sugere-se a utilização de mais indicadores, tais como indicadores acerca da qualidade do meio ambiente, das instituições, da governança e da qualidade da educação. Além disso, é sugere-se um exame mais minucioso do tema, sempre sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

É importante enfatizar como esta gama de variáveis fornece uma visão mais profunda e completa acerca da análise do desenvolvimento destas Microrregiões. Algo assim não seria possível se este trabalho fosse realizado sob o prisma do crescimento econômico apenas, com análise do PIB e PIB *per capita* somente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE. Desenvolvimento Tecnológico Regional. SEBRAE, FIESC, IEL.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Banco de Dados**. Disponível em < www.pnud.org.br/atlas >. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

BANCO MUNDIAL (BM). **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Banco Mundial, 2004. Disponível em < <http://www.bancomundial.org> >. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

_____. **O que é o Banco Mundial?** Disponível em < <http://web.worldbank.org> > ([Página inicial](#) > [Países](#) > [América Latina e Caribe](#) > [Brasil](#) > [Visão Geral](#) > [O que é o Banco Mundial](#)). Acesso em 25 de outubro de 2007.

BERGAMINI, Ricardo. Um estudo sobre a população brasileira no século XX – Fonte IBGE. *In: Artigos*. 2007. Disponível em < http://www.desempregozero.org.br/artigos/um_estudo_sobre_a_populacao_brasileira_no_seculo_xx_fonte >. Acesso em 20 de dezembro de 2007.

BERNTELL, Anders. **Artigo técnico para o site Água e desenvolvimento: caminhando de mãos dadas**. s.d. Disponível em < <http://tratamentodeagua.com.br/a1/informativos/acervo.php?chave=265&cp=est> >. Acesso em 14 dezembro 2007.

BOLETIM DO PORTAL MOVELEIRO. **O cluster de São Bento do Sul**. 06/03/2003. Disponível em < http://www.revistadigital.com.br/forum_ads.asp?CodMateria=1429 >. Acesso em 12 de Janeiro de 2007.

CAMARGOS, Marco Antonio. Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90. *In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba, 2002. Anais ...* Disponível em < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918.pdf >. Acesso em 14 janeiro 2007.

CEAE, Centro de Estudos de Avaliação Educacional da UFRJ. **Definição dos indicadores e metodologia**. *In: IBGE*. _____. Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae> > (ibge > indicadores e metodologia). Acesso em 26 setembro 2007.

CONCÓRDIA. **Glossário**. Disponível em < http://www.glosk.com/BR/Concordia/-899639/pages/Conc%C3%B3rdia/21999_pt.htm >. Acesso em 14 dezembro de 2007.

CUNHA, Idaulo José. **A economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1999.

ECIENCIA. **Exposição Água Brasilis – natureza e homem no curso da história**. Disponível em < http://www.eciencia.usp.br/site_2005/exposicao/agua_brasilis/principal_agua.htm >. Acesso em 14 dezembro de 2007.

EIRAS, Rodrigo Geraldo. **Crescimento do emprego informal**. Disponível em < http://www.r2learning.com.br/site/artigos/artigo_default.asp?ID=259 >. Acesso em 14 de janeiro 2007.

FANTI, Giovani Marcos. **Êxodo rural e urbanização**. 2003. Disponível em <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=135>>. Acesso em 27 novembro 2007.

FERES, Flávia Lúcia Chein. Espaço, Desenvolvimento e o Papel da Firma: Qual Contribuição do Pensamento Econômico? *In*: XXXI Encontro Nacional de Economia, Porto Seguro, BA, 2003. **Anais ...** Porto seguro, BA, 2003. Disponível em < http://www.anpec.org.br/encontro_2003.htm >. Acesso em 14 janeiro de 2007.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Natureza da pobreza das massas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da próxima geração. *In*: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano V, n.51, ago. 2005. Disponível em < <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm> >. Acesso em 13 dezembro 2007 às 19.40.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); MPOG, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002. *In*: **Série Relatórios Metodológicos**. v.29, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em < <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2002/srmpibmunicipios.pdf> > Acesso em 25 junho 2007.

_____. Contas Regionais do Brasil. *In*: **Série Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, n.21, 2007. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/contasregionais2002_2005.pdf > Acesso em 5 de dezembro de 2007.

_____. Notas Metodológicas. *In*: **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> > (Indicadores > Trabalho e Rendimento) Acesso em 26 setembro 2007.

INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). **Prospecção para o desenvolvimento tecnológico regional**: a região da AMAVI. Florianópolis: s.d., 2001.

HOLANDA, Marcos Costa; GOSSON, Annúzia M. P. M.; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim. **O Índice de Gini como medida de concentração de renda**. Nota Técnica n.14. Fortaleza, CE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Secretaria do Planejamento e Coordenação do Governo do Ceará (SEPLAN-CE), 2006. Disponível em < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_14.pdf >. Acesso em 14 dezembro de 2007.

LEITÃO, George Washington Sena. **Esperança de Vida X Longevidade**. In: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus (Atlas Municipal) Disponível em < http://www4.fgv.br/cps/simulador/fontejuventude/Apresentacao/6Saude_Idosos_TextoFim.pdf > Acesso em 13 dezembro de 2007.

MARAGON, Maristela *et al.* Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra. In: **Revista de Educação e Tecnologia**. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, CEFET, PR, v.8, set. 2004. Disponível em < http://www.ppgte.cefetpr.br/revista/vol8/artigos/rev08_artigo10.pdf >. Acesso em 14 dezembro de 2007.

MARQUES, Alice Fernandes. **Paralelo de desenvolvimento sócio-econômico das regiões de Criciúma, Canoinhas e de São Miguel D'Oeste**. 2007. 161f. (Monografia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MATTEI, Lauro; ASSUMPÇÃO, Pedro. Migrações no Oeste catarinense: histórias e elementos explicativos. **Texto para Discussão**. Departamento de Economia, UFSC, 2007. Disponível em < <http://www.cse.ufsc.br/gecon/textos/2007/Texto%20Lauro-Pedro03-07.pdf> >. Acesso em 14 janeiro de 2007.

MCT, Ministério da Ciência e da Tecnologia. Brasil: População economicamente ativa - PEA e população ocupada e desocupada, por nível de instrução. In: **Recursos Humanos, Nota**. Brasília, s.d Disponível em < http://ftp.mct.gov.br/estat/ascavpp/portugues/3_Recursos_Humanos/notas/nota_tab3_2_1.htm > Acesso em 27 novembro de 2007.

MORAIS, Maria da Piedade. Como anda o direito à moradia no Brasil? In: **Desafios do Desenvolvimento**, Revista mensal de informações e debate do IPEA e PNUD, s.d. Disponível em < <http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/27/artigo31026-1.php> >. Acesso em 13 de dezembro de 2007.

NERI, Marcelo; SOARES, Wagner L.; SIMAS, Hugo S. **Estimando o impacto de renda na saúde através de programas compensatórios aos idosos de baixa renda**. s.d Disponível em < http://www4.fgv.br/cps/simulador/fontejuventude/Apresentacao/6Saude_Idosos_TextoFim.pdf >. Acesso em 13 dezembro de 2007.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Indicadores básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília, 2002. *In: REDE, Rede Interagencial de informações para a Saúde. **Indicadores básicos para a Saúde no Brasil**: conceitos e aplicações.* Brasília, OPAS, 2002. Disponível em < <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/matriz.pdf> >. Acesso em 14 dezembro de 2007.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *In: _____*. **Texto para Discussão**, n. 157, EESP/FGV, São Paulo, 2006. Disponível em < http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=1726 >. Acesso em 25 junho de 2007.

PEREIRA, M.G. Mortalidade. *In: **Epidemiologia: teoria e prática**.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PIB, Produto Interno Bruto. *In: **Glossário**.* Disponível em < http://www.geocities.com/fusaoracial/marx_karl.htm >. Acesso em 02 outubro de 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Estatísticas**. <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em 25 junho de 2007.

_____. **Índice de Gini**. Disponível em < http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97 >. Acesso em 26 setembro de 2007.

Poluição da água. Disponível em < http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/agua/doce/index.html&conteudo=/agua/doce/artigos/poluicao_agua.html > Acesso em 7 Agosto de 2007.

PROJETO UNISOL (Projeto Universidade Solidária). Definição de Demanda. *In: **Noções de Mercado*** (Curso), UNIOESTE, s.d. Disponível em < http://www.unioeste.br/projetos/unisol/projeto/c_economia/def_demanda.htm >. Acesso em 02 outubro às 20:36.

QUILICI, Ricardo Francisco Marques, STADLER, Carlos Cezar. **A importância da ciência e tecnologia de inovação na saúde pública brasileira: Novos conceitos e diretrizes**. s.d. Disponível em < www.feb.unesp.br/...//copiar.php?arquivo=748-quilici_RFM_A_importancia_da_ciencia.pdf - >. Acesso em 18 de novembro de 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil**. 2001. Disponível em < <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm> > Acesso em 25 junho 2007.

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ (SESPA). **Como calcular o IDH?** Portal da Saúde Pública do Pará. Disponível em < http://www.sespa.pa.gov.br/Informa%C3%A7%C3%A3o/IDH/idh_calculo.htm >. Acesso em 14 dezembro 2007.

SILVA, Carla Roseni da. **Paralelo de desenvolvimento Microrregional: Microrregiões de Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão.** 2007. 132f. (Monografia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, 2007.

SITE DOS ÍNDICES. **Índice de Gini.** Vitória (ES), Brasil. Definição disponível em < <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/gini.htm> >. Acesso em 15 de novembro de 2007.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 4ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE SANTA CATARINA (SPG); GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA (DEGE). **Estatísticas.** Disponível em < <http://www.spg.sc.gov.br/menu/estatistica> >. Acesso em 25 junho de 2007.

_____. **Produto Interno Bruto a preço de mercado e per capita do Brasil e Santa Catarina: 2002-2003** <www.spg.sc.gov.br/menu/estatistica/sintese/PIB.xls>. Acesso em 30 novembro 2007.

SISTEMAS DE METAS PARA A INFLAÇÃO. Disponível em < http://www.univap.br/biblioteca/hp_julho_2002/ >. Acesso em 23 de Janeiro de 2008.

STEWART, Francis. **Distribuição de renda e desenvolvimento.** Disponível em < www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=49 > Acesso em 14 dezembro de 2008 .

THOMAS, Vinod *et al.*. **A Qualidade do Crescimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em < www.bancomundial.org >. Acesso em 01 de março de 2008.

VENTURI, Aline Z.; Mattei, Lauro F. Evolução do emprego formal em Santa Catarina. *In:* I Encontro de Economia Catarinense, Rio do Sul, SC, UNIDAVI, 2007. **Anais ...** Rio do Sul, UNIDAVI. Disponível em < www.apec.unesc.net/ >. Acesso em 25 de dezembro de 2007.

WIKIPEDIA. Enciclopédia eletrônica. **Microrregião de Concórdia.** Disponível em < <http://www.wikipedia.com.br> >. Acesso em 14 janeiro de 2007.

WIKIPEDIA. Enciclopédia eletrônica. **Microrregião de Rio do Sul.** Disponível em < <http://www.wikipedia.com.br> >. Acesso em 14 janeiro de 2007.

WIKIPEDIA. Enciclopédia eletrônica. **Microrregião de São Bento do Sul.** Disponível em < <http://www.wikipedia.com.br> >. Acesso em 14 janeiro de 2007.

WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm> Acesso em 13 dezembro de 2007.

HUMAN DEVELOP REPORT. 1990. Disponível em < soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=68 ->. Acesso em 13 de dezembro 2007.